



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Larisse Amaral Marajó

Nação Mestiça: guerra cultural e políticas públicas no *modus operandi* da direita conservadora amazonense

Florianópolis
2023

Larisse Amaral Marajó

Nação Mestiça: guerra cultural e políticas públicas no *modus operandi* da direita conservadora amazonense

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

Orientadora: Profa. Dra. Leticia Maria Costa da Nóbrega Cesarino.

Florianópolis

2023

Marajó, Larisse Amaral

Nação Mestiça : guerra cultural e políticas públicas no modus operandi da direita conservadora amazonense / Larisse Amaral Marajó ; orientadora, Letícia Maria da Costa Nóbrega Cesarino, 2023.

144 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Antropologia Social. 2. Mestiço. 3. Identidade. 4. Neoliberalismo. 5. Políticas Públicas. I. Cesarino, Letícia Maria da Costa Nóbrega. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. III. Título.

Larisse Amaral Marajó

Nação Mestiça: guerra cultural e políticas públicas no *modus operandi* da direita conservadora amazonense

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 15 de agosto de 2023, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Flávia Medeiros Santos
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Flávia Melo da Cunha
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Bruno Mafra Ney Reinhardt
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Profa. Dra. Letícia Maria da Costa Nóbrega Cesarino
Orientadora

Florianópolis, 2023.

Aos sonhos e aos sonhadores.

AGRADECIMENTOS

À minha família, por ter sempre me apoiado nessa empreitada e acreditado em mim. Meus agradecimentos especiais à minha mãe, Norma; ao meu pai, Ricardo; à minha irmã, Marina; e à minha tia-madrinha, Márcia. Em muitos momentos vocês foram a base sem a qual eu não teria conseguido chegar até aqui.

Aos amigos preciosos que estiveram ao meu lado, rindo, chorando, dançando e cantando. Deles recebi a força bruta apaixonada que me movimentou. Espero poder retribuir à altura. E entre eles, reconheço a onipresença de Gomes, meu amigo, amado e companheiro de aventuras. A coisa mais linda que existe é ter você perto de mim.

À minha orientadora, Leticia, pela partilha do conhecimento e pela infinita compreensão. Suas reflexões foram um guia nesse processo complexo e incerto. Sua paciência foi sempre alento e lembrança do respeito que devo à caminhada.

Ao CNPq e ao PPGAS da UFSC, por terem me contemplado com uma bolsa de estudos, o que proporcionou as condições básicas para que eu pudesse cursar o Mestrado tão longe de casa. Que muitos outros pesquisadores possam continuar usufruindo de iniciativas como essa.

Às professoras-pesquisadoras que aceitaram participar da banca, Flávia Medeiros e Flávia Melo, pela disposição, pela presença e pela leitura atenta. Obrigada, também, ao professor Bruno Reinhardt, por ter concordado em presidir a banca.

“[...] a mestiçagem é a teoria da transformação histórica que os criollos inventaram para si mesmos. Enquanto algo a que os criollos recorrem, é importante não rejeitá-la como se tratasse de um erro, mas tratá-la como aquilo que ela é: a análise autoetnográfica dos criollos através de sua relação com outros. Como uma teoria crioula, a mestiçagem fala mais sobre os criollos do que sobre os indígenas”.

José Kelly Luciani

RESUMO

Esta dissertação tem como objeto de pesquisa o discurso e práticas do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro ou Nação Mestiça, associação conservadora amazonense dedicada à defesa de uma identidade mestiça, do processo de miscigenação brasileiro e de uma série de pautas políticas alinhadas à extrema direita brasileira e internacional. O foco principal desta análise é a compreensão do modus operandi dessa organização, baseado na mimese inversa do discurso do Inimigo e desenvolvido para disputar espaço nas discussões e na promoção de políticas públicas étnico-raciais dentro de Conselhos municipais, estaduais e nacionais. Por meio de etnografia digital, análise documental e entrevistas, demonstro como esse modus operandi se trata de uma estratégia bélica em uma guerra cultural pela hegemonia do Um, contextualizada no e contra o neoliberalismo progressista, bem como na história da colonização europeia no Brasil. Discuto, ainda, a questão do entrelugar mestiço, sua relação com a ideologia da mestiçagem e o desafio que representa para a elaboração de políticas afirmativas. Aponto como caminho reflexivo a anti-síntese nas teorias da (contra)mestiçagem.

Palavras-chave: Mestiço; Identidade; Neoliberalismo.

ABSTRACT

This dissertation has as object of research the discourse and practices of the Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro or Nação Mestiça, a conservative Amazonian association dedicated to the defense of a mestizo identity, of the Brazilian miscegenation process and a series of political agendas aligned with Brazilian and international radical right. The main focus of this analysis is the understanding of the modus operandi of this organization, which is based on the inverse mimesis of the Enemy's discourse and was developed to compete for space in the discussions and promotion of ethnic-racial public policies within municipal, state and national Councils. Through digital ethnography, documental analysis and interviews, I demonstrate how this modus operandi is a warlike strategy in a cultural war for the hegemony of the One, contextualized in and against progressive neoliberalism, as well as in the history of European colonization in Brazil. I also discuss the situation of the mestizo's in-between place, its relationship with the ideology of miscegenation and the challenge it represents for the elaboration of affirmative policies. I point out as a reflective path the anti-synthesis in theories of (counter)miscegenation.

Keywords: Mestizo; Identity; Neoliberalism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Símbolos do Nação Mestiça	2
Figura 2 - Onça-pintada no Congresso Nacional.....	3
Figura 3 - Cadeia de Equivalências: Mestiçofobia	5
Figura 4 - Dia do Mestiço.....	14
Figura 5 - Membros do Nação Mestiça.....	16
Figura 6 - Traidor	18
Figura 7 - Mestiço é Nativo	23
Figura 8 – Cadeia de Equivalências: Apartheid	26
Figura 9 - Cadeia de Equivalências: Esquerda e Racismo	28
Figura 10 - Tweet de Jair Bolsonaro.....	29
Figura 11 - Garimpeiro mestiço é nativo.....	30
Figura 12 - Democracia também pode ser racista	33
Figura 13 – Cadeia de Equivalências: Nazismo	34
Figura 14 - Nação Mestiça pede audiência a Damares Alves (2019).....	36
Figura 15 - Fantasma do Comunismo	37
Figura 16 - A Mestiçagem Unifica o Brasil.....	39
Figura 17 - Miscigenação Gera Mestiços.....	40
Figura 18 - Para Entender o Indigenismo: Lévi-Strauss	47
Figura 19 - Evolução do Racismo	54
Figura 20 - Saúde Indígena <i>versus</i> Saúde Mestiça	56
Figura 21 - Sub, o Pardo Submisso em Mais Valia	59
Figura 22 - Academia Branca de Antropologia	60
Figura 23 - A Invenção da Cultura do Estupro.....	62
Figura 24 - X Seminário Sobre a Identidade Mestiça	66
Figura 25 - Para Entender o “Negrismo”: Marielle Franco	68
Figura 26 - Para Entender o "Negrismo": Florestan Fernandes.....	72
Figura 27 - Para Entender o "Negrismo": Kabengele Munanga.....	72
Figura 28 - Família Tradicional Mestiça	74
Figura 29 - Para Entender o "Imigrantismo"	76
Figura 30 - Todo Racista é Traidor da Pátria.....	77
Figura 31 - Dia dos Bandeirantes	78
Figura 32 - Racismo Petista na Constituinte de 88.....	79

Figura 33 - Cadeia de Equivalências: Putin e Lula	83
Figura 34 - Não Somos Iguais Perante a Lei	86
Figura 35 - A Teoria da Degeneração da Humanidade	90
Figura 36 - Discriminação por Invisibilização.....	91
Figura 37 - Manipulação Estética	92
Figura 38 - Cotas Para mestiços	93
Figura 39 - Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro	95
Figura 40 – “Tribunal Racial”	97
Figura 41 – Núcleo de Careiro da Várzea Protesta por Asfalto	99
Figura 42 - Para Entender o Afroimperialismo": Luiza Bairros.....	100
Figura 43 - Querem Acabar com os Caboclos.....	101
Figura 44 - Para Entender o "Afroimperialismo": Mimese Inversa	103
Figura 45 - A mestiçagem Faz o mestiço.....	108
Figura 46 - No STF Contra as Cotas Raciais.....	110
Figura 47 - Mestiço no Censo.....	112
Figura 48 - Cotas Independentes Para mestiços.....	113
Figura 49 - Autodeclaração Parda no Censo do IBGE	114
Figura 50 – <i>Transblack</i>	114

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	Associação Americana de Antropologia
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACRA	Associação dos Caboclos e Ribeirinhos da Amazônia
CEPIR	Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial
CMC	Conselho Municipal de Cultura
COMDEMA	Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente
CMDH	Conselho Municipal de Direitos Humanos
CMS	Conselho Municipal de Saúde
CNPIR	Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial
CONAPIR	Conferência Nacional da Promoção da Igualdade Racial
FMPP	Fórum Mestiço de Políticas Públicas
FOFRAFRO	Fórum Afro da Amazônia
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MPMB	Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro
NM	Nação Mestiça
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Projeto de Lei
PLANAPIR	Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
PT	Partido dos Trabalhadores
SEC	Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação e Desporto
SEJUSC	Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania
SEMASC	Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Manaus
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
STF	Supremo Tribunal Federal
TI	Terra Indígena

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
1.1 METODOLOGIA.....	9
2 XII SEMINÁRIO SOBRE A IDENTIDADE MESTIÇA	12
2.1 PERSONAGENS E MOTIVAÇÕES.....	12
2.2 “O MESTIÇO BRASILEIRO”: ORIGEM E DESTINO	15
2.2.1 “Ruralismo indigenista”: Mimese e Multiculturalismo	23
2.2.2 “A mestiçagem unifica o Brasil”: Democracia e Igualdade	32
2.3 “ONDE HÁ JUSTIÇA, HÁ ESPAÇO PARA TODOS”: ESTADO, MERCADO E IDENTIDADE.....	41
3 QUANDO COLONIALISMO E NEOLIBERALISMO SE ENCONTRAM	54
3.1 CORTINA DE FUMAÇA	54
3.2 FREIRISMO X FREYRISMO	59
3.3 “ESQUERDISMO IDENTITÁRIO”.....	65
3.4 NEOLIBERALISMO E CULTURAS DE LIBERDADE	74
4 O LUGAR DO MESTIÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS	86
4.1 “NÓS NÃO QUEREMOS COTAS, NÓS QUEREMOS RESPEITO”	86
4.2 A META-RAÇA E O DISPOSITIVO DA MESTIÇAGEM NAS POLÍTICAS ÉTNICO-RACIAIS	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: COFFE BREAK E MAIS PERGUNTAS	116
5.1 OLHAR A SI MESMO COM OS OLHOS DO BRANCO	118
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

Fundado em 2001, na periferia de Manaus (AM), pelo médico Jerson Cesar Leão Alves, o Nação Mestiça ou Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (NM ou MPMB)¹ é um movimento social autointitulado conservador e que está em atividade há mais de duas décadas. Em panfleto digital intitulado “A Miscigenação Une a Nação” e disponível em seu blog, apresenta a si mesmo:

É a associação do povo mestiço, ou seja, o povo da etnia mestiça brasileira. Dedicar-se, entre outras, à **valorização do processo de mestiçagem** entre os diversos grupos étnicos que deram origem à nacionalidade brasileira, à **defesa dos direitos e interesses do povo mestiço** (nas quais estão incluídos os pardos), à **promoção e defesa da identidade mestiça** e ao **reconhecimento dos mestiços como herdeiros culturais e territoriais** dos povos dos quais descendam. (Nação Mestiça, 2012, grifos Nossos).

No mesmo site, também observamos em destaque a definição de mestiço:

Mestiço brasileiro é o indivíduo que como tal se identifica, de cor parda ou não, e que é descendente de mestiço ou de qualquer miscigenação entre índio, branco, preto, amarelo ou outra identidade não-mestiça, que se identifica como distinto destas e etnicamente de qualquer outra e que é, nestes termos, **reconhecido pela comunidade da etnia mestiça brasileira (nacional, nativa, unitária, indivisível, originada e constituída durante o processo de formação da Nação brasileira e indissociável e exclusivamente identificada com esta).** (Nação Mestiça, 2012, grifos nossos).

Representado pelas cores da bandeira (verde, amarelo e azul) e pela onça-pintada², que é também mascote do Exército Brasileiro, o mestiço é eleito pelo Movimento Pardo-Mestiço como o sujeito da luta que a associação empreende.

¹ Utilizo ambos os nomes e as siglas respectivas para me referir ao mesmo movimento social. Em documentos oficiais, o uso varia. Sancionada em 06 de março de 2008 pelo então prefeito de Manaus, Serafim Fernandes Corrêa, a Lei N° 1.214 declara a “Utilidade Pública, para todos os efeitos no âmbito do município de Manaus, por tempo indeterminado, do ‘MOVIMENTO PARDO-MESTIÇO BRASILEIRO – MPMB’, fundado aos quinze dias do mês de maio do ano de dois mil e cinco, pessoa jurídica de direito privado e Associação Civil sem fins econômicos [...]”. A data, no entanto, difere da fundação do Nação Mestiça, sempre associada a 2001. Além disso, depois de sancionada a Lei da Utilidade Pública do MPMB, ainda observamos o nome “Nação Mestiça” ser utilizado, como na designação dos Conselheiros de Direitos Humanos de Manaus, em 08 de agosto de 2008. Ou como na designação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente em 2010, em que ambos os títulos são combinados, constando lado a lado e separados apenas por um hífen.

² Algumas vezes o leopardo, animal predador cujo habitat é a África e a Ásia, também é usado como símbolo. Isso acontece pela semelhança física com a onça-pintada e pelo trocadilho possível com a palavra “pardo”, classificação importante para o Nação Mestiça.

Figura 1 – Símbolos do Nação Mestiça



Fonte: Site do Nação Mestiça

Sendo assim, motivações como a “valorização do processo de mestiçagem”, a defesa dos “direitos dos mestiços” e a manutenção da unidade nacional – que o MPMB associa necessariamente à identidade mestiça – são mobilizadas nas empreitadas políticas desse movimento. Por meio dessas justificativas, ao longo dos seus 22 anos de existência o MPMB tomou parte em uma série de mobilizações, como na campanha de 2009 contra o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (PNDH-3). Decretado em 21 de dezembro de 2009 pelo então presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, o documento versa sobre a laicidade do Estado, o respeito e valorização à diversidade religiosa, respeito aos direitos sexuais e reprodutivos, sobre a promoção da igualdade e proteção dos direitos da população negra, sobre a importância em garantir a existência dos povos indígenas e dos seus modos de vida na terra, além de questionar a abordagem do Estado brasileiro em relação ao tráfico de drogas e propor discutir estratégias de redução de danos. Houve também protestos contra o Estatuto da Igualdade Racial (2010), oposição à Lei de cotas Nº 12.711/2012, às demarcações de Terras Indígenas (TIs) como Raposa Serra do Sol (RO) e Muritinga/Tracajá (AM) etc. Ainda, houve a defesa da CPI da FUNAI e do INCRA em 2017, das PECs 38/99 (arquivada em 2014) e 2015/2000 (arquivada em 2023), bem como a Portaria 303/12 da Advocacia-Geral da União e a tese do Marco Temporal, iniciativas que ameaçavam direitos indígenas como demarcações de TIs. Ao longo dos capítulos, citaremos outras mobilizações,

mas importa dizer que elas vão além de questões estritamente étnico-raciais, como nos protestos contra o Marco Civil da Internet, contra o Estatuto do Desarmamento, pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff e o endosso à acusação de fraude nas eleições de 2022. Em 2021, quando acontecia a convocação de bolsonaristas para protestos antidemocráticos no 7 de setembro, foi publicada a imagem abaixo no site do Nação Mestiça:

Figura 2 - Onça-pintada no Congresso Nacional



Fonte: Site do Nação Mestiça

O mestiço idealizado é o ponto de partida para a política conservadora do NM e sua defesa da mestiçagem tem base na concepção deste processo como parte do “destino histórico” do Brasil, bem como o único caminho legítimo para uma “democracia pluralista” capaz de promover a liberdade e oportunidades iguais para todos os brasileiros. Desse modo, a defesa da mestiçagem se torna a defesa da “supremacia da Nação” e do “Estado de Direito”. O NM afirma que “ama e defende a Nação brasileira, sua identidade, unidade, soberania e integridade territorial”, assim como “trabalha em defesa da ética, da paz, da nacionalidade e cidadania brasileiras, da família, de liberdade de consciência e de expressão”. Além disso, também se posiciona contra “ideologias e regimes totalitários” e em oposição ao “racismo e à segregação racial e étnica”. Em suma, a intenção do MPMB é fomentar a defesa da mestiçagem como defesa nacionalista do Brasil, do seu povo, da democracia, da

liberdade e de valores conservadores contra o que chama de “divisionismo”, isto é, contra tudo aquilo que contraria a sua hegemonia.

No discurso do Movimento, o “multiculturalismo” aparece frequentemente nesse lugar de ameaça perigosa e disseminadora da “antimestiçagem” (LUCIANI, 2016). Para o Nação Mestiça, esse inimigo desafia a narrativa de espontaneidade, igualdade e unificação que integra o mito das três raças, do qual o NM é um porta-voz e também transformação contemporânea (MARAJO, 2019). Segundo esse movimento social, o “multiculturalismo” divide o Brasil em diferentes raças, etnias ou culturas, pondo em risco a unidade do seu povo e do seu território, além de causar a importação acrítica de princípios morais e de empreendimentos econômicos estrangeiros prejudiciais à soberania do país. Sendo assim, acusam os movimentos negros, indígenas, feministas, LGBTQIAPN+, religiões não-cristãs, o comunismo e o neoliberalismo de propagandear a segregação e servir a interesses estrangeiros, inclusive por meio de ONGs internacionais, para obter privilégios individuais. O propósito do Nação Mestiça, afinal, é devolver o prestígio à narrativa de um passado romântico, em que reinava a harmonia racial refletida na família cristã heterossexual e mestiça, pilar sobre o qual a civilização brasileira se construía espontaneamente, graças à bravura e ao amor dos homens e de Deus.

Logo, o NM surge do diagnóstico da desvalorização dos princípios que lhe são caros – equivalendo-o ao perigo de destruição da nação – e sua própria existência se trata de um contra-ataque situado numa guerra pela sobrevivência. Este é o modo extremo pelo qual o Nação Mestiça lida com o Outro quando tem sua hegemonia ameaçada e, nesse modo de guerrear, a assimilação e a eliminação são a base para o desenvolvimento de um *modus operandi* eficaz contra os avanços inimigos. Seu método, hoje mais do que nunca, é adaptado à estratégia inimiga por meio da apropriação do discurso do Outro contra ele mesmo: o “feitiço contra o feiticeiro” ou “mimese inversa” (CESARINO, 2018). O multiculturalismo foi apropriado e a guerra se tornou também “cultural”, voltada para a competição entre identidades/etnias por direitos e políticas públicas, algo que é, substancialmente, contrário ao ideal de direitos universais defendido pelo Nação Mestiça – essa defesa, é claro, é apenas para o “trabalhador brasileiro” que está conformado com o modelo conservador de cidadão no discurso do NM. Desenvolvida a nível local, nacional e global – escalas nas quais o Nação Mestiça intenciona representar, respectivamente, “caboclos”, “mestiços” e “brasileiros” –, a guerra cultural subverte o

multiculturalismo contra ele mesmo e, ao invés de promover a diversidade, age para consolidar uma só cultura brasileira. Dessa forma, o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro luta a partir de identidades assimiladoras contra “a divisão” – que traduzo por “diferença” – e por Um só destino histórico, que é também o Estado-nação (CLASTRES, 1974/1990).

Como parte do seu *modus operandi*, a teoria nativa do NM estabelece uma cadeia de equivalência (LACLAU *apud* CESARINO, 2018) formada por termos como “petismo”, “globalismo”, “esquerda”, “elite branca”, “divisionismo”, “neoliberalismo”, “comunismo” e “multiculturalismo”, e que ocupam o lugar do significante vazio negativo que define quem/o que é o inimigo. Já a cadeia de equivalentes aos aliados/amigos é composta pelos ideais de “liberdade”, “igualdade”, “democracia”, “união”, “mestiçagem”, “miscigenação”, “mistura”, “nação” e quem ou o que mais puder ser (re)posicionado nas alianças ao longo do caminho. Por entre o antagonismo amigo-inimigo (Ibid.), a depender do argumento ou da situação, uma série de elementos transita. “Estado”, por exemplo, pode ser um dos principais promotores da “mestiçofobia” (por meio do multiculturalismo) e também derivar sua legitimidade da defesa da nação – para o NM, essencial e culturalmente mestiça.

Figura 3 - Cadeia de Equivalências: Mestiçofobia



Fonte: Site do Nação Mestiça

Esses encadeamentos são, é claro, produzidos a todo tempo, mas os avanços da globalização e do neoliberalismo progressista (FRASER, 2019) no Brasil

– a Constituição de 1988 é um marco – e no mundo têm um papel importante nisso. A crítica à aliança entre capitalismo e progressismo, com a sua reorganização dos eixos da distribuição e do reconhecimento, está presente na associação que faz o NM entre o crescimento da riqueza de uma elite “politicamente correta” e, não obstante, o aprofundamento da desigualdade social brasileira. O problema de fundo para eles, no entanto, não é o capitalismo em si, mas a desigualdade nas condições para a competição. Aí testemunhamos, também, o ressentimento nutrido contra minorias políticas, acusadas de racistas, totalitárias, segregacionistas e teleguiadas pelo “globalismo” e pelo “multiculturalismo”, sendo assim responsabilizadas pela expansão da desigualdade econômica. Para enfrenta-los, o Nação Mestiça reivindica “direito originário” com base na autoatribuição de etnia e do status de nativo original ao mestiço brasileiro. Alega-se que o primeiro mestiço nasceu da mistura e do casamento entre o homem português e a mulher indígena, ao passo que o negro apenas depois veio fazer parte da constituição do povo brasileiro. Daí vem a noção de que os “mestiços”, sobretudo os “caboclos” amazonenses – a maioria estatística da população do Amazonas se autodeclara parda –, são os verdadeiros herdeiros do território nacional. Os membros do NM e seus aliados utilizam esse argumento – bem como o pedido de reconhecimento da etnia – para tentar embasar suas contestações contra demarcações de terra, contra a rejeição à inclusão do “mestiço de aparência branca” nas cotas raciais e outras medidas que consideram injustas e divisionistas.

O discurso de ódio contra minorias políticas, a sua admiração pelo militarismo, pela ditadura militar de 1964-1985, pela Ação Integralista Brasileira, assim como o apoio entusiasmado a governos como o de Donald Trump e de Jair Bolsonaro, aproximam o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro da extrema direita, na qual o localizo. Uma das suas semelhanças, inclusive, com uma extrema direita contemporânea, é a resposta anti-iluminista à “expansão aparentemente inexorável do liberalismo – social, cultural, sexual, ambiental, religioso e, sim, até político” (ALEXANDER, 2018, p. 1013). Seus *modus operandi* também são parecidos, como na investida nos campos da cultura e da educação (MALY, 2019), nos quais se valem de revisionismo histórico e de teorias da conspiração. Essa investida também corre no meio digital, a partir de uma estética populista³ que representa o povo como

³ Parto da concepção de Eagleton da estética enquanto “prótese da razão”, isto é, a impressão de “unidade-na-variedade” (Ibid., p. 19). Para o filósofo, a estética “participa ao mesmo tempo do

underdog – um competidor de baixo status na sociedade com poucas chances reais de vencer – e da sua essência nacionalista, que equivale a nação ao *ethos* do povo⁴. Essas semelhanças indicam que esta pesquisa pode contribuir para a compreensão do *modus operandi* da extrema direita contemporânea no Brasil e no mundo.

Sendo assim, o Movimento parte da compreensão de si mesmo como representante de um povo-nação cuja essência e existência estão sendo enfraquecidas em uma guerra cultural contra o “multiculturalismo”, o “globalismo” e o “neoliberalismo”. Para impedir que isso aconteça, que o Um se desintegre, o NM procura sabotar as armas empunhadas pelo inimigo e que considera mais perigosas, isto é, as políticas públicas voltadas para a identidade, principalmente as políticas étnico-raciais. Portanto, em *Nação Mestiça: guerra cultural e políticas públicas no modus operandi da direita conservadora amazonense*, elaboro uma resposta à pergunta: por que o Nação Mestiça se utiliza das políticas públicas étnico-raciais se as abomina? Minha resposta precisou passar pelo “como”, pelo seu *modus operandi*, a forma pela qual se infiltra nas instâncias de discussão e promoção de políticas públicas étnico-raciais para mina-las por dentro. Dito isso, para abordar o assunto, escolhi estruturar os capítulos de acordo com o andamento do XII Seminário sobre a Identidade Mestiça, evento acontecido em 2022 e tradicionalmente realizado no mês de junho pelo NM por conta da Lei do Dia do Caboclo. Escolhi esse evento porque é resultado da inserção do Movimento nas instâncias de discussão de políticas étnico-raciais no Amazonas, como a SEJUSC

racional e do real, suspensa entre os dois, um pouco à maneira do mito em Lévi-Strauss” (1990/1993, p.9). Eagleton, baseado em Baumgarten, escreve que a estética é uma imitação da razão e até mesmo condição de existência desta, que por ser transcendental é separada da sensualidade do corpo. Ele fala sobre como a estética é frequentemente usada para perceber e fabricar coesão, o que pode ou não ser transformado em conhecimento científico. Ou seja, vejo no Nação Mestiça uma tentativa de criar uma coesão (um *ethos* brasileiro unificado) a partir da estética, inclusive no apelo ao mito das três raças. Podemos compreender melhor o populismo do NM, bem como a sua valorização da experiência pessoal em detrimento do conhecimento científico, se considerarmos a importância da estética para esse movimento.

⁴ De acordo com De Cleen e Stavrakakis (2017), tanto o nacionalismo como o populismo giram em torno da soberania “do povo”, o que também acontece no MPMB. Mas enquanto o nacionalismo opera no eixo “in/out” e compreende o povo como nação, o populismo privilegia o eixo “down/up” e pensa o povo como “underdog”. O MPMB transita entre ambos os tipos de discurso, mas é o nacionalismo que está no seu centro, submetendo o eixo “down/up” ao “in/out”, como quando se põe contra demarcações e às associa a uma elite global ou quando condena o acolhimento a imigrantes venezuelanos. N’O *Livro do Mestiço*, material produzido pelo MPMB para toda a comunidade de mestiços brasileiros, consta que a Nação brasileira é anterior ao Estado, “cuja legitimidade deriva e é inseparável da sua finalidade de preservar e servir a Nação”. Apesar disso, opto pelo termo “conservadora” ao me referir ao Nação Mestiça no título desta pesquisa, uma vez que frequentemente a palavra consta em seus textos, além de considerar que ela exprime melhor que “nacionalista” o forte caráter anti-progressista desse movimento.

(Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania). Além disso, o XXI Seminário nos permite ter contato com o discurso do NM, com os discursos dos seus aliados e com opiniões contrárias a eles, assim como nos possibilita observar momentos de confronto de ideias. Considero que isso enriqueceu o conteúdo deste trabalho.

Comecei, então, com uma apresentação geral da perspectiva êmica no NM, esforço que iniciou na minha Monografia (MARAJO, 2019) e que agora pôde ser aprofundado. Hoje tenho mais clareza sobre o foco do Nação Mestiça nas políticas públicas étnico-raciais, o que se relaciona também ao seu antipetismo. Neste primeiro capítulo faço uma exposição dos princípios do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro – incluídos a democracia, a igualdade, a família cristã e a ideologia da mestiçagem –, descrevo seus líderes, sua estrutura interna e as pautas mais importantes nas quais engajaram ao longo dos anos. Escrevo detalhadamente a respeito do *modus operandi* da organização, o que nos leva à sua participação na discussão e elaboração de políticas públicas a partir da etnia mestiça.

Já no segundo capítulo, discuto a relação ambivalente do Nação Mestiça com o neoliberalismo progressista, ao qual se opõe e, ao mesmo tempo, adere ao participar da competição por recursos escassos por meio da identidade. Chamo atenção para como a linguagem da guerra cultural é utilizada *no* e *contra* o neoliberalismo e seus aliados, o globalismo e o multiculturalismo. A etnia mestiça dá base para o desenvolvimento de uma “cultura de liberdade” (TSING, 2020), ou seja, uma estratégia político-econômica mobilizada para competir pela sobrevivência em um ambiente hostil, como é o mundo neoliberal, em ruínas (BROWN, 2018). Argumento, ainda, que há uma aproximação possível entre as paisagens de guerra no neoliberalismo e na colonização. Demonstro que ambas ensejam o niilismo, presente no transacionalismo entre o capital e os conservadores brasileiros que tentam assegurar seu poder. Este é o ponto em que a “desvalorização dos valores” (Ibid., p. 117) transformados em moeda de troca, permitem ao NM que reivindique aquilo que despreza a fim de alcançar direitos básicos e hegemonia. Em guerra, o Nação Mestiça relativiza seus ideais e inclina-se em direção ao niilismo para poder combater o “esquerdismo identitário”, ao mesmo tempo em que limita a sua aliança com o neoliberalismo ao persistir no imperativo de “fazer sociedade” – herança colonial – (LUCIANI, 2016), traduzido no ideal de um povo e uma nação soberanos.

O terceiro capítulo, por sua vez, é centrado na articulação dos dois primeiros com a prática do Movimento em Conselhos como os de Direitos Humanos, Promoção da Igualdade Racial e Cultura. A partir da questão do pardo amazonense – o caboclo – e do entrelugar do mestiço – “branco demais para ser negro e negro demais para ser branco” –, discuto os desafios enfrentados pelas ações afirmativas para a diminuição efetiva da desigualdade. Fraudes e “casos difíceis” (RODRIGUES, 2022) são recorrentes e advêm de um problema não superado chamado “dispositivo da mestiçagem” (Ibid.), que permite aos brancos que se movam entre fronteiras – inclusive para escapar de acusações de racismo – e relega a negros e indígenas posições de baixo status social. Demonstro que o NM intenciona reabilitar o dispositivo da mestiçagem, enquanto as políticas étnico-raciais querem desarticulá-lo. No fim do capítulo e na conclusão, argumento que, para garantir que as ações afirmativas sejam, de fato, usadas para minar as desigualdades – não a diversidade – é preciso repensar o lugar do pardo de ascendência indígena em relação à categoria “negro”, assim como a rigidez que algumas identidades podem assumir. As teorias da (contra)mestiçagem podem nos ajudar com isso, a fim de impedir que o branco bloqueie os fluxos afroindígenas.

1.1 METODOLOGIA

A pesquisa que culminou neste texto foi desenvolvida a partir de etnografia realizada no meio digital. Redes sociais como *Twitter*, *YouTube*, *Facebook* e *Telegram* fizeram parte dos ambientes pelos quais transitei nesse meio. O blog do Nação Mestiça, com mais de 2000 publicações/documentos, também foi muito importante. A partir dele, fiz uma codificação (GIBBS, 2009) dos dados gerais, transformando-os em códigos ou palavras-chave que me ajudaram a fazer sentido daquele material. Nesse blog, pude ler a maior parte do discurso escrito do Movimento, assim como dele retirei quase todas as imagens que estão destacadas nos capítulos – as outras vieram das redes sociais. Documentos como o *O Livro do Mestiço* também foram encontrados ali.

Além disso, realizei em 2022 uma entrevista semiestruturada com Leão Alves, ex-presidente do Nação Mestiça, atual secretário geral do Movimento e Conselheiro de Promoção da Igualdade Racial. Também entrevistei duas vezes, entre 2021 e 2022, o Professor Ivan, ex-membro do NM. Ainda, realizei pesquisa a partir da

ferramenta *Querido Diário*, plataforma lançada em junho de 2021 e na qual é possível fazer buscas por conteúdo encontrado nos diários oficiais dos municípios brasileiros por meio de palavras-chave, nomes de municípios ou datas. Com a ajuda do *Querido Diário*, encontrei muitos documentos que comprovam a participação do Movimento Pardo-Mestiço em uma série de Conselhos ao longo dos anos, em eventos financiados com verba pública, além dos nomes dos representantes do Movimento e sua rede de aliados. Infelizmente, não tive acesso às atas de reuniões de Conselhos compostos pelo MPMB e que solicitei, em 2022, pela Lei de Acesso no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão do Governo do Estado do Amazonas. O pedido foi encaminhado à SEJUSC e nunca obtive resposta.

Busquei, então, na etnografia do digital, comparar números e dados descritivos para pensar a mimese, a cultura e a guerra no *modus operandi* do NM. Faço das palavras de Adriana Dias (2005, p. 27), pioneira na pesquisa sobre neonazistas brasileiros na internet, as minhas palavras: “[...] tomei estes sites como nativos, e o contato com seu discurso, imagético, textual e hipertextual, a que denomino totalidade discursiva digital, como experiência etnográfica”. Penso, aqui, a etnografia como uma prática de descrição verbal (INGOLD, 2011), ainda que ela lide com algo que vai muito além do verbal, como explicita Dias. A noção das práticas de ativismo digital como “socio-technical assemblages” (CHADWICK, 2017, p. 110-11 *apud* MALY, 2019, p. 2-3) também me ajudou a entender a política do NM como mediada e moldada pelo digital na sua performance e atos sociais.

No mais, um adendo sobre onde me localizo nessa etnografia se faz necessário: uma vez que tratei e trato aqui de um movimento social que está numa posição do espectro político radicalmente incompatível com a que me alinho, mais uma vez Vincent Crapanzano me auxilia nesta tarefa de tradução e crítica. Em “Waiting: The Whites of South Africa”, ele compreende a importância de abordar a perspectiva do discurso de ódio, isto é, a dos racistas da África do Sul, antes de criticá-la *a priori*. Levá-los a sério, entretanto, não significa tornar-se esse Outro indigesto, adotar aquela perspectiva – que é, inclusive, anti-Antropologia, no caso do Nação Mestiça – sobre o mundo. Apenas fazendo uma boa tradução antropológica é possível fazer contribuições produtivas ao campo pesquisado.

Tratando-se, portanto, do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, é importante ter em mente que pesquisador(a) e interlocutores estabelecem, na etnografia, relações que não são necessariamente simétricas em expectativas, o

que não implica necessariamente em omissão ou confusão. Afinal, há um histórico na Antropologia de produzir trabalhos que posteriormente são mobilizados pelos interlocutores para reivindicações diversas, e o MPMB frequentemente faz um uso recortado e anti-acadêmico das ciências para os seus objetivos. Se a preocupação dos interlocutores é esta, e não especificamente a produção de conhecimento científico, não se trata de uma incompostura metodológica, e sim de escolhas. Quer dizer, o interlocutor pode conceber aquela relação como tendo um fim principal para além da pesquisa antropológica, ao contrário do que se espera do antropólogo. Dito isso, estou ciente de que minha pesquisa pode ser apropriada, como outros antropólogos foram, por essa organização. Tendo em vista essa possibilidade, me comprometi com uma metodologia rigorosa e clara, e com uma escrita que evidencia, pela via antropológica, contrapontos ao pensamento reproduzido pelo NM. Faço dessa possibilidade e dessa prática mimética da antropologia por parte do Nação Mestiça base para a reflexão central desta pesquisa.

2 XII SEMINÁRIO SOBRE A IDENTIDADE MESTIÇA

2.1 PERSONAGENS E MOTIVAÇÕES

Em 22 de Junho de 2022 acontecia em Manaus um evento já tradicionalmente idealizado pelo Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro (MPMB). Na sua décima segunda edição, o Seminário Sobre a Identidade Mestiça propunha oferecer a professores da rede pública estadual um mini curso formativo. A ideia era instruir esses professores para que pudessem reagir ao racismo científico das universidades e enfim tratar de forma adequada sobre a identidade mestiça em sala de aula. Entre seus organizadores estão o MPMB ou Nação Mestiça (NM), assim como a Associação dos Caboclos e Ribeirinhos do Amazonas (ACRA) e o Fórum Nacional do Mestiço (FNDM), apoiados pelo Governo do Estado do Amazonas, pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), a Secretaria de Cultura e Economia Criativa (SEC) e pela Prefeitura de Manaus. É Helderli Castro (apelidada de Helda), atual presidente do MPMB, quem medeia todo o evento. Sempre tentando apaziguar os conflitos entre a plateia e os palestrantes, suas palavras são firmes, ainda que não consigam impedir o descontentamento de parte dos professores presentes.

A filmagem e a captura de som, disponíveis em vídeo no canal do YouTube “nacaomestica”, privilegiam a mesa e mostram muito pouco da plateia, à qual ouvimos apenas de modo entrecortado e quase nunca observamos, a não ser pelas raras passagens da câmera no início do Seminário ou quando uma pessoa ou outra tenta passar despercebida pela frente do palco – geralmente organizadores e palestrantes. Tudo acontece dentro de um pequeno auditório, com capacidade para aproximadamente cento e vinte pessoas. O espaço está lotado e há quem fique de pé, sentado ou circulando pelo salão. É imediata a constatação de que há um grupo organizado em peso ali para prestigiar o evento: seja no palco ou na área da plateia, vemos várias blusas amarelas do ACRA e do MPMB. Quando Helda abre a cerimônia, saúda os membros do MPMB/NM que estão presentes, tanto do núcleo de Manaus como de outras partes do estado – Careiro da Várzea, Iranduba e Autazes. Agradece também a presença do grupo de mães [inaudível]⁵ de Ouro!

⁵ A palavra ininteligível soa como “mães” ou “mãos”.

Zumbi! Convida então para compor a mesa o representante do governador Wilson Lima, o “doutor” Edgar Duarte Nogueira. Em seguida, chama a representante do Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, Ana Caroline de Jesus Santos; a representante temporária da SEDUC – assumindo o posto enquanto a professora Carla ou a secretária Arlete não chegam –; a representante da SEMED e Assessora Pedagógica de História, Maria Vilani; o representante da SEJUSC, senhor José Flávio; o Secretário Geral do MPMB, “doutor” Leão Alves, representando o Nação Mestiça e o Fórum Nacional do Mestiço (FNM); o tesoureiro e representante do Núcleo Careiro da Várzea, Manuel; e o coordenador do ACRA, Laucivanio Ramires de Aparício, representando o município de Iranduba. “Como bons nacionalistas” que são – palavras de Helda –, nossa mediadora justiça e convida a todos para que fiquem de pé e cantem o hino nacional brasileiro. Concretizada essa parte da solenidade, Helda chama para juntar-se à mesa a vice-presidente do núcleo Autaz-mirim, a senhora Sila, e aproveita para cumprimentar publicamente a “doutora” Ana Carolina Miranda Dantas, advogada especializada em Direito Administrativo. Iniciam as saudações de cada componente da mesa.

Jerson Leão Alves, médico e marido de Helderli, assume a palavra. Apresenta-se como coordenador do FNDM e secretário-geral do MPMB, além de conselheiro estadual e nacional de Promoção da Igualdade Racial, nos quais é suplente pelo Nação Mestiça. Laucivânio Aparício (ACRA) – que já compôs Conselho em nome do NM –, por sua vez, apresenta-se afirmando seu compromisso com a luta pelos direitos dos caboclos e ribeirinhos do Amazonas. Sila (MPMB, Autazes-mirim) se prontifica para a luta e é aplaudida pela longa distância que ela e outros membros tiveram que percorrer para chegar até ali. Também a professora Carla (SEDUC, representando a professora Arlete, secretária) agradece o convite, a oportunidade de debate, elogia Helda (“guerreira”, “mulher de luta”) e garante que estão juntas na luta em apoio a toda forma de inclusão e contra a diferença nas escolas desde a sua base. Igualmente em tom elogioso, a professora Vilani (assessora pedagógica de História na divisão de Ensino Fundamental da SEMED) constata o momento histórico que esse evento inaugura na construção de identidade, tanto na história local como na história nacional e internacional. Faz questão de demonstrar o seu entusiasmo em aprender sobre a formação do povo brasileiro com os participantes do Seminário, os quais parece ter em alta conta. O Corpo dos Bombeiros agradece a convocação em nome do comandante, garante

apoio total e se põe à disposição do movimento para atender no que for necessário, quando preciso. Na sua vez de falar, em tom de prévia, Ana Dantas promete trazer um caso concreto – o seu próprio – para a discussão. Ela se compromete em demonstrar que a questão mestiça ultrapassa a escala regional e incentiva a plateia à luta pelo reconhecimento da identidade. José Flávio (SEJUSC), mantendo a mesma linha de Dantas e Vilani, fala em luta nacional, em crescer e organizar para chegar mais longe. Também assegura seu apoio⁶ e apresenta-se como gerente da Igualdade Racial da SEJUSC. Enfim, a última saudação é do representante do governador, que oferece o apoio do governo, incluindo o da SEJUSC. Promete que toda a estrutura que existe hoje no governo estadual estará disponível para impulsionar o Movimento.

Figura 4 - Dia do Mestiço



Fonte: Site do Nação Mestiça

Depois de apresentada a mesa, Helda retoma a palavra e agradece novamente aos apoiadores do Seminário: a SEJUSC, a Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa (SEC), Secretaria de Estado de Educação e Desporto (SEDUC), Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC), Governo do Estado do Amazonas, Prefeitura de Manaus e Assembleia Legislativa. Logo em seguida, ela cita os Conselhos que hoje o MPMB compõe: Conselhos Estadual e Nacional de Promoção da Igualdade Racial – são presidentes a nível

⁶ O MPMB tem uma relação de longa data com a SEJUSC. Helderli foi presidente e vice-presidente do Conselho Municipal de Direitos Humanos de Manaus (CMDH), sua organização já integrou o Conselho Estadual de Direitos Humanos e o Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR). Todos eles estão sob a alçada da SEJUSC

estadual –, Conselho Municipal de Direitos Humanos, Conselho Estadual de Saúde e Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente – foram reconduzidos para ambos.

Assim, introduz os espectadores ao prestígio da sua posição e organização políticas. Helderli fala da fundação do Nação Mestiça em 2001, em Manaus, com o objetivo de defender os direitos dos mestiços, cuja origem narrada se dá pouco depois da invasão colonizadora portuguesa no Brasil, por volta de 500 anos no passado. Tal como conta o “mito das três raças”, que dá e ganha vida, entre tantos outros fenômenos, no NM. Das suas conquistas concretas alcançadas ao longo de pouco mais de duas décadas, Helderli menciona com orgulho a criação da lei estadual do Dia do Caboclo no 24 de junho – no qual também acontece o Festival do Mestiço, em 2022 na sua décima primeira edição. Há ainda o feriado em Autazes e Careiro da Várzea pelo Dia do Mestiço no 26 de junho⁷. Seu objetivo, ela proclama, é o reconhecimento da identidade nacional brasileira originada na mistura entre indígenas, negros e brancos. A mesa é desfeita e começa a primeira palestra.

2.2 “O MESTIÇO BRASILEIRO”: ORIGEM E DESTINO

A história que Leão nos ensina traz em si o tom de denúncia e reivindicação característicos do NM. Seus temas principais são a formação do Estado e do povo brasileiros, a miscigenação, relações interraciais, o direito originário mestiço, racismo, perseguição estatal e o ensino formal sobre a identidade mestiça. Ele conecta esses tópicos dentro de uma narrativa na qual o sujeito mestiço é a vítima e a salvação. A identidade mestiça, para Leão e o NM, é o principal elemento de unificação do Brasil, ameaçado em sua existência pelos interesses de uma elite – sobretudo branca – globalmente articulada e alinhada à Esquerda. Diferenciar grupos em raças ou etnias, tido como o oposto maniqueísta da mestiçagem, é considerado uma estratégia dessa elite: dividir o povo e o território para enfim domina-los. Desse modo, são tomadas por ameaça quaisquer ações que visem ao reconhecimento do que chamamos de minorias políticas. De certo modo, há um universalismo e igualitarismo de fundo nessa ideia de que o verdadeiramente correto

⁷ As leis que instituem o Dia do Caboclo são as de Nº 3.140 no Amazonas, e Nº 1.151 em Manaus. Ambas foram promulgadas em 2007. Em 2012 é criada a lei Nº 453, que institui o Dia do Mestiço em Careiro da Várzea. Além disso, em 2008, a lei de Nº 1.214 de Manaus torna o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro de Utilidade Pública.

a se fazer é a distribuição igual de recursos pelo Estado para a totalidade da população, não a divisão das políticas públicas em “nichos” (indígenas, negros, quilombolas, LGBT etc). Considerando a maioria da população brasileira como mestiça – portanto os verdadeiros cidadãos brasileiros merecedores do poder político –, Leão denuncia a perseguição sistemática pelo Estado e por movimentos sociais indígenas e – principalmente – negros. Para ele, no fim, as políticas públicas conquistadas por esses grupos esquerdistas fomentam a desigualdade e não passam de uma troca comercial entre minorias – que recebem privilégios – e governantes autoritários – que compram o poder para se manter elite.

Não demora muito para que a questão fundiária apareça na fala de Leão. Com frequência ela surge entre as pautas do MPMB, cujos núcleos de Autazes e Careiro da Várzea são localizados próximos à Terra Indígena (TI) Murutinga/Tracajá, declarada em 22 de abril de 2016. Coincidentemente, uma das principais pautas defendidas em nome do “mestiço” é a reivindicação do direito de permanecer em terras que foram demarcadas pela FUNAI, mesmo que os sujeitos não assumam etnia indígena ou quilombola. Para isso, o MPMB alega ancestralidade e o direito à propriedade privada (herança). É essa a base do pedido de reconhecimento de um “direito originário” caboclo e mestiço. A Lei do Dia do Mestiço em Careiro da Várzea, inclusive, estabelece o território do município como de identidade étnico-racial-cultural mestiça brasileira, além de reconhecer o “direito originário” dos mestiços brasileiros.

Figura 5 - Membros do Nação Mestiça



Fonte: Site do Nação Mestiça

Sobre “direito originário”, a base jurídica para a reivindicação de demarcação de qualquer TI, o palestrante declara:

Então direito originário é aquele direito que vem da sua origem. [...] quando a FUNAI demarca a Terra Indígena ela indeniza pela casa, pela benfeitoria, mas ela não indeniza pela terra. Por que que a FUNAI não indeniza pela terra? Porque **segundo a nossa legislação, aquela terra nunca pertenceu àquela pessoa que está sendo retirada da área. Aquela terra sempre pertenceu aos índios.** Então ela [FUNAI] não vai indenizar aquilo que nunca foi dele [mestiço]. Só que a ideia jurídica que dá base para essa [inaudível] do índio é chamada **direito originário**. A ideia de que os índios já estavam aqui antes do Estado brasileiro e que, por isso, eles teriam esse direito de origem. A questão é que nós, mestiços, também descendemos do índio e também temos [direito originário]. Porque o povo mestiço foi gerado pelo índio. Então nós temos direito originário também. O mestiço nunca invadiu terra...Manaus não foi invadida pelos manauaras. ‘Chegaram lá os caboclos e manauaras e invadiram Manaus e expulsaram os manaós’. Não! Os manaós é que geraram os manauaras. E nós somos os seus herdeiros e sucessores naturais, os manauaras. Podem até reivindicar – e a lei orgânica de Manaus nos assegura isso – o nosso direito originário sobre os nossos ancestrais índios. **Todo o legado dos manaós pertence a nós, mestiços, porque nós somos os descendentes deles**, o povo descendente dos manaós. (Grifos nossos).

Ao falar em “manaós”, Leão se refere à etnia indígena que habitava onde hoje fica Manaus, quando da chegada dos colonizadores. Já “manauara” é quem nasce em Manaus ou o que é próprio dessa cidade. Não há registro da existência de indígenas da etnia manaó hoje. Apesar disso, contam as histórias, foram insistentes na luta contra os colonizadores, incluídos aqui os missionários. Um de seus principais líderes teria sido Ajuricaba, que depois de liderar resistência no século XVIII, reza a lenda, foi feito prisioneiro e se jogou no rio para evitar ser feito escravo. Mas apesar disso, Leão encara a história do contato entre manaós e colonizadores ou manauaras de um ponto de vista, digamos, mais otimista. Para o secretário geral do MPMB, os manauaras são filhos da união matrimonial espontânea entre portugueses e indígenas manaós, o que significa que os habitantes de Manaus são descendentes de indígenas e, conseqüentemente, detentores de “direito originário”. Do casamento desejado entre portugueses e indígenas surge a solução perfeita para o conflito étnico: o primeiro brasileiro, o mestiço. É a história que Leão nos conta sobre a fundação do Brasil, atualizada no mito de formação de Manaus.

Ele se expressa nesses termos justamente para alimentar uma contra-narrativa espontaneísta – justificativa para a violência colonial – na disputa pela posse e ocupação da terra. Seu objetivo é ferir o âmago daquilo que viabiliza as demarcações: o “direito originário” à terra dos povos indígenas e quilombolas,

reconhecido pela Constituição de 1988. Desde a redemocratização quase todos os presidentes do país, à sua maneira, atenderam a pedidos de demarcação, e a Constituição, como documento-projeto democrático, foi a base de apoio para isso. O maior destaque foi Fernando Henrique Cardoso, cujos mandatos são acusados de “neoliberais” e “entreguistas” pelo MPMB e foram responsáveis por cento e dezoito TIs declaradas, além de cento e quarenta e cinco TIs homologadas (ISA, 2017 *apud* MARAJÓ, 2019, p. 48). Já os dois últimos ex-presidentes, Michel Temer e Jair Bolsonaro – com mandatos, respectivamente, de 2016 a 2018 e de 2018 a 2022 –, não homologaram sequer uma única TI⁸.

Figura 6 - Traidor



Fonte: Site do Nação Mestiça

O Nação Mestiça, por sua vez, apoiou o golpe institucional que derrubou a ex-presidente Dilma Rousseff – como em 2015, quando Helda, líder do NM e então presidente do CMDH, aprovou a defesa do impeachment dentro do Conselho⁹ – e que a substituiu pelo seu vice, Temer, além de ter ressoado com muito entusiasmo a proposta integracionista de Bolsonaro. No seu blog, é fácil encontrar comparações

⁸ ÚNICA demarcação de terra indígena feita por Temer é suspensa pela Justiça. Estadão, São Paulo, 20 de dez. de 2018. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/unica-demarcacao-de-terra-indigena-feita-por-temer-e-suspensa-pela-justica/>. Acesso em: 06 de março de 2023.

CREVELS, Christian. Povos indígenas denunciam governo brasileiro à ONU por paralisação de demarcações e descaso frente à pandemia. Conselho Indigenista Missionário, Brasília, 27 de abril de 2022. Disponível em: <https://cimi.org.br/2021/04/povos-indigenas-denunciam-governo-brasileiro-a-onu-por-paralisacao-de-demarcacoes-e-descaso-frente-a-pandemia/>. Acesso em: 06 de março de 2023.

⁹ CONFERÊNCIA de Direitos Humanos defende impeachment de Dilma Rousseff. Nação Mestiça, Manaus, 19 de dez. de 2015. Disponível em: <https://nacaomestica.org/blog4/?p=16831>. Acesso em: 06 de março de 2023.

entre as TIs e os bantustões do apartheid sul-africano, ocorrido na segunda metade do século XX. As demarcações são colocadas em pé de igualdade com o regime de segregação racial que dividia a África do Sul, privilegiava brancos e restringia etnias negras a territórios nos quais deveriam, por lei, permanecer isoladas umas das outras, sobretudo dos brancos. Dividir para dominar. Então para o NM não há diferença entre bantustões e TIs – exceto pela degeneração de um, até transformar-se na outra – ainda que os bantustões fossem uma imposição do governo, que podia ainda intervir naquelas terras a qualquer momento, e que as TIs não sejam uma imposição do Estado, mas justamente o contrário: são reivindicação direta de povos que historicamente sofrem com a expulsão de suas terras, perseguidos pelo próprio Estado e rejeitados pela sociedade nacional. Basicamente, é o que o NM clama ser a realidade do “mestiço” – não dos indígenas – no século XXI pós-redemocratização. Em uma publicação de título “Bolsonaro diz que sendo presidente, não haverá 1cm a mais para demarcação” – na qual o ex-presidente e ex-deputado inclusive chama as TIs de zoológicos – chegam a escrever ao fim da notícia que “Os territórios exclusivos para índios implantados por brancos indigenistas no Brasil são inspirados no sistema do apartheid sul-africano”. No mesmo pacote vem, como brinde, a desconfiança contra as ONGs atuantes na Amazônia. Elas são repetidamente acusadas pelo governo Bolsonaro e seus simpatizantes, incluído o NM, de ter motivos ocultos para atuar nesse território, como se seu papel na contemporaneidade fosse a transformação do papel dos britânicos na colonização da África do Sul e no *apartheid*. É dito que essas ONGs são “sustentadas por magnatas brancos multiculturalistas da Europa e EUA” e que a sua estratégia consiste em inflamar os indígenas com ideias racistas para que criem conflitos com proprietários rurais, pondo assim em perigo a soberania brasileira. Aqui está a essência do diagnóstico conspiratório-militarista que denuncia a estratégia da divisão para a dominação.

Reforçando essa linha, durante a palestra Leão diz que:

Mestiços não invadiram as terras dos índios. Os índios que geraram os mestiços. [...]. Muita gente vê no noticiário por aí: “Olha, os brancos estão invadindo a terra do índio lá não sei onde”. Então a gente chega lá no interior e onde é que você vai encontrar o branco? O padre é branco, o antropólogo é branco, o pessoal lá da igreja católica, dos indigenistas, são brancos. E aquele que chamam de branco às vezes tem mais aspecto de índio do que mesmo aquela pessoa que está reivindicando a terra como se fosse índio. Quer dizer, no interior eu já vi até uns índios de olhos verdes e

tudo mesmo, que pareciam ter mais aspecto de branco do que aquela população que estava ali.

O branco representa o poder e a guerra; o mestiço representa a igualdade e a paz. Os olhos verdes do indígena hipotético traem a sua contaminação pelo poder branco e explicitam que por debaixo de uma máscara existe a realidade biológica mestiça – os olhos verdes são evocados como característica de branquitude – escondida e manipulada conscientemente. É um sinal de que esse suposto indígena, em essência, é mestiço, e que apenas reivindica outra etnia por quê foi cooptado pelo discurso branco e separatista que prega uma falsa diversidade. Para justificar a ênfase no reconhecimento de identidades, consequentemente privilegiando poucos indivíduos, em detrimento da distribuição igualitária e coletiva, os “comunistas” criam uma narrativa em que o que há de mais perigoso à sociedade e à civilização – a fragmentação ou diferença – é justamente a mais bela das aspirações. Tudo não passa de uma mentira contada pela elite branca globalista para driblar seus concorrentes mestiços-meritocráticos que jogam “limpo” no jogo capitalista. É, então, nesse contexto que as demarcações se tornam uma estratégia dessa elite para usurpar o direito original do pobre cidadão comum e mestiço à sua herança ancestral.

O argumento que o NM endossa é o do brasileiro, em si, mestiço, assim como do amazonense mestiço. É esse o tipo étnico tradicional do Brasil e é essa a sua contribuição coletiva para a questão racial. A miscigenação (biológica) e a mestiçagem (cultural) acontecem concomitantemente e formam uma identidade diferenciada, a identidade nacional. Então para o Movimento a validação estatística dessa teoria são os dados que indicam a maioria de autodeclarados pardos tanto no Amazonas como no Brasil como um todo. O Censo realizado pelo IBGE em 2000, um ano antes da criação do NM, traz a informação de que o Amazonas possuía 66,9% de população parda autodeclarada – enquanto a média nacional era de 38,45% – em 2000. Depois, em 2016, a média nacional subiu para 46,7%. Isto deu ao Amazonas o título de estado mais pardo do Brasil. Ao mesmo tempo, o censo nos mostra que nesse mesmo território apenas 3,10% da população se autodeclarava preta no ano 2000 (no Brasil: 6,21%), o que colocou o estado em terceiro lugar na lista dos que possuem a menor porcentagem dessa identidade. A conclusão óbvia para o NM, portanto, é a de que o mestiço amazonense é sobretudo caboclo, descendente da mistura entre indígenas e brancos.

Daí a rixa mais inflamada com o movimento negro se compararmos à sua relação com o movimento indígena. De todo modo, considerando o que mostra o Censo e partindo de uma leitura revisionista da história brasileira, o MPMB e seus aliados protestam contra as políticas de reconhecimento das terras dessas etnias. Para eles faz mais sentido demarcar Terra Mestiça, contemplando a maioria democrática, do que Terra Indígena ou Quilombola, o que privilegiaria uma minoria racista. Ou seja, a ideia é que os mestiços são a verdadeira base da pirâmide social do Brasil (talvez do mundo) e que, para além disso tudo, eles representam também a solução pacífica para o problema da colonização – que é ainda a questão do que faz um país e seu povo. A violência da colonização aqui passa mais por uma inconsequência cultural do que por um sistema coordenado de dominação e desumanização cujas permanências ainda influenciam vidas inteiras de pessoas e povos, colocando-os em desvantagem no jogo capitalista. A violência colonial, portanto, é apresentada como uma consequência óbvia, ainda que infeliz, do contato entre o Eu e o Outro. É como se ela fosse apenas o choque inicial que houve, inevitavelmente, quando ninguém sabia muito bem com o que estava lidando, mas que logo portugueses e indígenas encontraram na mistura e no amor uma forma de anular as diferenças. Além da troca cultural – sobretudo a importação do cristianismo, do Estado e do capitalismo –, a troca genética assume um papel igualmente importante na evolução humana. A atribuição de um caráter espontâneo a essas trocas é, inclusive, indispensável para a sua validação e valorização enquanto narrativa do sucesso do contato colonial. Não parece importar muito que algumas pessoas não estavam interessadas em submeter seus modos de vida e que também hoje exista quem ainda não esteja disposto a isso. É um dos sinais do atraso. O NM insiste que foi essa a solução afetiva e racional que deu certo até agora e por isso propõe que continuemos com o que conhecemos. Para esse grupo e também para outros movimentos da direita brasileira – em certa medida até da esquerda – foi graças à eventual evolução espontânea do povo brasileiro por meio da mestiçagem e da miscigenação que se originou a tradição responsável por fundar e estruturar a nação brasileira como ela é hoje. Isto é, um Estado-nação capitalista, mestiço e cristão; em desenvolvimento porque ainda está atrasado, mas que, ao abraçar a sua originalidade inventiva, deve ter as condições ideais para fazer florescer espontaneamente a civilização. Afinal, há males que vêm para o bem.

Essa perspectiva integracionista inspira-se diretamente no “mito das três raças” ou “ideologia da mestiçagem” (SCHWARCZ, 2010), a ideia de que o ponto de origem do Brasil e seu povo foi a união das matrizes africana, portuguesa e indígena. Na entrevista que fizemos, Leão até chega a recitar: “A mestiçagem unifica povos em conflito entre si”. O mestiço – a mistura – é o pilar da originalidade brasileira, a solução cultivada em um laboratório de raças ou que evoluiu da seleção natural meritocrática. O mestiço é o ideal e o que carrega todo o resto nas costas – seu sacrifício heroico em um país que eles dizem não reconhecer o potencial do seu entre-lugar. Os mestiços são a origem da própria humanidade civilizada, do que faz o Homem um milagre capaz de criar sociedade apesar das diferenças, um ser que a duras penas se adapta, sobrevive e inventa o amor verdadeiro. Ele é a prova de que não é necessário sempre estar em guerra e que nos unindo, corpos e almas, podemos ser melhores. Nada melhor, portanto, que o casamento para selar o pacto inquebrável entre a paz e o amor de Cristo e a paz e o amor dos homens. Não à toa, fazer família por meio da miscigenação se torna a solução para o conflito racial. Ficamos, assim, livres para misturar-nos, ainda que seja preciso estar sempre atentos aos “laços primordiais” (GEERTZ, 1973, p. 259) da religião cristã, do Estado capitalista e da mestiçagem.

Em “Brasil brasileiro, origem portuguesa”, publicação do blog Nação Mestiça, está escrito:

“(…) Seria ridículo pretender que o Brasil exista independente da sua formação portuguesa; ou que seja um país onde outra cultura – outra língua inclusive – possa se instalar com os mesmos direitos da de Portugal, quando colonizou certa parte da América e firmou nos trópicos uma civilização com elementos predominantemente europeus e cristãos”, Gilberto Freyre, em *O mundo que o Português Criou*. (Grifos nossos).

A herança portuguesa – consequentemente também a europeia e a cristã – tem, portanto, direito superior a qualquer outra herança étnica no que diz respeito à formação do Brasil nos moldes dos Estado-nação. O contrário disso é o atraso em relação aos outros países, o que pode ser uma questão de sobrevivência. Assim como o livre-arbítrio existe ao mesmo tempo que o temor da condenação ao Inferno, decidir negar a civilização (cristã, europeia) significa aceitar como consequência a barbárie.

Figura 7 - Mestiço é Nativo



Fonte: Site do Nação Mestiça

2.2.1 “Ruralismo indigenista”: Mimese e Multiculturalismo

Quando conta à plateia sobre Hendrik Verwoerd – cujo *modus operandi* nomeia de Verwoerdismo –, idealizador do apartheid sul-africano, Leão nos fala de como o argumento para a separação étnica em territórios era apresentado como um argumento “lindo” pela diversidade de existência. Isso seria prova de que até mesmo a diversidade pode propagandar o divisionismo. Ainda que a promoção da diversidade seja concebida como o oposto exato do segregacionismo racista, no fim os dois podem ter o mesmo objetivo: a limpeza étnica. Para Leão, o que une a ambos na prática política é sua base na antimestiçagem ou “mestiçofobia”. Logo, “raça” pode ser considerado um instrumento racista para a dominação, seja em nome da segregação ou em nome da diversidade. Em alguns momentos parece até que estamos ouvindo à primeira apresentação de seminário de um jovem estudante de antropologia, recém-apresentado ao culturalismo e aos estudos decoloniais. A possibilidade do seu uso subversivo, no entanto, exclui parte fundamental da crítica.

Se trata, então, da canibalização da crítica e, nesse processo, da contra-subversão das razões de ser dessas teorias, independente das intenções dos autores.

O espelhamento da crítica da “raça” reproduz a estratégia política usada pelo Nação Mestiça e que consiste em mimetizar para atacar. Como *modus operandi* já utilizado por outras pessoas em outros momentos históricos, tem sua eficácia na tradução do racismo para algo mais palatável. Inverte-se a crítica a partir da estética para esvaziá-la. Havia, por exemplo, na Alemanha nazista, uma disputa entre marxistas e nazistas pelo real sentido do socialismo. O próprio Hitler chegou a escrever no seu famoso Mein Kampf que a mimese do socialismo era uma forma de provocar e confundir os opositores (p. 721):

And they had every reason to feel provoked.

The red color of our billposters alone drew them into our meeting halls. The normal bourgeoisie was genuinely horrified at the fact that we too had taken up the red of the bolsheviks, and in this they saw a very ambiguous affair. The German national minds quietly whispered to each other the suspicion that fundamentally we too were only a variety of Marxism, perhaps nothing but disguised Marxists, or rather Socialists. For even today these heads have not understood the difference between Socialism and Marxism. Especially when, in addition, they discovered that in our meetings we principally did not address “ladies and gentlemen” but only “fellow citizens”, and that among ourselves we spoke only of “party members”, the Marxist ghost seemed to be proved for many of our enemies. How often we shouted with laughter at these stupid bourgeois cowards, in the face of the intelligent guessing at our origin, our intentions and our goal!

We chose the red color of our posters after exacting and thorough reflection, in order to provoke the leftists by this, to bring them to indignation and to induce them to come to our meetings, if only to break them up, so that in this way we were at least enabled to speak to these people.¹⁰

Nessa passagem, Hitler fala abertamente sobre como parte da estética nazista foi uma apropriação pensada a partir da estética socialista. Seu objetivo com isso era

¹⁰ Tradução livre:

E eles tinham todo motivo para se sentir provocados.

A cor vermelha dos nossos cartazes foi o suficiente para atraí-los para os nossos encontros. A burguesia comum estava chocada em ver que nós também havíamos escolhido o vermelho simbólico dos bolcheviques, e encontraram um significado ambíguo nisso. A suspeita que circulava entre cochichos nos círculos nacionalistas alemães era de que nós também éramos apenas mais uma variedade de Marxismo, talvez até Marxismo sutilmente disfarçado, ou melhor ainda, Socialistas. A real diferença entre Socialismo e Marxismo ainda permanece um mistério para essas pessoas até hoje. A acusação de Marxismo foi concretamente provada quando foi descoberto que, nos nossos encontros, nós deliberadamente substituíamos palavras como “senhoras e senhores” por “cidadãos” e nos referíamos uns aos outros como “camarada de partido”. Nós costumávamos explodir em risos diante dessa burguesia tola e covarde e dos seus esforços para decodificar nossa origem, nossas intenções e nossos objetivos.

Escolhemos a cor vermelha para nossos cartazes depois de uma deliberação cuidadosa e particular, nossa intenção sendo irritar a Esquerda para então atrair a sua atenção e incentivá-los a vir aos nossos encontros – mesmo que apenas a fim de encerrá-los – e termos assim a chance de falar com as pessoas.

provocar a Esquerda e ganhar popularidade, assim como faz o NM com os movimentos aos quais ele se opõe. De modo semelhante, a linguagem do Nação Mestiça é, em grande parte, moldada no campo semântico do reconhecimento identitário, ao qual, porém, se opõe quando não se trata do reconhecimento mestiço. Mimetiza – a apropriação é uma prática mimética (LEMPERT, 2014) – a forma para suplantar a base que a criou.

A sua relação com a ideia de “raça” explicita esse método. A princípio, o NM entende a “raça” como ferramenta para a opressão, resultado de construção social (não-espontânea). Condena seu uso histórico pela extrema direita e compreende que isso teve como consequência o aprofundamento da desigualdade entre brancos e não-brancos no passado, o que o leva à associação clara do Nazismo com racismo. Ao mesmo tempo, é feito o encadeamento de ambos com o Socialismo e com a Esquerda em geral – sempre acusados de inflamar o divisionismo na sociedade, seja pela classe, pela raça, pelo gênero ou o que for. Não importa que nazismo e socialismo se oponham, nem que existam esquerdas ao invés de apenas A Esquerda. Ambos são compreendidos como projetos elitistas não-espontâneos para a manutenção do poder e que instrumentalizam a “raça” para isso. Racializar de qualquer forma (e aqui estão em destaque negros e indígenas), até para a crítica do racismo, se torna sinônimo do próprio racismo e, na esteira disso, grupos de pessoas e movimentos sociais que sofrem opressão estrutural passam a ser taxados de opressores por defender identidades étnico-raciais. Por isso, a mobilização de quaisquer identidades étnico-raciais – exceto a mestiça – para reivindicar algo no campo político é visto com maus olhos, venha de quem vier. A exceção acontece por que, para o NM, usar desse tipo de classificação para exigir direitos para mestiços não significa que no fundo há convicção sobre a ideia de “raça”; pelo contrário, é simplesmente um modo de atacá-la como pode. É a forma pela qual foi possível reclamar lugar de fala em um ambiente político novo e projetado para ressaltar identidades raciais – como os Conselhos –, justamente para desviá-lo do seu propósito de ser.

Mas como a identidade mestiça escapa ao racismo das identidades raciais? Afinal, na perspectiva do MPMB, a crença na “raça” limita o indivíduo a uma estrutura projetada, o determina, homogeneíza e separa um povo. A identidade mestiça, no entanto, estaria na contramão disso. Como argumento pós-racial, o mestiço liberta e une um povo, impulsiona a livre competição como condição para a

diversidade verdadeira e responsabiliza os indivíduos pelas suas trajetórias de vida. É o mestiço assumido quem circula livre pelo espaço realmente diverso da incoerência e pode assumir quaisquer características: tem o direito a todas as formas, cores e lugares. O mestiço não tem compromisso exclusivo com o branco, com o negro, o amarelo ou o indígena. Ele é seu próprio indivíduo, fiel apenas a Deus, à família e à pátria, que unidos o constituem enquanto sustentáculo do mundo social e direcionam sua força espontânea para o “mesmo destino histórico”. Por isso escapa ao determinismo racista. Aqueles que insistem na racialização de si mesmos e do mundo, por outro lado, são os agentes da fragmentação da sociedade e representam os interesses de uma minoria gananciosa.

Figura 8 – Cadeia de Equivalências: Apartheid

PARA ENTENDER O PETISMO

	<p>APARTHEID Indigenista Contra mestiçagem Separação entre raças Limpezas étnicas contra mestiços Expulsão dos brancos dos bantustões para não gerarem mestiços Territórios autônomos pertencentes à União Direitos segundo a raça Multiculturalista Escolas separadas por raça</p>	
<p>PETISMO Indigenista Contra mestiçagem Separação entre raças Limpezas étnicas contra mestiços Expulsão dos brancos dos indistões para não gerarem mestiços Territórios autônomos pertencentes à União Direitos segundo a raça Multiculturalista Escolas separadas por raça</p>		

O RACISMO MUDA SEU DISCURSO, MAS NÃO SEU OBJETIVO: ELIMINAR O MESTIÇO

WWW.NACAOMESTICA.ORG - MESTIÇO BRASILEIRO É NATIVO BRASILEIRO

Fonte: Site do Nação Mestiça

Na fala de Leão repete-se a imagem dos movimentos sociais como marionetes de uma elite global e é curioso como este argumento é mobilizado, no fim, em benefício de uma elite nacional, os ruralistas. Tanto o MPMB quanto o ruralismo demandam e se beneficiam do atravancamento das demarcações, porque assim, em teoria, obtém o que reivindicam: a terra. Daí o reconhecimento dos ruralistas dentro do termo quase inofensivo de “proprietários rurais”. Mas o ruralismo, ainda que até certo ponto aliado, não ameaça só indígenas e quilombolas. Ameaça também os pequenos proprietários rurais e, não fosse por isso, por compreenderem a associação entre essa elite e os meios criminosos que empregam para possuir a

terra, então não transportariam o ruralismo para o campo discursivo do inimigo. Entretanto, como com o Nação Mestiça nada é o que parece e uma coisa é sempre o negativo de outra, seu ruralismo inimigo tem um nome que para alguns pode representar, no mínimo, um contrassenso: “indigenismo ruralista”. Em “Guetos do multiculturalismo”, publicação de janeiro de 2016, Leão Alves escreve:

A propaganda indigenista, porém, coloca como opositores preferenciais do seu projeto os “homens brancos” e os grandes produtores rurais. Na verdade, não se tem visto o ruralismo fazer uma oposição ao indigenismo em si; suas críticas são mais frequentemente reclamações contra o tamanho e o número dos territórios convertidos em “territórios indígenas”. O caráter racista do indigenismo é raramente citado por ruralistas. Há um indigenismo ruralista; uma das suas principais lideranças é a atual ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Dilma Rousseff [Kátia Abreu].

Se os indigenistas são ruralistas, então em teoria o NM não poderia sê-lo, uma vez que visa combater tanto o indigenismo como o ruralismo. Quando falam em ruralismo, portanto, não se trata dos humildes proprietários rurais mestiços esbulhados de suas terras, mas de magnatas muito bem articulados para vencer uma guerra cultural e material. Homens poderosos com suas ONGs-tentáculo hipnotizando e comprando tudo o que podem comprar, inclusive pessoas. Essas pessoas – “marxistas culturais”, “abortistas”, “negristas”, “indigenistas” etc – no fundo estão sempre agindo em interesse próprio ou teleguiadas por influências mal-intencionadas. São acusados de aceitar privilégios em troca do próprio Brasil, capazes de trair a pátria e entrega-la de mão beijada aos globalistas estrangeiros se assim pudessem primeiro salvar a si próprios. O “multiculturalismo” são as ondas que chegam aos cérebros teleguiados reforçados com capacetes e uma antena longa – a antena da TV Globo – no alto de cada um. Metáforas à parte, o “multiculturalismo” ou “neoliberalismo progressista”, como Nancy Fraser (2019) identificaria, tem um papel central na forma de dominação que o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro propõe combater em todas as esferas – talvez sobretudo a cultural. Daí a desconfiança, para dizer o mínimo, quanto a movimentos que propõem algum tipo de relativismo, identidade dissidente ou operam pela lógica do liberalismo no campo moral – no econômico tudo bem. É fácil, no entanto, encontrar razões para desconfiar da existência de alinhamento factível entre ruralistas e indígenas para a destruição do país com o raio multiculturalizante.

Figura 9 - Cadeia de Equivalências: Esquerda e Racismo

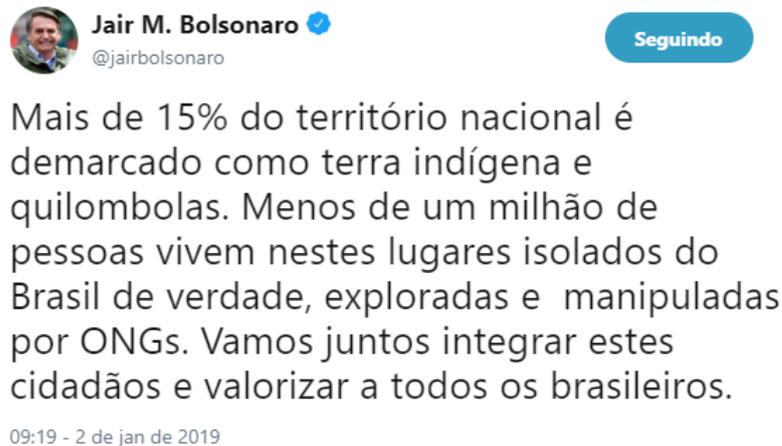


Fonte: Site do Nação Mestiça

As informações que temos hoje, sobretudo dos danos causados pelo pacto entre o governo Bolsonaro e os ruralistas (DE OLHO NOS RURALISTAS, 2022; HUTUKARA et al., 2021), vão na contramão dessa acusação. Há uma abundância de dados para ancorar o argumento da incompatibilidade entre ruralismo e indigenismo de um lado e, por outro lado, da consonância entre o bolsonarismo e o ruralismo. O Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, do qual tanto falaremos nessas páginas e que tem um alinhamento claro com os princípios e com o governo de Jair Bolsonaro, não pode então ser deixado de fora dessa conversa. No que diz respeito à sua política sobre demarcações, sobre indigenismo, movimento negro, democracia, liberdade, soberania e mais, há tanta semelhança com o bolsonarismo que só não o incluo no termo por ser um grupo organizado em torno da etnicidade desde a sua fundação até hoje, não ao redor do ex-presidente. O NM, porém, compartilha de um *modus operandi* muito semelhante ao do bolsonarismo, com quem vejo que estabelece uma relação líder-povo, até mesmo cobrando mais radicalismo ideológico do ex-presidente. Ambos fazem parte daquilo que chamamos de movimentos de extrema direita, no Brasil e no século XXI, conexão que não é apenas colateral, mas direta, resguardadas as especificidades brasileiras e amazonenses. Representa um dos indícios de que o bolsonarismo tem raízes mais antigas e profundas. Ele é um fruto, um sintoma, não a fonte do conservadorismo apocalíptico que vive a sociedade brasileira e o mundo ocidental hoje – também um sintoma de algo maior. O MPMB, enfim, pode não ser abertamente bolsonarista, mas defende uma política identitária e fundiária conservadoras e alimentadas pelo

ódio contra minorias políticas. Estamos falando, portanto, do que acontece quando essas ideias são transformadas em prática.

Figura 10 - Tweet de Jair Bolsonaro



Fonte: Site do Nação Mestiça

Já durante o governo Temer houve um sinal claro para indigenistas e indígenas da expansão desse tipo de política: o aumento desproporcional de pedidos de suspensão de portarias declaratórias, de pedidos de reintegração de posse e outras tentativas de travancar as demarcações¹¹. Com base em condicionantes estabelecidas no julgamento do caso Raposa Serra do Sol (RO), em 2017 a Advocacia-geral da União emitiu um parecer decidindo que a tese do “marco temporal” era critério para todos os outros casos de demarcação de TIs. Essa tese propunha que só fossem demarcados os territórios em que estivesse também comprovada a ocupação daquele local pelo povo tradicional em questão no dia 5 de outubro de 1988, data de promulgação da Constituição. Significa que os que não conseguissem provar que estavam – eles mesmos ou seus parentes ancestrais – naquela terra naquele momento, 488 anos depois do início da devastação europeia no Brasil, não teriam mais respaldo jurídico para o mínimo de reparação pelos danos sofridos na colonização e posteriormente. Em “Branco indigenistas contra possível mudança nas regras de criação dos bantustões”, o NM defende o Marco Temporal:

¹¹ RAPOSA Serra do Sol: como está a Terra Indígena após uma década da histórica decisão do STF. CIMI, Brasília, 22 de out. de 2019. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/10/raposa-serra-do-sol-como-esta-a-terra-indigena-apos-uma-decada-da-historica-decisao-do-stf/>. Acesso em: 06 de março de 2023.

O texto permitiria que terras de bantustões já demarcados e criados por governos anteriores possam ser contestados por interessados. **Atualmente, as populações sujeitas a limpeza étnica têm possibilidade mínima de contestar a criação dos territórios raciais, sendo completamente excluídas dos processos de criação dos mesmos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**, o órgão governamental responsável pela administração direta do sistema de apartheid no Brasil. A própria FUNAI julga administrativamente as contestações às suas demarcações. (Grifos nossos).

Nessa perspectiva, a implementação do Marco Temporal nos processos demarcatórios promoveria a justiça e a igualdade contra o racismo dos indigenistas brancos, mas quando observamos o sucesso do projeto de poder que idealizou essa tese, nos deparamos com a desigualdade que ele propaga. Ainda que se declare contra o ruralismo, ao defender essa proposta o MPMB se alia ao lobby ruralista contra os direitos dos povos indígenas e isso tem efeitos concretos.

Enquanto se tentava emplacar a tese do marco temporal, o desmatamento na Amazônia avançava e, entre 2016 e 2021, a área destruída a cada ano quase dobrou¹². Parte desse desmatamento ocorreu em TIs a partir da ação de garimpeiros, incentivados pela defesa de Bolsonaro da mineração em áreas de preservação, inclusive em Terras Indígenas, assim como pelos seus pronunciamentos contra demarcações. Entre as consequências está a invasão de parte considerável da TI Yanomami pelo garimpo. Em outubro de 2018 eram 1.200 hectares atingidos e desde então, a área desmatada mais do que dobrou, chegando ao total de 3.272 hectares em 2021 (HUTUKARA et al., 2021). Ao longo da gestão bolsonarista, o povo Yanomami enviou 21 pedidos formais de ajuda aos órgãos públicos, que prontamente os ignoraram¹³. Em 2023, diante dos esforços do novo governo petista em retirar os invasores da TI Yanomami, o Movimento Pardo-Mestiço republica – a publicação original é de 2019 – em sua conta no Twitter (Figura 11):

Figura 11 - Garimpeiro mestiço é nativo

¹² BIERNATH, André. Bolsonaro ou Lula: em qual governo a taxa de desmatamento na Amazônia foi maior? BBC, Londres, 17 de out. de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63290268>. Acesso em: 06 de março de 2023.

¹³ CASTRO, Carol. Governo Bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de ajuda dos Yanomami. The Intercept Brasil, 17 de ago. de 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/08/17/governo-bolsonaro-ignorou-21-oficios-com-pedidos-de-ajuda-dos-yanomami/>. Acesso em: 06 de março de 2023.



Fonte: Site do Nação Mestiça

Acompanhando a imagem, Leão escreve em inglês: “Branços do IBAMA expulsando nativos mestiços. Os Mestiços Brasileiros devem estar atentos: nós somos nativos, esse é o nosso país, nós não somos invasores. O poder no Brasil está nas mãos dos brancos, o Poder Europeu ainda manda no Brasil”¹⁴. Para o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, assim como para Bolsonaro, existe uma ameaça externa infiltrada e concretizada nos movimentos sociais à esquerda e as TIs são uma expressão disso. A história narrada é a de que o poder Europeu manda no Brasil e nos comanda por meio das ONGs “entreguistas”¹⁵ de defesa dos Direitos Humanos, enquanto garimpeiros são apenas nativos pobres tentando ganhar a vida na terra que lhes pertence. Estranhamente, não há qualquer menção à relação entre Bolsonaro e os financiadores estrangeiros do Agro – largamente envolvidos com o garimpo e o desmatamento – nos materiais do NM aos quais tive acesso. É uma ausência curiosa, uma vez que, das 14 primeiras empresas na hierarquia de influência no Instituto Pensar Agro (IPA), 12 são estrangeiras. Em primeiro lugar de influência, temos o frigorífico brasileiro JBS; logo em seguida, a brasileira Agrocere; em terceiro lugar, a alemã Basf; em quarto, a suíça Cargill e as norte-americanas Alltech, Stoller e Elanco; e por fim, em quinto, a chinesa Syngenta em pé de igualdade com a suíça Nestlé, a alemã Bayer, a francesa LDC e as norte-americanas Bunge, BRF e Corteva. São esses os maiores financiadores da política

¹⁴ Tradução livre de “Whites from IBAMA expelling Mestizo natives. The Brazilian Mestizo must be aware: we are natives, this is our country, we are not invaders. Power in Brazil is in the hands of whites, Euro power still rules in Brazil”.

¹⁵ Na literatura das ciências humanas já existe crítica qualificada ao que chamamos de “governamentalidade neoliberal” por meio das ONGs (FERGUSON; GUPTA, 2002).

ruralista brasileira, a mesma política que escalou o desmatamento na Amazônia com a ajuda do ex-presidente – algumas pessoas poderiam chamá-lo de “entreguista” por isso – e expulsou ou levou à morte tantos yanomami.

2.2.2 “A mestiçagem unifica o Brasil”: Democracia e Igualdade

Essas são algumas das consequências diretas da reverberação de ideais e políticas fascistas emaranhados em um complexo ecossistema de desinformação (NASCIMENTO et al., 2022). Está amplamente registrado como os genocídios que aconteceram nesse país nos últimos quatro anos foram permitidos e viabilizados pelo grupo que estava no poder. Esse grupo possui o apoio de muitas frentes, não só a agropecuária e nem só da política institucional, contando também com a atuação de parte da população civil. Os membros do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro estão entre essas pessoas que realizam um trabalho voluntário e militante, comprometido com a hegemonia conservadora cristã. Seu método tensiona os limites da democracia enquanto pretende defendê-la do autoritarismo.

Apesar das contradições, a democracia permanece um norte para o MPMB e é em nome dela que medidas autoritárias – como a tentativa do então governo federal de invalidar os votos da eleição de 2022 – são justificadas pelo movimento. Por vezes falam de como a diversidade é instrumentalizada pela oposição de modo totalitário, invisibilizando a real diversidade que unificou a maioria do povo, e de como essa política faz retroceder o desenvolvimento da democracia. É contra isso que o MPMB age. Sua luta é para garantir a soberania que permite a existência e o aperfeiçoamento constante do Brasil, além da sua capacidade de competir diante dos outros Estado-nação. Hoje, o diagnóstico do Nação Mestiça é de uma profunda crise interna e externa que torna o país vulnerável às armadilhas do “globalismo”, “multiculturalismo” ou “neoliberalismo progressista”, todos ditos antidemocráticos. O país está em guerra, sob ataque dos globalistas com ajuda das minorias políticas associadas a eles. Sua estratégia é dismantelar o Brasil-mito (Um, mestiço) para então deixar seu território igualmente vulnerável e mais fácil de ser conquistado.

Para contra-atacar, o MPMB acredita em fortalecer suas fileiras ao valorizar o mito hegemônico sobre as raízes do Brasil: o conservadorismo, o Cristianismo, a mestiçagem e a miscigenação espontâneos. A espontaneidade, inclusive, é o ponto-chave para compreender como foi possível positivar a colonização que moldou a

história de como um país enorme, com povos diversos em conflito, foi “civilizado” e tornado Um, misturado e democrático. Essa amálgama chamada povo, os cidadãos comuns conservadores, são convocados como maioria a assumir o holofote na linha de frente de defesa da democracia. Justamente por serem eles a sua suposta fonte, a democracia e o país são a sua herança, que deve crescer e desenvolver-se até atingir a forma plena. Há, claro, condições para conservar a tradição e esse desenvolvimento quase natural. Uma delas é combater a anti-sociedade, também conhecida como anti-mestiçagem.

Figura 12 - Democracia também pode ser racista



Fonte: Site do Nação Mestiça

A democracia brasileira é mais um projeto de contenção e integração do que a real garantia dos direitos das populações diversas que habitam o país. Ela perpetua a exploração dentro e por meio do próprio Estado e sua prioridade é retroalimentar-se ao fabricar um passado naturalizado, assim como um futuro de harmonia que nunca chega. O destino comum de igualdade está sempre no horizonte distante, ao mesmo tempo em que, ao selar o pacto social, estamos também mais próximos desse futuro. É essa a linha narrativa espontaneísta que identifiquei no discurso do MPMB, para quem a democracia é como algo que floresce em solo fértil quando superamos as diferenças e nos misturamos. Implica em fundar uma tradição hegemônica, em sufocar nossos conflitos internos e selecionar o que há de mais avançado em nós para gerar uma maioria (“do povo”) e uma nação

desenvolvidas diante do mundo. O cerne dessa ideia, portanto, é a igualdade em detrimento da diferença, a democracia ao invés do conflito.

A partir desse fundamento, a igualdade na distribuição de recursos da União é considerada indispensável, e quando se fala em reconhecimento de identidades, ou seja, de recursos alocados levando-se em conta as desigualdades raciais, de gênero etc, o Movimento Pardo-Mestiço se opõe. Chega, inclusive, a vilanizar esse tipo de política centrada na diferença, assim como aos seus idealizadores – que de uma forma ou de outra desnaturalizam a tradição cristã, masculina, branca ou capitalista –, que passam a figurar como agentes numa guerra contra o Um. Na perspectiva do NM, se a espontaneidade do pacto social é questionada pelos “divisionistas”, o Brasil afasta-se da sua tendência democrática única – inclusive da “democracia racial”. Dessa forma, os opositores facilmente são taxados de autoritários, corruptos e corruptores. Tornam-se inimigos da democracia, não adversários políticos com quem se dialoga.

Figura 13 – Cadeia de Equivalências: Nazismo



Fonte: Site do Nação Mestiça

Logo quando iniciaram as atividades do blog, o principal inimigo do Nação Mestiça parecia ser o Partido dos Trabalhadores, mas a oposição já era mais extensa que isso e incluía todos os propagadores do “multiculturalismo”. Outro inimigo de longa data é a TV Globo, apresentada no discurso do NM como parte da Grande Mídia, anti-democrática, a serviço dos comunistas e dos neoliberais,

principalmente a partir do momento em que o canal começou a dar espaço para o debate na televisão aberta sobre identidades de gênero, raça e orientações sexuais. O “liberalismo nos costumes” é absolutamente repudiado pelo NM, mesmo que exista uma ênfase muito importante na liberdade. Em outra publicação, encontramos uma associação entre Voltaire, suas ideias liberais iluministas e o racismo. Já na economia, a relação com o liberalismo é ambígua. Enquanto ataca o neoliberalismo, suas privatizações e sobretudo o “neoliberalismo progressista”, o Movimento enfatiza princípios liberais como a liberdade (incluída a econômica), a igualdade, o individualismo e a propriedade privada.

A democracia do Nação Mestiça, então, depende da imposição moral, econômica e política da maioria e por isso estão a todo tempo dizendo-se conservadores, os verdadeiros descendentes dos primeiros brasileiros e a razão da democracia brasileira. A ideia é reivindicar tudo que possa autorizá-los como maioria cultural. E ao serem maioria, consideram inerentemente democrático o seu projeto de país. Além de tudo, apesar disso, são também a maioria injustiçada, apagada e que nem mesmo consta no censo como “mestiça” por culpa da elite branca das universidades públicas. Desse modo, ao utilizar uma linguagem democrática e antissistema, conseguem infiltrar-se em Conselhos de Direitos Humanos. Sua representação folclórica do mestiço cumpre o papel do exótico na “cultura nacional” enquanto, na prática, defendem a revogação de direitos políticos recém-adquiridos por parcelas marginalizadas da população, como LGBTQs, negros e indígenas.

Em Conselhos de DH e Promoção da Igualdade Racial eles costumam ter adversários. O movimento negro organizado na oposição ao NM dentro do processo eleitoral para o CEP/AM, por exemplo, já tentou impedi-lo de assumir como membro. Alegaram que houve condução questionável do processo eleitoral pela SEJUSC, que dez de seus conselheiros não foram convidados para a posse do CEP/AM e que o Nação Mestiça reproduz discurso de ódio racista¹⁶. Grupos como o NM são, afinal, infiltrados nesses mecanismos de justiça social que querem destruir. Não foram eles que criaram esses espaços e só acabaram por reivindicar participação neles depois de reconhecer a derrota contra essas políticas. Ainda que se intitulem a maioria do povo brasileiro, não dominam todas as esferas de disputa

¹⁶ PEIXOTO, Priscilla. No AM, conselheiros alegam racismo institucional e recusam posse em Comissão de Igualdade Racial. Agência Amazônia, Manaus, 10 de nov. de 2021. Disponível em: <https://amazonia.com.br/no-am-conselheiros-alegam-racismo-institucional-e-recusam-posse-em-comissao-de-igualdade-racial/>. Acesso em: 06 de março de 2023.

e, em alguns pontos, eles tiveram que bater em retirada e fantasiar-se de adversário inofensivo – ao invés de inimigo – para recuperar espaço. Um bom exemplo é como antes a palavra-de-ordem era contra as cotas raciais e depois se tornou por cotas raciais para pardos e mestiços.

Figura 14 - Nação Mestiça pede audiência a Damares Alves (2019)



Fonte: Twitter do Nação Mestiça

O próprio Bolsonaro utilizou essa fórmula na sua composição dos ministérios. As escolhas foram tão inversamente certas que é difícil não concluir que cada ministro foi nomeado a dedo para ser o melhor no sucateamento de cada pasta assumida. Mais sutil que de fato mandar “fuzilar a petralhada”¹⁷, a nomeação de Ricardo Salles para o Ministério do Meio-Ambiente – um homem investigado por contrabando de madeira ilegal do Pará¹⁸ – segue perfeitamente essa regra. A nomeação de Damares Alves para o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos também segue a mesma lógica (INESC, 2022, p. 84). Foi com ela que o MPMB assumiu uma vaga de titular e outra de suplente no CNPIR. Em 2021, o Ministério gastou apenas 66% do recurso destinado à promoção da igualdade racial, o que reforça o argumento de que o objetivo desse campo político é habitar o

¹⁷ BONIN, Robson. Em 2018, Bolsonaro defender “fuzilar a petralhada”. Veja, 11 de jul. de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/em-2018-bolsonaro-defendeu-fuzilar-a-petralhada/>. Acesso em: 07 de março de 2023.

¹⁸ MAGRI, Diogo. EUA entregaram ao Brasil detalhes que levaram PF a Salles por suspeita de contrabando de madeira ilegal. El País, São Paulo, 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-20/eua-entregaram-ao-brasil-detalhes-que-levaram-pf-a-salles-por-suspeita-de-contrabando-de-madeira-ilegal.html>. Acesso em: 07 de março de 2023.

mesmo campo semântico do inimigo para então subvertê-lo sem causar um alarde que coloque tudo a perder.

Além disso, não faltou tensionamento dos limites democráticos nas oportunidades em que puderam fazê-lo. Outras demonstrações não ficaram tão nas entrelinhas: um dos acenos inegáveis do bolsonarismo ao fascismo foi o pronunciamento do ex-secretário da Cultura de Bolsonaro, Roberto Alvim, que aparece em vídeo ao som de Wagner citando trechos de um discurso de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda de Hitler¹⁹ – ambas figuras históricas desprezadas pelo Nação Mestiça, mas sempre a partir da associação com a Esquerda. Já o ex-assessor especial para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Filipe Martins, foi denunciado em 2020 pelo Ministério Público Federal (MPF) após reproduzir, durante uma sessão no Senado, um símbolo racista norte-americano²⁰. Sobre ambos não há qualquer menção encontrada no blog ou redes sociais do MPMB. Outra evidência do comportamento antidemocrático de Bolsonaro é o elo entre a condenação sem provas de Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2017 (confirmada em 2018), e a conquista do cargo de ministro da Justiça de Bolsonaro por Sérgio Moro em 2019. Moro é o mesmo juiz que julgou o processo contra Lula, condenando-o à prisão e tornando-o inelegível para a disputa eleitoral de 2018. À época Lula era o preferido para a eleição presidencial, tido como ameaça ditatorial por grupos da extrema-direita como o NM, e liderava as pesquisas de opinião 20 pontos à frente de Jair Bolsonaro, segundo o Datafolha. Mais tarde houve a reviravolta: Moro foi julgado imparcial²¹ e Lula teve sua sentença anulada, podendo assim tornar-se presidente do Brasil pela terceira vez no pleito de 2022.

Figura 15 - Fantasma do Comunismo

¹⁹ ALESSI, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. El País, São Paulo, 17 de jan. de 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html>. Acesso em: 07 de março de 2023.

²⁰ MPF denuncia Filipe Martins por gestos racistas em sessão do Senado Federal. Ministério Público Federal, Brasília, 9 de jun. de 2021. Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/mpf-denuncia-filipe-martins-por-gestos-racistas-em-sessao-do-senado-federal>. Acesso em: 07 de março de 2023.

²¹ D'AGOSTINO, Rosanne. Plenário do STF reconhece decisão da Segunda Turma que declarou Moro parcial ao condenar Lula. G1, Brasília, 23 de jun. de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/06/23/plenario-do-stf-reconhece-decisao-da-segunda-turma-que-declarou-moro-parcial-ao-condenar-lula.ghtml>. Acesso em: 07 de março de 2023.



Fonte: Site do Nação Mestiça

Mas no dia 8 de janeiro de 2023, apenas uma semana depois da posse, testemunhamos uma explosão de violência previsível, dado o histórico bolsonarista (NASCIMENTO et al.). Apoiadores do ex-presidente que estavam acampados em quartéis desde o ano passado com a colaboração das Forças Armadas e a conivência do governo recém-terminado²², invadiram e depredaram o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e a sede do Supremo Tribunal Federal (STF). Inconformados com a posse de Luís Inácio, pediam intervenção militar, em outras palavras, um golpe de Estado. Como inspiração, tiveram a invasão ao Capitólio (EUA) de 6 de janeiro de 2021. No ponto em que estamos, não deve ser uma surpresa então que eu relate como o Nação Mestiça não apenas se posicionou favorável à condenação sem provas do presidente Lula²³, como no dia 10 de novembro de 2022 republicou, em seu blog, uma nota golpista do Ministério da Defesa. Sobre o relatório elaborado pós-eleição pelas Forças Armadas, o texto traz o seguinte trecho comunicado pelo Ministério:

[...] o acurado trabalho que a equipe de técnicos militares fizeram na fiscalização do sistema eletrônico de votação, embora não tenha apontado, também não excluiu a possibilidade da existência de fraude ou inconsistência nas urnas eletrônicas e no processo eleitoral de 2022.

²² MILITARES foram a acampamento bolsonarista em frente a QG do Exército. Consultor Jurídico, 20 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-20/militares-foram-acampamento-bolsonarista-frente-qg-exercito>. Acesso em: 07 de março de 2023.

²³ Um exemplo é a publicação de título “Tribunal aumenta por unanimidade pena do ex-presidente Lula por corrupção”, na qual Lula é associado a Hitler, à corrupção e ao racismo, assim como é dito que, com a decisão, sua candidatura em 2022 se tornaria menos provável.

Ou seja, questiona-se o resultado eleitoral sem nenhuma prova, sem qualquer competência – a fiscalização eleitoral não é uma função das FA – e com a anuência do Ministro da Defesa à época, Paulo Sérgio Nogueira. Junto de mais três militares – o capitão de fragata Marcus Rogers Cavalcante Andrade, o coronel aviador Wagner de Oliveira da Silva e o coronel Marcelo Nogueira de Souza –, Paulo Nogueira assinou o documento.

Para o Nação Mestiça, no entanto, nada disso parece comprometer a democracia. Em sua palestra no XII Seminário, Leão Alves cita Gilberto Freyre:

Figura 16 - A Mestiçagem Unifica o Brasil

ISTO É MESTIÇAGEM

“A MESTIÇAGEM UNIFICA OS HOMENS SEPARADOS PELOS MITOS RACIAIS. A MESTIÇAGEM REÚNE SOCIEDADES DIVIDIDAS PELAS MÍSTICAS RACIAIS E GRUPOS INIMIGOS. A MESTIÇAGEM REORGANIZA NAÇÕES COMPROMETIDAS EM SUA UNIDADE E EM SEUS DESTINOS DEMOCRÁTICOS PELAS SUPERSTIÇÕES RACIAIS.”*

Gilberto Freyre

A MESTIÇAGEM UNIFICA O BRASIL, O BRASIL UNIFICA A MESTIÇAGEM

WWW.NACAOMESTICA.ORG

*FREYRE, Gilberto. O Brasil em Foco: África, Índia e a mestiçagem das Américas. Portuguesa, 1962, p. 21.

Fonte: Site do Nação Mestiça

O que ameaça a democracia, portanto, são as “superstições raciais”, que comprometem a unidade nacional. O “destino democrático” é algo no qual Leão insiste ao definir nação e nacionalidade:

Nação na realidade é uma organização, é quando um determinado grupo de pessoas decidem ter o mesmo destino histórico. [...]. Então a nacionalidade é isso: você tem um senso de grupo, um senso de destino histórico igual. Pois bem, a identidade nacional brasileira surgiu desse elemento, dessa mistura. Foi o processo de mestiçagem que fez com que nós brasileiros nos reconhecêssemos como grupo.

Então se a democracia depende da unidade, ela está ameaçada quando um povo se divide sobre o destino histórico que desejam. E como a desigualdade racial foi desde cedo no Brasil uma questão e um entrave à unificação de um território de

dimensão continental e habitado por muitas etnias, quem defende políticas públicas étnico-raciais é visto como separatista. Chegam a ser, inclusive, comparados à Ku Klux Klan. Para Leão, portanto, somente a integração racial por meio da mestiçagem pode superar o racismo e nos transportar ao destino histórico do Brasil: a democracia racial.

A relação entre miscigenação e democracia não é nenhuma novidade no pensamento social brasileiro²⁴, é claro, mas há também décadas de pesquisas que demonstram a violência da integração compulsória²⁵, assim como da realidade estrutural da desigualdade racial. Afinal, o extermínio em massa das populações que sofrem racismo no Brasil não surge com os indígenas ou negros, mas com os europeus. Quando essas pessoas recorrem às políticas do reconhecimento, o fazem bem menos por uma defesa do essencialismo do que pela necessidade real de garantir que não continuarão sendo perseguidos. Ainda que existam limites para o quanto se pode mudar uma sociedade por meio de brechas no seu próprio instrumento de opressão, não se pode também ficar paralisada diante da mira. E se o meio para driblar a mira é negar a integração para denunciar o pacto de silêncio sobre os problemas que ainda existem, então o Estado pode ser em alguma medida um campo de disputa.

Figura 17 - Miscigenação Gera Mestiços

²⁴ Em “Complexo de Zé Carioca”, Lilia Schwarcz narra a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1839 e a realização do primeiro concurso promovido pelo IHGB em 1844. Intitulado “Como escrever a história do Brasil”, teve como vencedor o naturalista alemão Karl von Martius, que defendeu a tese de uma história brasileira enraizada na miscigenação. Mas foram os anos 30 que impulsionaram o projeto nacionalista e desenvolvimentista aplicado à história da formação do Brasil e do povo brasileiro. Autores como Gilberto Freyre (1933,1936) e Sérgio Buarque de Holanda (1936) estabelecem a família, a miscigenação – ainda que discordem quando se trata de identificar na “mistura” a singularidade brasileira – e a iniciativa privada como bases importantes da unificação do país. Freyre indica na miscigenação um potencial democrático e um “caminho para o aperfeiçoamento contínuo na troca cultural” (1936/2013, p. 507-508). Décadas mais tarde, há uma atualização por meio da obra de Roberto DaMatta (1979) e de Darcy Ribeiro (1995). DaMatta formula sobre o “jogo circular” – entre o “eixo da igualdade” (ou “particularismo” se usarmos o termo de Holanda) e o “esqueleto hierarquizante” – que equilibra o conflito racial e de classe. Já Darcy Ribeiro frisa o racismo da miscigenação como política de dominação e questiona a existência de democracia na sociedade brasileira, considerando o autoritarismo racista e classista que a permeia. Aponta para a necessidade de união entre “negros” e “mulatos” enquanto sujeitos do movimento operário.

²⁵ Há, por exemplo, o Dossiê (Contra) Mestiçagens Ameríndias e Afro-Americanas, organizado e publicado em 2017 pela Revista de @ntropologia da UFSCar (R@U). Nele, podemos ler uma série de etnografias que demonstram como determinados povos ameríndios e afro-americanos rejeitam a integração, ainda que não rejeitem a “mistura”. É completamente possível desassociar a mobilização de uma identidade étnica da ideia de pureza, o que faz um forte contraponto ao que defende o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro.



Fonte: Site do Nação Mestiça

2.3 “ONDE HÁ JUSTIÇA, HÁ ESPAÇO PARA TODOS”: ESTADO, MERCADO E IDENTIDADE

Para compreender a forma pela qual o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro equilibra democracia e autoritarismo, devemos falar em mimese. O que o seu método, a mimese inversa, produz é justamente a percepção do outro por meio de um reflexo distorcido do “eu” (CESARINO, 2021, p.11)²⁶. O Inimigo é o exato oposto do que é moralmente correto, como um irmão gêmeo do mal em uma novela mexicana, e a mentira disfarçada como armadilha é o seu instrumento mais sagaz. O PT, o PSOL, o movimento negro e parte do movimento indígena, segundo Leão, são inimigos do mestiço. E é nesse eixo amigo-inimigo (CESARINO, 2018, p. 9) que o NM opera, cada polo sendo um significante vazio, pronto para ser preenchido de acordo com os amigos e os inimigos da vez. Darcy Ribeiro, por exemplo, às vezes é amigo e outras vezes, inimigo²⁷.

²⁶ Como escreve Caiuby (2008, 458-459), para Michael Taussig “a faculdade mimética é ‘a natureza que a cultura usa para criar uma segunda natureza, a faculdade de copiar, imitar, criar modelos, explorar diferenças, entregar-se e tornar-se Outro. A magia da mimesis está no ato de desenhar e copiar a qualidade e o poder do original, a tal ponto que a representação pode até mesmo assumir aquela qualidade e poder’ (1993: XIII)”.

²⁷ O NM aprecia o destaque que Darcy Ribeiro dá aos miscigenados de indígenas com brancos em “O Povo Brasileiro”. Ribeiro atribui aos “mamelucos” ou “brasilíndios” a responsabilidade pela

O NM é metalinguagem racial e, por isso mesmo, Leão assume que uma das inúmeras inspirações que traz consigo de Gilberto Freyre é a ideia de meta-raça mestiça, uma superação da raça, sua negação por meio de uma identidade em constante mudança e nunca finalizada, mas sempre em direção à democracia nacionalista. Não à toa, aqui há uma importância irônica da meta-raça. Ela é ao mesmo tempo uma condenação e o fundamento de tudo. É o que mantém o Brasil unido e é também o principal perigo que ameaça fragmentá-lo. Ao negar a diferença – não a desigualdade –, o NM espera garantir a unidade nacional e por isso se preocupa em assimilar ou condenar o que os ameaça.

Diante desse cenário, é inevitável a constatação de que estamos lidando com uma estratégia de guerra, não apenas com uma disputa democrática, uma vez que o contexto local é escalado ao plano existencial de tal modo que a vitória garante a sobrevivência. Já a derrota é a morte do Nós, da sociedade como um todo. É assim que age o MPMB e é assim que se comporta a extrema-direita brasileira. O MPMB age em nome da sociedade, contra a barbárie, coroando-se defensor da civilização e da identidade que a fundamenta. É um discurso que recorre a mitos muito bem fincados na terra fértil da imaginação social, ao mesmo tempo em que tensiona os limites do cotidiano a partir de um “metateatro” (DAWSEY, 2005) no qual conservadores magicamente podem ser pioneiros do anti-racismo²⁸. Em um momento de liminaridade (TURNER, 1974/2008) ou de crise de paradigma (KUHN, 2006 *apud* CESARINO, 2021), o NM representada uma tentativa de reparação diante do recrudescimento da guerra moderna entre democracia e liberdade. Essa reparação, no entanto, está longe de ser alcançada e, enquanto isso, os militantes do NM continuam atuando – em um papel preferencialmente temporário – na encenação do fim do mundo.

expansão portuguesa no Brasil (RIBEIRO, 1995, p. 106) e descreve seu entre-lugar de rejeitado por ambos os pais. Ainda atribui a este tipo uma vocação e criatividade inigualáveis para a “civilização”. Por outro lado, o autor explicita o racismo da sociedade brasileira na compulsoriedade do “embranquecimento”. Mesmo que tenha acontecido miscigenação “espontaneamente” por meio do “cunhadismo” – também uma estratégia da colonização –, ele argumenta, depois foram instituídas as donatárias. Com isso, os indígenas que haviam sido transformados em parentes viraram mão-de-obra. Darcy Ribeiro é, inclusive, criticado pelo NM por considerar o regime do *apartheid*, ainda que racista, como menos intolerante que o racismo da integração. Para ele, o caminho para a democracia brasileira era, portanto, quebrar o ciclo da ordem oligárquica patriarcal, autoritária, racista e classista. Esse ciclo só poderia ser interrompido pela participação dos mestiços e negros, juntos, como sujeitos do movimento operário, organizados para romper com a estrutura de classes.

²⁸ ALVES, Leão. Conservadores iniciaram a luta contra o racismo no Brasil – Leão Alves. Nação Mestiça, 1 de abril de 2014. Disponível em: < <https://nacaomestica.org/blog4/?p=9102> >. Acesso em: 09 de março de 2023.

Para impedir o apocalipse, sua proposta é a igualdade meritocrática. Na prática significa que essa unidade tão idealizada depende de silenciar reivindicações coletivas contra-hegemônicas e de culpabilizar grupos minoritários pela própria estrutura que os situa nessa posição. A análise é confundida com a causa da crise, a disputa narrativa assume uma posição de destaque e os diagnósticos divergem profundamente. O Movimento Pardo-Mestiço quer evitar que o Brasil se torne uma colcha de retalhos, sobretudo frente à “expansão aparentemente inexorável do liberalismo – social, cultural, sexual, ambiental, religioso e, sim, até político” (ALEXANDER, 2018, p.1013). É como se vissem o mundo virando de ponta-cabeça diante de seus olhos. Aqui o fim da sociedade é o fim do Estado e do Capitalismo. A vitória do “marxismo cultural” e do “multiculturalismo” é o triunfo do conflito acima da união. A narrativa romântica do mito das três raças, portanto, é a solução ideal para mascarar o papel do próprio Estado no que é considerado barbárie. Genocídio negro e indígena são vistos como meros acidentes da civilização, não o seu *modus operandi*. A única salvação para o país acaba sendo eliminar a ameaça para restabelecer a ordem natural perdida e, se isso significa jogar com as contradições do momento em que vivemos e defender uma identidade anti-identidade, então estão dispostos a isso por um bem maior. Contra um mal maior. Falamos, portanto, de método posto em prática tanto na disputa que acontece no imaginário, com a desumanização de minorias políticas, como pela violência empregada contra elas.

Mas o Nação Mestiça nem sempre teve uma orientação tão à direita. É o que me contou o ex-membro do MPMB, Ivan Viana do Nascimento, professor de filosofia que se apresenta como militante da esquerda anárquica. Ele se aproximou do Movimento entre 2004 e 2005, recém saído da universidade e influenciado pela sua história familiar – relata ter sangue de branco, de negro e de indígena –, pelo movimento cultural Candiru e pelo seu ideal de distribuição igualitária de poder para todos. Segundo Ivan, à época o Nação Mestiça agregava mais de um projeto político mestiço. O NM estava com o movimento Candiru, ampliando o debate sobre cultura mestiça, e representava um sentimento comum a respeito do mestiço em Manaus e no Amazonas. Ele me diz que o projeto para reconhecer esse tipo étnico na lei municipal não teve objeção.

Seu encontro com Leão Alves se deu a partir de um conhecido em comum, e seu objetivo dentro do MPMB era contribuir para que o mestiço e o caboclo fossem reconhecidos como etnias válidas, sobretudo no Amazonas. Ele compreende os

movimentos mestiços como a luta pelo reconhecimento da igualdade entre as três raças/culturas que formaram o Brasil. Para ele, significa a compreensão do amálgama racial que somos e da mestiçagem como o encontro inevitável dessas culturas. Se identifica, portanto, como mestiço porque é isso que “nó...Eu sou”, ele diz. Segundo Ivan, “Até os nossos negros não são tão negros quanto os negros de outros estados”. Ele e o Nação Mestiça, no entanto, divergem sobre a operacionalidade das políticas públicas étnico-raciais. Ivan as considera paliativos, não a mudança real necessária. Diz que não quer mais poder; quer poder para todos. O NM também considera essas políticas essencialmente resultado da desigualdade, mas, enquanto as encara como racistas, Ivan reconhece sua necessidade de existência para começar a corrigir o racismo, ainda que não seja uma solução para a raiz o problema. É curioso, então, que Ivan negue a necessidade de cotas raciais para mestiços, enquanto que o NM faz dessa uma das suas principais pautas.

O professor de filosofia e defensor da democracia direta nos conta que não acredita em alimentar uma disputa entre mestiços, negros e indígenas. Sua perspectiva é de que a luta mestiça deve ser em direção à igualdade, à questão de classe, e não à diferenciação. Foi durante o seu período dentro do Movimento que aconteceram as primeiras Conapir (Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial) e ele conta que esteve envolvido na primeira Conapir de corpo e alma, a descrevendo como uma aventura épica, uma Odisseia e quase um milagre político. Sua grande vitória foi terem conseguido eleger uma delegada mestiça – Helderli – pela primeira vez. Ivan viveu e presenciou discussões profundas, desgastantes e alteradas com o movimento negro e diz que, não fosse o movimento indígena, eles não teriam alcançado o seu objetivo. Conta que até hoje algumas pessoas do movimento negro desconfiam dele por ter composto o NM. Ele afirma, no entanto, que a sua posição à esquerda e a inclinação do Nação Mestiça à direita, assim como a insistência na competitividade, o afastaram dessa organização. Em uma conferência de Direitos Humanos, provavelmente em 2008, Ivan relata que houve uma discordância pública entre ele e o NM sobre a defesa das cotas raciais para mestiços. Ele argumentou contra a defesa dessas cotas e, depois da conferência, foi expulso. Houve supostamente uma votação dentro do movimento para definir o apoio às cotas para mestiços, além de votação pra decidir a expulsão de Ivan, que não compareceu à sessão que discutiu o assunto. Depois da sua expulsão,

considerou então que já havia cumprido seu papel dentro do NM e voltou sua militância para o antiproibicionismo, para a luta sindical e para a reivindicação de parlamentos populares remotos como caminho para a verdadeira igualdade política na execução de uma democracia direta. Não havia espaço para a crítica anti-capitalista no Nação Mestiça e, com a guinada à direita, seu método também já não era compatível com a política adotada por Ivan.

O papel do Nação Mestiça, por sua vez, é semelhante ao papel do Cavalo de Troia, preenchido em seu interior por gregos preparados para atacar os troianos e tomar sua cidade. O elemento da surpresa é a vantagem que faz toda a diferença aqui, assim como foi uma surpresa a primeira vez que me deparei com o Nação Mestiça. Seu efeito *uncanny* ou estranho-familiar – a qualidade daquilo que é percebido com estranheza, ambiguidade e que até mesmo causa incômodo e encontra dificuldade particular para ser representado – foi instantâneo. O *uncanny* (GRAY, BOUNEGRU, VENTURINI, 2019), que na vida política na internet tem apelo especial devido à atenção que retém pelo estranhamento – algo comum no ecossistema digital no qual circulam as notícias falsas – é abraçado pelo NM em seus memes, sua mimese inversa, em resumo, sua estética. Minha curiosidade foi imediatamente aguçada. Ver meus ideais através de um espelho distorcido, profanado, foi desconcertante. Foi como se me tivessem tentado enfeitiçar com o meu próprio feitiço. De repente me vi largando sobre o chão minhas armas inúteis, enquanto observava meu reflexo deformado apanhando-as e empunhando-as contra mim. O que adentrava Troia já não era um cavalo de madeira; era eu mesma invertida.

Relembremos a definição de “mestiço brasileiro”:

Mestiço brasileiro é o indivíduo que como tal se identifica, de cor parda ou não, e que é descendente de mestiço ou de qualquer miscigenação entre índio, branco, preto, amarelo ou outra identidade não-mestiça, que se identifica como distinto destas e etnicamente de qualquer outra e que é, nestes termos, reconhecido pela comunidade da etnia mestiça brasileira (nacional, nativa, unitária, indivisível, originada e constituída durante o processo de formação da Nação brasileira e indissociável e exclusivamente identificada com esta). (Nação Mestiça, 2012).

É uma definição antropológicamente cuidadosa e que espelha uma abordagem centrada na atribuição, como a de Barth (1968/2000, p.33, grifos nossos):

A ênfase na atribuição como característica fundamental dos grupos étnicos resolve também as duas dificuldades conceituais [...]

1. Quando as unidades étnicas são definidas como um grupo atributivo e exclusivo, a sua continuidade é clara: ela depende da manutenção de uma fronteira. As características culturais que assinalam a fronteira podem mudar, assim como podem ser transformadas as características culturais dos membros e até mesmo alterada a forma de organização do grupo. Mas o fato de haver uma contínua dicotomização entre membros e não-membros nos permite especificar a natureza da continuidade e investigar forma e conteúdo culturais em mudança.

2. **Apenas os fatores socialmente relevantes tornam-se importantes para diagnosticar o pertencimento, e não as diferenças explícitas e “objetivas”** que são geradas a partir de outros fatores. Não importa quão diferentes sejam os membros em termos de seu comportamento manifesto: se eles dizem que são A, em contraste com outra categoria B da mesma ordem, desejam ser tratados e ter seu comportamento interpretado e julgado como próprio de A e não de B. Em outras palavras, declaram sua adesão à cultura compartilhada por A. Os efeitos disso, comparados com outros fatores que influenciam o comportamento efetivo, podem então ser tomados como objeto para investigação.

Tanto a definição de mestiço do NM como a proposta de Barth descentralizam a atribuição étnica de características “objetivas”, como o fenótipo e práticas culturais exclusivas. Isso acontece porque ambos lidam com a situação interétnica desencadeada pela colonização, marcada por troca e transformação intensas. Mas enquanto Barth está preocupado em frisar as fronteiras móveis da atribuição étnica para questionar a assimetria de poder entre minorias e o grupo dominante majoritário, o NM apropria-se desse instrumento em benefício próprio – para neutralizar as diferenças – enquanto reserva às minorias o essencialismo e fronteiras extremamente rígidas. Um bom exemplo é quando esperam dos povos indígenas que se mantenham isolados para não serem considerados “aculturados” e, assim, mestiços da sociedade nacional. Além disso, outra diferença importante de se notar é como a dicotomização entre membros e não membros da identidade em questão, na lógica da mimese inversa, não apenas diferencia “A” e “B”, mas também transforma o “B” em “-A”, uma versão espelhada e antagonizada de si.

Assim, pela mobilização da atribuição étnica e das suas fronteiras móveis, observamos como a antropologia pode ser apropriada pelo Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro. Mas apesar da clara inspiração antropológica para a definição da etnia mestiça, o MPMB discursa constantemente contra a Antropologia e os

antropólogos, exceto por alguns poucos aliados, como Yvonne Maggie e Edward Luz²⁹. Lévi-Strauss, por exemplo, é um inimigo marcado.

Figura 18 - Para Entender o Indigenismo: Lévi-Strauss

PARA ENTENDER O INDIGENISMO

O INDIGENISMO DEFENDE QUE MISTIÇAGEM É DECADÊNCIA E A CULTURA DOS MISTIÇOS SERÁ SEMPRE INFERIOR ÀS DOS BRANCOS E ÍNDIOS

“POUCA COISA SUBSISTE AO ANTIGO ESPLendor, E OS POUcos OBJETOs DE ESTILO AUTÊNTICO QUE SE VERÁ NESSAS VITRINES SÃO OS ÚLTIMOS DE UMA CULTURA JÁ MORTA. (...) NALIKE NÃO PASSA DE UMA ALDEIA DE MISTIÇOS, NA QUAL UNICAMENTE ALGUMAS VELHAS MULHERES CONSERVAM AS ANTIGAS TRADIÇÕES.”*

Lévi-Strauss
Antropólogo francês,
professor da Universidade de São Paulo, um dos principais ideólogos do apartheid no Brasil

O RACISMO MUDA SEU DISCURSO, MAS NÃO SEU OBJETIVO: ELIMINAR O MESTIÇO

WWW.NACAOMESTICA.ORG - MISTIÇO BRASILEIRO É NATIVO BRASILEIRO

Fonte: Site do Nação Mestiça

O medo do desaparecimento dos nativos não-europeus, talvez o medo mais notável a impulsionar a disciplina antropológica, foi duramente criticado pelos próprios antropólogos que buscavam uma definição de “cultura” menos estanque. A colonização aconteceu, as situações interétnicas entre brancos e não-brancos tornaram-se realidade quase que generalizada e a pureza e o isolamento já não faziam sentido como critérios para definir uma etnia. É nesse contexto que Barth escreve sobre atribuição étnica e João Pacheco de Oliveira fala em etnogênese. Pacheco de Oliveira (1998) traz para a discussão um foco imprescindível nesta análise, que é o papel do Estado e do Mercado na situação interétnica e como ela só existe em um contexto histórico, permeada pela violência inclusive da forma organizacional do Estado-nação e do Capitalismo. Isto é, há crítica qualificada pela via antropológica para enfrentar um relativismo tacanho que ignora a opressão

²⁹ Nove textos publicados pela professora de antropologia da UFRJ, Yvonne Maggie – originalmente da sua coluna no G1 – estão republicados no site do Nação Mestiça, assim como há textos de Edward Luz – alguns direcionando para o seu antigo blog intitulado “Revelando Segredos da Tribo”. Tanto Maggie com Luz participaram anteriormente do I Congresso Mestiço, organizado em 20 de junho de 2011 pelo Nação Mestiça pelo ACRA e pelo Fórum Mestiço de Políticas Públicas. Edward Luz, mestre em Antropologia pela UNB e conhecido como “antropólogo dos ruralistas”, continua contribuindo para com o NM e participando de eventos organizados pelo coletivo. Foi expulso da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) em 2013.

produzida pelo Estado e pelo Mercado contra negros e indígenas. Nesse sentido, a atribuição étnica é uma estratégia de sobrevivência contra e no Estado.

O Nação Mestiça entende isso muito bem. A sua própria escolha pela reivindicação de políticas para mestiços tem base na denúncia de “limpeza étnica”, ao que chamam também de “mestiçofobia” quando direcionada aos mestiços. Quando perguntei a Leão o motivo da figura central do movimento ser o mestiço e não o brasileiro, ele me respondeu que o foco da eliminação é justamente o mestiço e que é necessário recuperar essa identidade que alicerça o Brasil. Me conta, inclusive, que “o que o Nação Mestiça busca é trazer o Brasil de volta ao que ele é”. No que compreendo, isso quer dizer voltar à miscigenação como política de Estado, o que já não acontece na mesma intensidade hoje. O racismo, para ele, é essencialmente contra a mistura e teria sido incorporado nas políticas públicas ao longo dos anos, principalmente após a Constituição de 1988. Essa perspectiva é evidente em todas as palestras do Seminário e, nesse primeiro momento, as duas palestras iniciais – de Leão Alves e de Abiel da Silva Santos – me auxiliam na apresentação da sua proposta de uma etnia mestiça a partir da relação com o Estado. Para eles, não houvesse uma perseguição contra os mestiços, não seria necessário reivindicar a diferença.

Abiel é apresentado como pedagogo, presidente da Associação dos Pequenos Agricultores de Ilhéus, Uma e Burearema, além de pós-graduado em gestão de Educação na Bahia. Outra informação que nos dá sobre si é que quase foi padre e costuma dar muitas palestras na paróquia de Ilhéus. Além disso, foi candidato a vereador em Ilhéus nas eleições de 2020 pelo PSL (Partido Social Liberal). Em dado momento de sua palestra, Abiel diz que “Onde há justiça, há espaço para todos” e continua:

O artigo quinto da Constituição brasileira diz expressamente que todos somos iguais perante a lei. Perante a lei! Mas isso, infelizmente, na prática, é totalmente diferente. Lamentavelmente a gente ainda discrimina as pessoas. Lamentavelmente alguns querem ser mais iguais do que outros, querem ser melhores do que outros, querem mandar nos outros. E esses alguns são verdadeiros oportunistas.

Nesse caso, a constituição é evocada para a defesa dos mestiços, o que nem sempre acontece com o NM. Na publicação “Leis racistas: Constituição do Brasil (1988)” no blog, está escrito:

Embora a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, condene formalmente o racismo (art. 4º, VIII; 5º, XLII), seu Capítulo III privilegia descendentes de imigrantes, na prática brancos, e o Capítulo VIII estabelece a segregação racial entre índios e não índios.

Apartheid

O Capítulo VIII é resultado do *lobby* de brancos indigenistas, de grupos multiculturalistas do país e do exterior, organizados em ONGs e agências governamentais, especialmente dos Estados Unidos e da União Europeia. Avessos à mestiçagem, a legislação é inspirada no modelo do apartheid sul africano e seus territórios indígenas, os bantustões. Para a instalação dos bantustões, o Governo Federal executa limpeza étnica contra o povo mestiço, como a registrada na foto acima.

A foto consiste em agentes da Polícia Rodoviária Federal atirando não se sabe bem contra quem. Há fumaça – talvez causada por bomba de efeito moral –, homens fardados com a sigla “PRF” nas costas, outros com roupas camufladas e alguns homens vestidos à paisana. O cenário é de chão de terra cercado pelo que parece ser uma floresta. É difícil concluir o que está acontecendo e contra quem é a operação policial. O texto, porém, nos informa que se trata de limpeza étnica contra mestiços realizada pelo Governo Federal.

Para o NM, a Constituição de 1988 tanto condena como propaga o racismo, dando margem para a expulsão violenta dos mestiços das terras demarcadas pela FUNAI. Os capítulos que versam sobre os direitos de imigrantes e dos povos indígenas são apontados como a origem da sua desconfiança para com o documento, mas são as demarcações o que mais parece incomodar nisso tudo. A ideia de que os povos que se beneficiam de políticas étnico-raciais são “verdadeiros oportunistas” a serviço “do *lobby* de brancos indigenistas, de grupos multiculturalistas do país e do exterior, organizados em ONGs e agências governamentais” nos leva a identificar também um papel importante do Mercado na atribuição étnica mestiça. Outra parte da fala de Abiel corrobora isso:

Eles levam 3 ou 4 anos fazendo laudo escondido. A FUNAI lhe dá apenas 60 dias para você constituir um antropólogo, pagar um antropólogo, que é caríssimo, para se defender, para dizer que não é indígena. E o pior de tudo! Está igual ao ministro Alexandre de Moraes. É o juiz, é o promotor, é tudo ao mesmo tempo. A FUNAI encomenda o laudo já dizendo que é para identificar como terra indígena e depois você tem que se defender para a FUNAI que já pagou para dizer que é terra indígena.

Essa fala acontece no contexto do relato de Abiel sobre a tentativa da FUNAI de demarcar uma região que ele diz ser habitada por pequenos agricultores

nas redondezas de Ilhéus (BA). Conta à plateia que contrataram um antropólogo, a quem enviaram para perto de Ilhéus e depois disso começaram a reivindicar que ali existiam indígenas Pataxó. Depois, a FUNAI teria encomendado à Universidade de Coimbra um laudo antropológico. Segundo Abiel, a antropóloga Susana Matos Viegas teria voltado a Olivença, no sul da Bahia a 16km de Ilhéus, obrigada pela FUNAI a mudar a conclusão da sua pesquisa após supostamente ter dito em livro que ali naquele território reivindicado Tupinambá não havia índios. Em 2004, a FUNAI os reconhece como indígenas Tupinambá e, segundo o palestrante, o órgão teria influenciado a população local a se identificar como indígena para obter benefícios. Conta que houve, inclusive, contestação a partir de atas das reuniões de oficialização da etnia.

Abiel relata que logo depois [os indígenas] começaram a invadir propriedades, a violência escalou na região e as pessoas que não se identificavam como Tubinambá descobriram que iam perder suas terras, o que teria resultado em uma onda de descadastramentos de indígenas. Narra o dia em que ele estava na própria roça e chegaram [a FUNAI] dizendo que ele precisava se cadastrar como índio ou perderia a terra. Conta que já no outro dia invadiram sua terra e colocaram para fora os trabalhadores da sua roça que se identificavam como indígenas. Denuncia que na região existem treze caciques, entre eles traficantes, e que chegou a chorar em audiências com relatos de violência dos indígenas – de acordo com ele, massacravam idosos e ocupam apenas propriedades produtivas. Acusa-os, inclusive, de terem contratando “meliantes” nas periferias de Ilhéus, Una e Buerarema a um preço de vinte a cinquenta reais por dia para invadir terras e roubar. Para demonstrar mais uma vez a ganância dos “oportunistas” e “meliantes”, ele fala que na hora de dividir matavam uns aos outros porque não aceitavam a divisão igualitária dos ganhos. A indignação em sua voz cresce quando Abiel declara que havia uma “oferta para se cadastrar como índio”, como algo a ser comprado. Expressa todo o seu nojo contra o racismo que diz testemunhar, o nojo contra os europeus vindo ao Brasil para dividir a nação e nojo ao ver pessoas sendo discriminadas por não aceitar fazer parte de certo grupo.

Temos, no entanto, outra versão da história contada por Abiel sobre o reconhecimento dos Tupinambá na Bahia. Em entrevista realizada em janeiro de 2014 por Karla Cunha Pádua, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), Susana de Matos Viegas conta como passou a pesquisar entre os

indígenas da Bahia. Fala sobre como ficou sabendo da situação de Olivença com seus colegas de Salvador (BA) e acabou por enveredar nessa direção, que antes não havia sido abordada a sério em um trabalho antropológico. Afirma que já sabia que ali havia uma população indígena, mas que, por outro lado, essas pessoas viviam sem nunca ter reivindicado uma identidade. O resultado desse primeiro contato foi um artigo chamado “Índios que não querem ser índios”. Depois de três meses de campo e uma viagem de volta a Portugal, ela decidiu enfim trabalhar com os indígenas de Olivença, que já lhe haviam oferecido um lugar entre eles. Nas suas palavras:

Durante aquele período todo que eu fiz o campo, as pessoas diziam sempre: - O quê que nós temos ainda pra dar de cultura que possa explicar a sua presença aqui? Até hoje, quando as pessoas perguntam qual foi a influência da minha presença, naquele momento, em 97/98, no fato de no ano 2000 eles terem feito um pedido formal ao Estado de reconhecimento como povo indígena, eu respondo que, pelo contrário, em vários momentos foi até constrangedor para mim ter que lhes dizer, por exemplo, que **eu não tinha hipótese nenhuma, como portuguesa, de fazer articulações com a FUNAI ou com alguma outra entidade do Estado**, tão contrariamente a outros colegas antropólogos brasileiros que poderiam ter feito esse tipo de articulações, eu não podia, porque era estrangeira. Houve momentos em que eu cheguei até a sentir que isto era uma limitação minha. A verdade é que, diferentemente do que poderia ter acontecido, se quem estivesse em campo fosse um colega brasileiro, eu realmente não tinha essa capacidade de articulação com o Estado. Por isso, **não tive qualquer papel direto no processo de reivindicação** que, na verdade, **apenas dois anos depois de ter terminado o campo**, já no ano 2000, resultou no pedido formal endereçado à FUNAI de identificação como índios Tupinambá de Olivença. No fundo, pode-se dizer apenas que as pessoas, eventualmente achariam que se uma estrangeira tinha ido pra lá e tinha achado que havia ali uma matéria para escrever um livro, se calhar, talvez (repetição) a sua segurança na reivindicação, digamos, tenha sido estimulada, mas mesmo isso é controverso e implica admitir um poder do antropólogo no qual eu francamente não acredito. Realmente houve outras dinâmicas que se concretizaram com sucesso dentro do próprio processo político deles, ou seja, da dinâmica política interna e que até **ocorreram muito depois de eu ter estado a viver na região** (2014, p. 139-140. Grifos nossos).

Susana argumenta ainda que, em sua pesquisa, ela tratava-os por caboclos a partir de uma articulação com a literatura americanista porque, apesar de não se identificarem enquanto etnia indígena na época, muito da sua vida coletiva era tornado mais compreensível para a antropóloga ao comparar com as referências da etnologia. Mais tarde, quando esses Tupinambá passam à atribuição étnica, ela volta ao campo por um convite da FUNAI/UNESCO a fim de coordenar, junto de Jorge Luiz de Paula (AER Governador Valadares), o Grupo Técnico (GT) de

Identificação e Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença/BA. Seus trabalhos no GT resultaram no *Relatório Circunstanciado*, concluído em 2009 e aprovado pela FUNAI.

Ou seja, o que ela fala na entrevista contradiz as acusações feitas por Abiel da Silva e, entre as pessoas na plateia, também parece existir receio quanto ao que ouvem. Quando ele fala em autoritarismo da FUNAI e da semelhança com o comportamento do ministro do STF, Alexandre de Moraes, ruídos da plateia são ouvidos no auditório. O palestrante encontra dificuldade para terminar a frase que começou e depois é interrompido por Helda, que faz um sinal para informá-lo de que faltam apenas cinco minutos de fala. Nesse momento, uma voz masculina de alguém que não é filmado pela câmera diz “Está emitindo opinião, não é? Está fugindo do tema”. Para o que o palestrante responde “Mas não é meu objetivo” e o homem mais uma vez retruca ao dizer “Mas seja claro”. Também há protesto na palestra anterior, quando Leão fala de limpeza étnica, que um terço do território do Amazonas é demarcado como terra indígena e que mestiços são tratados como cachorro pela FUNAI, Força Nacional, Greenpeace, OpenSociety, WWF, Ford Foundation e Rede Globo. Logo em seguida ele fala “Eu fico até pensando: Se aquele rapaz, aquele indigenista, tivesse sido morto por um índio, eu não sei se a gente teria essa repercussão não”³⁰. A plateia nesse momento faz barulho e uma voz masculina (não é possível saber se a mesma da palestra de Abiel) protesta. Não é possível compreender tudo o que diz, mas chama Leão de “papai”. Outro homem pede a palavra ao “mestre” Leão Alves. De início não tem a palavra cedida, mas depois consegue explicar que não se chama todos de brancos – resposta a um argumento de Leão sobre o emprego da categoria “brancos” quando conveniente –, mas sim de “não-indígena”. Uma voz diferente, talvez a primeira voz masculina, diz “Mestiço é mestiço, e não branco”. Helda interrompe a todos no microfone pedindo por ordem e informa que ao final da palestra haverá espaço para colocações. Como mediadora, comunica que um professor na plateia está colocando que não existe branco, existem índios e não-índios.

Abiel Santos prossegue para o fim da sua fala dizendo que não tem quem defenda o agricultor, que ele fica sozinho nessa situação injusta. Acredita que, no

³⁰ Ele se refere ao indigenista brasileiro Bruno Pereira e ao jornalista inglês Dom Phillips. Ambos foram assassinados em julho de 2022, próximo à Terra Indígena Vale do Javari, que fica no Amazonas na fronteira com o Peru. Uma hipótese da polícia sobre o motivo do crime é o conflito que existia entre Bruno e os assassinos, acusados de praticar pesca ilegal na Terra Indígena.

fim, os indígenas também não querem isso, e finaliza afirmando que somos todos iguais, independente da nossa cor, raça, sexo ou posição social. Quase podemos ouvir ressoando de novo a sua frase de abertura: “Onde há justiça, há espaço para todos”. Abiel desce do palco enquanto Helda mais uma vez se põe a mediar e o elogia, destacando a sua importância como representação do núcleo mestiço na Bahia, o que nos dá a impressão de familiaridade entre eles. Ela defende Abiel ao exemplificar o caso de Careiro da Várzea: primos das mesmas pessoas que estavam no evento naquele momento “viraram índio e hoje lutam para expulsar eles [seus familiares] das suas terras, enquanto mestiços”. Mais um caso do identitarismo dividindo famílias cristãs. Ela continua:

Então a gente luta por direitos iguais para o mestiço também ter o mesmo direito originário que indígenas por serem descendentes. A gente inclusive denunciou na Polícia Federal [inaudível] e tem gente virando índio por conta dos benefícios de aposentadoria, seguro de maternidade.

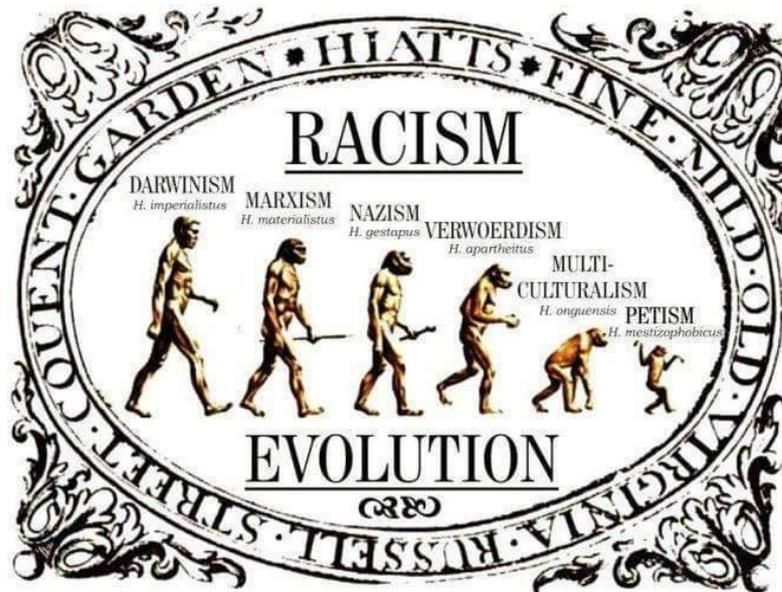
Sua intervenção é uma denúncia pública à FUNAI e um apelo à SEJUSC para que fiscalize irregularidades nas ações do órgão indigenista. Um homem na plateia encerra este ato dizendo em tom jocoso “25 mil para virar índio aqui no Amazonas! Alguém está dando”.

Depois das palestras de Leão e Abiel, fica fácil supor que esse “alguém” que está comprando falsos indígenas é o Estado, por meio da FUNAI, e o Mercado, por meio dos globalistas. A frase parte também do princípio de que aquelas pessoas compradas são, em realidade, mestiços “oportunistas”, ao contrário dos mestiços que defendem a igualdade. Nisso consiste o drama mestiço: seu entre-lugar inerente, sua unidade vendida, seu destino democrático interrompido e seu direito originário usurpado. Para Leão, aqueles que ergueram o país são os mesmos para quem o Brasil virou as costas e por isso hoje lutam para desfazer o estrago divisionista do “multiculturalismo”, mesmo que isso signifique apropriar-se desses mecanismos que consideram racistas. Afinal, se trata de uma guerra, para a qual é necessário ter estratégia. E é nesses termos que os próximos palestrantes, Tasso Lycurgo e Edward Luz, falam a respeito das políticas do reconhecimento.

3 QUANDO COLONIALISMO E NEOLIBERALISMO SE ENCONTRAM

3.1 CORTINA DE FUMAÇA

Figura 19 - Evolução do Racismo



Fonte: Site do Nação Mestiça

Neste capítulo, nos concentraremos nas palestras de Tassos Lycurgo e Edward Luz, que deram continuação ao Seminário após as apresentações de Leão e Abiel. Além dessa decisão seguir a ordem em que os palestrantes realizaram suas falas durante o evento, essa escolha grupa ambas palestras na sessão a partir da sua semelhança em conteúdo. Tanto Lycurgo como Luz acusam as políticas multiculturais promotoras da diversidade de serem perigosas, a saber, parte de uma estratégia de guerra para encobrir o verdadeiro ataque separatista da Esquerda ao território brasileiro. Luz, inclusive, se refere a elas como uma “cortina de fumaça”,³¹ enquanto Lycurgo pensa que é a economia a “isca” que desvia a atenção dos campos da cultura e da educação. Para eles, a narrativa da diversidade não passa de uma armadilha na qual só se revela o perigo quando já não há mais como evita-

³¹ *Cortina de Fumaça* é também o título do documentário de 2021 dirigido por Lucas Ferrugem e realizado pela Brasil Paralelo, empresa brasileira fundada em 2016 e que produz conteúdo revisionista e conservador, principalmente sobre história e política. Nesse documentário, a pauta ambiental é representada como cortina de fumaça em uma guerra entre interesses internacionais no território brasileiro e o ruralismo, retratado como a solução para a fome mundial. Edward Luz participa do filme, no qual afirma que a partir de 2002/2003 começou a ser realizada uma divisão étnico-racial no país.

lo: na realidade, seu objetivo é promover a guerra e o totalitarismo em benefício dos poderosos globalistas, que desprezam as nações e espalham a divisão pelo mundo. A essa estratégia podemos chamar de “Esquerdismo identitário” (Edward Luz), “multiculturalismo” (Nação Mestiça), “freirismo” (Lycurgo), além dos vários outros nomes que tateiam fenômenos próximos ao que Nancy Fraser conceituou de “neoliberalismo progressista”.

Para caracterizar esse fenômeno, Fraser nos fala primeiro dos dois pilares que sustentam a hegemonia capitalista desde a metade do século XXI (FRASER, 2019, p. 15):

Desde a metade do século XX, nos Estados Unidos e na Europa, a hegemonia capitalista foi forjada pela combinação de **dois aspectos diferentes de direito e justiça – um focado na distribuição, o outro no reconhecimento**. O **aspecto distributivo** transmite uma visão sobre como a sociedade deve alocar bens divisíveis, especialmente os rendimentos. Esse aspecto diz respeito à estrutura econômica da sociedade e, ainda que indiretamente, às suas divisões de classe. O **aspecto do reconhecimento** expressa um senso de como a sociedade deve repartir o respeito e a estima, as marcas morais de pertencimento enquanto membros da sociedade. Focado na ordem dos status na sociedade, esse aspecto se refere às hierarquias desses status. (Grifos nossos).

O Estado de bem-estar social parte do princípio de que a igualdade política, base da democracia, é algo que depende da promoção de bens pelo próprio Estado. Desse modo, o eixo da distribuição aqui é muito importante e opera de modo a criar as condições para que um povo possa “se engajar em formas modestas de autogoverno” (BROWN, 2018, p. 37). Talvez seu exemplo mais notório tenha sido a política keynesiana implementada nos anos 1930 por Roosevelt, nos EUA, a partir do *New Deal*. No entanto, em meados dos anos 1970, experienciamos um recuo dos programas sociais nos países capitalistas e, assim, o encolhimento do Estado social. Na opinião de Foucault (2008, p. 298-299), tiveram influência nessa retirada os pactos sociais de guerra (pactos de segurança) e o crescimento da administração federal por meio dos programas econômicos e sociais. Ou seja, o poder do Estado cresceu. Além disso, a financeirização preparou o terreno para que avançasse a globalização e, com ela, a transformação ou “reprogramação” do liberalismo (FOUCAULT *apud* BROWN, 2018, p. 30).

Enquanto nova racionalidade política, o neoliberalismo refere-se à extensão do campo econômico às demais esferas da vida, inclusive à subjetividade. Mbembe (2018, p. 15) o define como “a época ao longo da qual o tempo curto se presta a ser

convertido em força reprodutiva da forma-dinheiro,” justamente para chamar atenção para a conversão acelerada das diversas atividades e situações no dia-a-dia do sujeito em valor de mercado. Em resumo, o *homo oeconomicus* se torna um sujeito que “espontaneamente” produz capital humano a todo momento. Enquanto o liberalismo tem no *homo oeconomicus* clássico um parceiro da troca, atento à utilidade e à necessidade, no neoliberalismo ele é um empresário de si mesmo, seu próprio capital, seu orgulhoso produtor e sua fonte de renda (FOUCAULT, 2018, p. 311). Nessa nova racionalidade, os governos são *para* o mercado e os princípios de mercado se tornam princípios de governo (BROWN, 2018, p. 31), o que faz com que o sujeito e sua família sejam responsabilizados pela própria sobrevivência como se fossem empreendimentos na lógica de competição mercadológica. O Estado social, por sua vez, é incompatível com esse tipo de pessoa, para quem igualdade e meritocracia são sinônimos.

Sem o amparo do Estado, que já não pretende enfrentar as desigualdades sociais, essas pessoas precisam a todo momento fazer análises da “racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2018, p.307). Isso significa que o *Homo oeconomicus*, frente à escassez de recursos essenciais, precisa pensar estrategicamente a fim de competir e sobreviver, o que, por vezes, significa transmutar sua subjetividade em mercadoria. Nessa racionalidade, há fins demais para recursos de menos, além de sermos muitos em número. Na imagem abaixo é possível observar como essa disputa por recursos é representada: supostamente, enquanto os equipamentos de saúde indígena funcionam de modo apropriado, falta o básico para a “saúde mestiça”, isto é, para a população em geral.

Figura 20 - Saúde Indígena *versus* Saúde Mestiça



Fonte: Site do Nação Mestiça

Esse é o discurso de muitos economistas e defensores das medidas de austeridade. Enquanto isso, o neoliberalismo também promove o “livre comércio”, os baixos impostos para as corporações, a redução dos direitos trabalhistas, a primazia do interesse dos acionistas, a compensação ao estilo de ‘o vencedor leva tudo’ e a desregulamentação financeira” (FRASER, 2019, p. 12). Os vencedores são aqueles que acumulam esses recursos raros, como os banqueiros que “quebraram” na crise de 2008 e para quem a austeridade é substituída por subsídios estatais – o mercado, afinal de contas, não é tão invisível assim. A consequência para o trabalhador comum, por outro lado, é a “flexibilização” (retirada) dos seus direitos trabalhistas, além do rompimento da fronteira entre vida privada e vida profissional.

Diante dessas desvantagens, Nancy Fraser nos diz que, para tornar o neoliberalismo mais palatável e assegurar sua hegemonia, foi preciso uni-lo ao progressismo, formando assim o neoliberalismo progressista. Nos EUA, isso representou a aliança entre setores da economia norte-americana fortemente ligados à financeirização, à globalização e à digitalização, como Wall Street, Hollywood e o Vale do Silício, e movimentos sociais liberais que representavam parcelas do feminismo, multiculturalismo, antirracismo, ambientalismo, o movimento

LGBT etc. Desse modo, o que Fraser nomeia de “bloco progressista-neoliberal” manteve uma economia plutocrática e neoliberal no eixo distributivo, enquanto impulsionava uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. Assim, o recrudescimento da exploração dos trabalhadores poderia ser apaziguado com a ajuda das noções de liberdade individual, igualdade competitiva e mérito. Não à toa, as políticas de reconhecimento frequentemente passaram a justificar sua existência pela necessidade de igualar as condições materiais dos sujeitos com o fim de habilitá-los para a competição capitalista. Nessa perspectiva, a “justiça social” quer dizer levar a diversidade para o ambiente competitivo, o que acaba por validá-lo. Seu objetivo não costuma ser erradicar determinadas desigualdades, mas sim abrandar as crises causadas pelos seus danos. As identidades, portanto, são celebradas pela sua contribuição para o mercado, por meio do qual elas podem ser mercantilizadas em nichos econômicos inspirados na representatividade, isto é, da vitória individual.

O Nação Mestiça, inimigo declarado do multiculturalismo e do neoliberalismo, reconhece a mercantilização das identidades e culturas e oferece a identidade mestiça como alternativa a isso, assim como também propõe que essa etnia seja nacional e unificada como antídoto para o divisionismo progressista. Afinal, a hegemonia que querem fomentar é a hegemonia conservadora. Deus, pátria e família são seus laços primordiais e o NM vê, tanto no neoliberalismo como no progressismo à esquerda, ameaças a esses valores. Para o Nação Mestiça, ambos representam o perigo do fim da tradição que estrutura a sociedade como ela é, e essa ameaça existencial se dá a partir da fabricação de cisões na sociedade por meio da hierarquização de identidades – a classe social é incluída aqui, ainda que não exatamente como uma identidade. No neoliberalismo, é a esfera pública – consequentemente, a democracia – que é enfraquecida, e isso faz com que a sociedade tenda a fragmentar-se para libertar o indivíduo e o mercado. Já no comunismo descrito pelo NM, as liberdades individuais e o mercado são demasiado limitados pelo Estado totalitário para homogeneizar os sujeitos em sociedade a partir do princípio da igualdade. No primeiro caso, a política neoliberal de reconhecimento é o problema para o NM, enquanto no segundo, a distribuição é que causa incômodo porque poda a espontaneidade do mercado.

Figura 21 - Sub, o Pardo Submisso em Mais Valia



Fonte: Site do Nação Mestiça

Na situação brasileira, defende o Nação Mestiça, apenas o mestiço poderia combater essa tentativa de divisão advinda da luta de classes e do multiculturalismo globalista. A proposta meta-racial mestiça pretende, finalmente, equilibrar distribuição e reconhecimento ao sugerir uma identidade que inclui a todos os brasileiros – se forem cristãos, heterossexuais, cisgêneros, direitistas etc. – como sujeitos de direito e idealiza a distribuição universal e igualitária dos recursos disponíveis como política pública sem, no entanto, deixar para trás a lógica de mercado e a tradição. Tassos Lycurgo, nosso terceiro palestrante no XII Seminário Sobre a Identidade Mestiça, fala da importância da promoção e divulgação da mestiçagem como forma de combate à “hegemonia globalista”, da qual, segundo ele, o “coletivismo” faz parte enquanto ferramenta do comunismo.

3.2 FREIRISMO X FREYRISMO

Pastor, advogado e professor titular do Departamento de Artes da UFRN, Tassos Lycurgo é também coautor de livros como “Jó. Traído por Deus? Entregue ao Diabo?” e “Cristianismo Simples: Conhecimento para a vida de uma Nova Criatura”. Chegou a comandar o Departamento do Patrimônio Imaterial do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do qual foi exonerado em 2022 após gravar uma *live* do Ministério da Defesa da Fé, igreja na qual é pastor, diretamente do seu gabinete localizado na então sede do instituto, em Brasília. Em

clima de tensão após protestos da plateia nas duas primeiras palestras, Helda reforça que, ao final do evento, haverá espaço para perguntas. Convida para o palco Lycurgo, que recebe o microfone de suas mãos, se desequilibra ao subir no palco e quase cai. Ambos riem com alívio e Tassos inicia sua intervenção já falando que ela será para “mostrar a importância da promoção e divulgação da mestiçagem como combate a uma das maiores ferramentas do comunismo, que é o coletivismo”.

Nos fala que existem três movimentos globalistas de visão expansionista, a saber, o comunismo, o financismo e o Islã – não chega a citar novamente os dois últimos. Diz que há uma hegemonia globalista, comunista e coletivista nas universidades e secretarias de educação, e que isso significa que hoje, a cultura é o principal campo de batalha. Antigamente, afirma Tassos, era na economia que a hegemonia era disputada, ao contrário de hoje, quando “países comunistas de mercado livre”, como a China, e bilionários, como George Soros, demonstram que “o inimigo do Comunismo não é mais o Capitalismo; o inimigo do Comunismo, hoje, se dá no campo dos valores”.

Figura 22 - Academia Branca de Antropologia



Fonte: Site do Nação Mestiça

Tassos argumenta que o campo econômico se tornou indomável, essencialmente composto por leis naturais que não podem ser questionadas, enquanto a cultura e a educação – talvez por que aí ele encontra uma dificuldade maior em negar sua qualidade histórica – ainda podem ser disputadas e são o

campo privilegiado da investida comunista-globalista. Conta que há doutrinação de Esquerda sobre a importância da disputa econômica, mas que no fundo isso também é uma “isca” para nos desviarmos da discussão sobre valores. Nesse momento a plateia protesta, o orador diz que está apenas comunicando um argumento que pode ser questionado, e segue falando das principais áreas de atuação da esquerda na cultura e na educação.

Ele nos diz que a Esquerda brasileira deixou de ser marxista, tendo se tornado comunista. Inspirada em Antonio Gramsci e na escola de Frankfurt, a partir dos quais, para Tassos, a linguagem se torna o principal alvo da disputa de poder nos dois campos supracitados, a Esquerda intenciona dominar as pessoas por meio do coletivismo. Ele define “coletivismo” como:

[...] o intuito perverso do comunismo de segregar as pessoas em grupos específicos e passar a ideia de que aquelas pessoas, naqueles grupos, devem pensar de uma determinada maneira. Não se sentem livres, indivíduos capazes de pensar livremente. Devem todos replicar um tipo de pensamento e, portanto, serem essas pessoas facilmente manipuláveis.

Segundo o professor, a mestiçagem, aquilo que determina a identidade nacional, é exatamente o contrário do controle que os comunistas querem implementar porque impede a separação em grupos que homogeneizam o pensamento dos seus membros. Usa como exemplo o “negrismo” – que diferencia dos negros –, movimento ao qual atribui um comportamento agressivo contra a diferença. Para Tassos Lycurgo:

A mestiçagem é dizer que o Brasil tem uma solução pacífica pra os conflitos étnico-raciais. Isso não se aplica, é claro, para todos os países do mundo, mas, no caso do Brasil, é uma característica sincera, genuína, do nosso povo. É por isso, por esse motivo...e assim eu conclamo aqui para que nós pensemos sobre isso – os colegas da área de educação [e] da área de cultura...A ideia de que **nós não podemos nos deixar ser levados ou não podemos nos deixar ser tolhidos na nossa capacidade de pensamento. Nós não podemos ser tolhidos na nossa capacidade de sermos diversos.** O coletivismo, a ideia de colocar pessoas em grupos, ao contrário do que se diz, é contrária à diversidade, mata a diversidade. Por quê? Por que as pessoas não são nesses grupos capazes de se colocarem livremente como entendem que se devem colocar na vida. (Grifos nossos).

Isto é, o globalismo é anti-diversidade, enquanto a mestiçagem é a síntese da diversidade brasileira. A mestiçagem é espontânea e livre, enquanto o globalismo é

um plano de homogeneização para a dominação. Para disfarçar-se de diversidade e convencer seu público, então, o comunismo brasileiro apaixonado pelo pensamento de Gramsci oferece o mesmo conteúdo com um rótulo diferente, como Tassos diz que acontece com as associações de esquerda compostas por militantes de esquerda, mas com um rótulo acadêmico.

Figura 23 - A Invenção da Cultura do Estupro



Fonte: Site do Nação Mestiça

Entusiasta do resgate da mestiçagem e de Gilberto Freyre contra a hegemonia esquerdista nas academias, nosso palestrante advoga pela troca do “Freirismo”, derivado de Paulo Freire, pelo “Freyrismo”, relativo a Gilberto Freyre.

Mulheres na plateia protestam de forma jocosa ao dizer “Professor, não seja hilário”. O palestrante tenta falar sobre democracia em resposta, mas é interrompido. A mulher grita: “O senhor, fundador de uma igreja, vem falar em idealismo, professor?! Por favor!”. Ele inicia a resposta à moça, Helda pede para seguir com a palestra, mas ele continua: diz que é nos países cristãos que se tem maior liberdade e tolerância, inclusive para realizar passeatas LGBT, ao contrário dos países comunistas. Na plateia falam que no budismo e hinduísmo também existe essa possibilidade. Entre o burburinho dos espectadores, Tassos diz:

Se nós nos entendermos como de fato somos, um povo miscigenado, um povo mestiço, nós teremos um ambiente cultural em que a possibilidade livre do pensamento, seja ele qual for, será elevada. Esse é o argumento intelectual que eu estou apresentando. Você pode discordar ou não. Fique à

vontade. [...] **Se nós nos entendermos iguais em relação a todas as pessoas**, capazes de desenvolvermos o nosso pensamento independentemente da cor da nossa tez, da cor da nossa pele, **nós teremos um nível de diversidade muito maior** do que se você se sente obrigada, direcionada, a pensar só de uma determinada maneira porque você é dito de uma determinada raça. Esse é o argumento, meu querido.

Portanto, a partir da valorização da mestiçagem o povo brasileiro poderia superar as tensões raciais, a dominação pela divisão em grupos homogêneos, e ser verdadeiramente igual, diverso e livre. Mais uma vez, a suposta espontaneidade é o argumento que valida a idealização do mito das três raças. Para reforçar essa ideia, Lycurgo argumenta a testagem natural e histórica da tradição:

E o bom senso diz que, se nós temos esses valores construídos e segmentados no passado em várias gerações, se esses valores foram segmentados pelo teste do tempo, se o seu avô pensava assim, o seu bisavô, trisavô, pensava assim... para que nós possamos promover uma mudança abrupta, para que nós queiramos mudar radicalmente a forma como todos os nossos antepassados, meus e seus, pensavam, nós temos que só fazer isso com o uso concreto da virtude da prudência. **Tentar, como tem feito o Brasil, acabar com o conceito de mestiçagem, em favor de uma segmentação de raças para controlá-las, é no mínimo uma mudança não prudencial.** Porque **ela não foi submetida ao processo natural de testagem do tempo.** É um argumento que me parece um argumento sólido. É um argumento inclusivo, é [repetição] respeitoso. É um argumento que nos coloca a todos em uma só condição de brasileiros. É um argumento real que tem origem na nossa formação, como foi mostrado aqui pelo Dr. Leão. A nossa formação histórica é essa.

Para Lycurgo, assim como para o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, a ênfase no eixo neoliberal do reconhecimento não passa de uma forma de manipular os sujeitos e torná-los submissos aos globalistas poderosos. Isto fomentaria o racismo, conseqüentemente a redução da diversidade, e a negação da tradição brasileira espontaneamente desenvolvida e iniciada na mestiçagem, ou seja, na colonização. Porém, ao mesmo tempo em que eles criticam o neoliberalismo e sua política distributiva e de reconhecimento, reivindicam o reconhecimento da identidade mestiça, isto é, também se utilizam da “justiça social”. A defesa do MPMB contra essa contradição é que a organização defende políticas públicas universais. Sua rejeição à questão de classe, no entanto, acaba enveredando por ideias semelhantes às neoliberais ao colocar igualdade como sinônimo de meritocracia e ao estimular a competição por recursos estatais. Em um estado de exceção, a saber, de guerra cultural, o MPMB adota a canibalização como estratégia para recuperar poder e isso significa que alguns elementos serão repudiados – como a

rejeição do neoliberalismo à soberania popular e ao poder democrático –, enquanto outros serão adaptados à realidade manauara, brasileira e conservadora contemporânea.

Hayek, um dos mais conhecidos pensadores do neoliberalismo, considerava a própria noção de social “falsa e perigosa, sem sentido e oca, destrutiva e desonesta, uma ‘fraude semântica’”. Para ele, “a preocupação com o social é a assinatura de todas as tentativas mal concebidas de controle da existência coletiva, o símbolo da tirania” (2018, *apud* BROWN, p. 41). Brown resume, ao escrever que o neoliberalismo tem por objetivo limitar e conter o político, separando-o da soberania e da democracia (Ibid., p. 70), ambos princípios imprescindíveis para o MPMB e seu projeto de país. Para o MPMB, o “fazer sociedade” é um imperativo³², assim como perseguir a democracia, mesmo que nos termos de um governo da maioria cristã. Na sua perspectiva, não existe Brasil sem essas condições, apenas retalhos de interesses privados que, no fim, privilegiam poucos indivíduos. Devemos nos perguntar, no entanto, se é possível firmar uma sociedade democrática a partir da perseguição aos direitos políticos das minorias. O legado da colonização e da idealização da “democracia racial” não universalizaram a distribuição de políticas públicas, seja porque seu aspecto distributivo ainda é capitalista ou porque sua política de reconhecimento é voltada para uma hegemonia racista.

Lycurgo se encaminha, incomodado, para o final da sua fala e manifesta que tolerância é uma via de mão dupla, que todos temos o mesmo direito de expor ideias e que, para saber qual opinião é verdadeira, devemos analisar as evidências, não competir no grito. Por fim, agradece a participação, diz estar aberto aos argumentos contrários e exalta mais uma vez as áreas de cultura e da educação. Julga que é em fóruns como esse que temos que pensar as bases do que queremos como nossa

³² Em *Sobre a antimestiçagem*, José Antônio Kelly escreve a respeito das experiências Yanomami no Alto Orinoco e sua forma não-sintética de lidar com a miscigenação, comparando-a com o imperativo da síntese na formação do Estado-nação Venezuelano. Ele argumenta que há semelhança com o processo brasileiro e vejo isso claramente no caso do Nação Mestiça. A partir de Carrera Damas, Luciani fala da constituição da “cultura *criolla*”, como cultura nacional, por um “duplo forcejo de contrários: aceitando e rejeitando a cultura espanhola metropolitana, e incorporando e rejeitando a cultura indígena, por outro [...]” (p. 17). Ele explica que no pós-colonização a elite política *criolla* – descendentes influentes de espanhóis - indicou uma continuidade entre as condições para governar uma colônia e os requisitos para administrar um Estado recém-criado e, assim, definir um “projeto nacional”. O autor explica que essa necessidade de “fazer sociedade” dependia do estabelecimento de regras e convenções, assim como da uniformização dos componentes da nação. Para Luciani (2016, p. 10) a mestiçagem é “uma teoria etnográfica dos *criollos* e para *criollos*, fornece uma ‘solução’ para o quebra-cabeça montado pela posição ‘dominante-cativa’” no objetivo de “fazer sociedade” por meio da “função integradora desempenhada pela cultura *criolla*” (p. 20).

cultura. Helda agradece ao professor e informa que o XII Seminário Sobre a Identidade Mestiça é um curso de capacitação de professores baseado na Lei de Nº 3044, que institui o Dia do Mestiço no Estado do Amazonas.

3.3 “ESQUERDISMO IDENTITÁRIO”

Edward Luz é Mestre em Antropologia Social pela UnB e atuou na FUNAI entre 2003 e 2008 como Coordenador de oito Grupos de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas no Amazonas. Além disso, é conhecido entre os antropólogos e indigenistas brasileiros como o “antropólogo dos ruralistas”, e foi justamente a sua relação com o ruralismo que levou à expulsão de Luz, em 2003, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Em 2015, chegou, inclusive, a depor contra a ABA na CPI da FUNAI, ocasião em que declarou que os laudos antropológicos são feitos por encomenda de ONGs internacionais e que ribeirinhos se identificam como indígenas perante o governo para concretizar seus interesses particulares³³. A respeito dessa CPI, o MPMB até mesmo elaborou e publicou em seu site uma “Nota de repúdio às declarações da Associação Americana de Antropologia (AAA)”, assinada também pela ACRA, pelo Forafro (Fórum Afro da Amazônia), a Organização Brasileira de Afrodescendentes (OBÁ) e o Fórum Mestiço de Políticas Públicas (FMPP)”. Nela, o Movimento manifesta seu repúdio diante do apoio da AAA à ABA, que se posicionaram contra a perseguição de pesquisadores-antropólogos na investigação da FUNAI e do INCRA:

A citada carta, dirigida ao Supremo Tribunal Federal, à Câmara dos Deputados e à CPI, **é uma prova de que a Antropologia ainda continua sendo um instrumento de pregação Colonialista e de engenharia étnica e racial, sustentado pelo patrocínio e interesses de magnatas e governos neoliberais e globalistas**: no tempo atual, notadamente proveniente dos governos da Alemanha, Noruega e de outros países da União Europeia, e de ONGs dos EUA. Este patrocínio transformou, quase na totalidade, academias de Antropologia no Brasil em centros de “falsa ciência” para ensinar e propagar ideologias de ódio à mestiçagem e à identidade nacional brasileira, como o Comunismo, o Verwoerdismo, o Multiculturalismo e o Indigenismo.

³³ CPI da Funai: Antropólogo denuncia fraudes na demarcação de terras indígenas. Empresa Brasil de Comunicação, 2015. Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/jornal-da-amazonia-1a-edicao/edicao/2015-12/cpi-funai-antropologo-denuncia-fraudes-na-demarcacao-de>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

Destacamos que o Indigenismo não é uma criação dos povos índios originais, que em regra mestiçaram-se voluntariamente, mas sim de grupos interessados em manter poder político sobre aqueles.

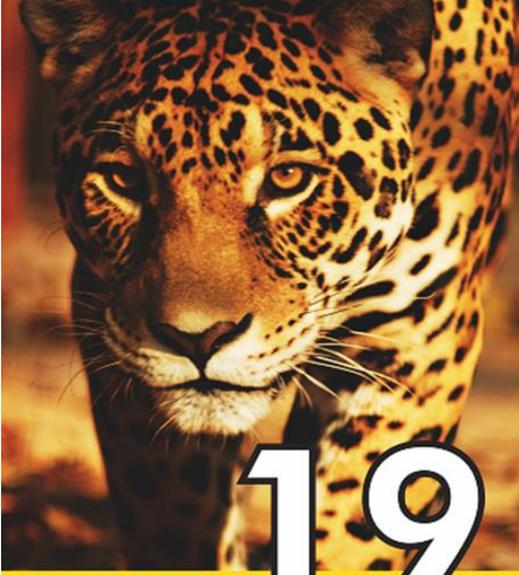
Reafirmamos, neste sentido, nosso apoio ao Relatório da CPI, à sua aprovação e às investigações nele indicadas. (Grifos nossos).

Ainda, em fevereiro de 2020, Edward Luz foi detido por fiscais do Ibama quando invadia a terra indígena Ituna-Itatá, localizada em Altamira (PA), na área de influência da usina de Belo Monte³⁴. Leonardo Fuhrmann escreve n'Observatório dos Ruralistas que é, na verdade, Luz (o filho), quem possui uma empresa de consultoria que fabrica laudos para contestar demarcações de terras em favor de grandes proprietários. Já Luz (o pai) é o missionário evangélico no comando da Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB). Sobre o MNTB, Fuhrmann apura que a missão foi expulsa pela FUNAI das terras indígenas em 1991, acusados de escravidão, exploração sexual e tráfico de crianças indígenas. Edward Gomes Luz e seu filho são conhecidos por estarem no meio de uma série de contendas envolvendo violações aos direitos dos povos indígenas. Mesmo assim – ou talvez por esse motivo – o “antropólogo dos ruralistas” é um parceiro antigo do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro. Há registro do compartilhamento dos textos de Edward – publicados originalmente no seu blog “Revelando Segredos da Tribo” – no site do Nação Mestiça. Ele também participou anteriormente do V Seminário Sobre a Identidade Mestiça, em 2012, assim como da décima edição do evento junto de Abiel da Silva Santos, a quem diz conhecer há mais de dez anos.

Figura 24 - X Seminário Sobre a Identidade Mestiça

³⁴ FUHRMANN, Leonardo. Mortes, escravidão e abuso sexual: o legado das missões comandadas pelo pai de antropólogo preso pelo Ibama. Observatório do Agronegócio no Brasil, 18 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/02/17/mortes-escravidao-e-pedofilia-o-legado-das-missoes-comandadas-pelo-pai-de-antropologo-presopelo-ibama/>. Acesso em: 30 de maio de 2023.

**X SEMINÁRIO SOBRE A
IDENTIDADE MESTIÇA**



19

DE JUNHO

das 8 às 12 horas
no auditório João Bosco Ramos de Lima
da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Certificado de 4h de atividade
acadêmica complementar

O mestiço e sua terra

ABIEL DA SILVA SANTOS
Pedagogo,
Presidente da
Associação das
Pequenas Agricultoras de
Ilhéus, Una e Buerarema

CAMILA NALEVAIKO
Jornalista,
Diretora de Jornalismo
do Portal Agência da Notícia

EDWARD LUZ
Mestre em Antropologia
pelo Universidade de Brasília,
antropólogo consultor,
autor do blog "Revelando #Segredos da Tribo"

LEÃO ALVES
Médico,
ex-presidente da Nação Mestiça

INFORMAÇÕES
Fone (92)99215-7655
nacaomestica@nacaomestica.org
www.nacaomestica.org

REALIZAÇÃO
NAÇÃO MESTIÇA

ACRA
ASSOCIAÇÃO DE CULTURAS
E IDENTIDADES DA AMAZÔNIA

FNM
FÓRUM NACIONAL
DO MESTIÇO

APOIO

GOVERNO DO ESTADO DO
AMAZONAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

PREFEITURA MUNICIPAL
DE AUTAZES

PREFEITURA MUNICIPAL
DE IRANDUBA

PREFEITURA MUNICIPAL
DE CABEIRO DA VAZEA

MANAUS

SEDUC

CULTURA
Secretaria do Estado

SEMED

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO
ESCRIVÃO JEREM SERRINHA

Fonte: Site do Nação Mestiça

Como alguém experiente, Edward já inicia sua palestra chamando atenção para a excepcionalidade do XII Seminário em relação aos que vieram antes: neste, havia divergências inéditas, o que para ele refletia a polarização da sociedade brasileira naquele ano eleitoral. Assim como Lycurgo, reconhece a existência de pensamentos divergentes no auditório, mas argumenta que é necessário ouvir o Outro. Então, para gerenciar os conflitos entre plateia e organizadores do evento, Luz resolve avançar para a segunda parte da sua apresentação, segundo ele mais “complexa”, e passa a falar sobre “perguntas identitárias” vindas das pessoas comuns ou do IBGE. A partir disso, questiona o porquê de hoje nos perguntarem frequentemente sobre nossa identidade étnica se vivemos em uma república em que somos iguais perante a Lei. Conta, inclusive, que antes de subir ao palco conversou com uma moça na plateia que se identificava, com convicção, enquanto negra. Luz,

porém, afirma que está lá também para contestá-la nesse ponto porque “nossa identidade étnica é mais complexa do que isso”.

Edward relata que, hoje, os pais e mães que aderiram a “certos movimentos” buscam ensinar aos filhos que eles são quilombolas, indígenas, negros etc. e que isto está diretamente relacionado a um perigo chamado “identidade” ou “políticas identitárias”. O palestrante defende que as “armadilhas etnicizantes” representam o perigo do Brasil ser transformado em uma nação dividida. Para Edward, o orgulho étnico, inclusive, não faz parte da identidade nacional brasileira, dado o passado pré-colombiano miscigenado de Portugal, assim como as misturas culturais e genéticas entre africanos e indígenas. O ponto ao qual quer chegar é que a colonização – contexto da miscigenação que dá origem ao Brasil – desencadeou injustiças históricas, mas que também é importante – talvez *mais* importante – ressaltar os “aspectos interessantes e positivos desse processo de encontro das etnias, encontro das raças”. Para que isso aconteça, é preciso desfazer algumas narrativas que antagonizam colonizados e colonizadores.

Figura 25 - Para Entender o “Negrismo”: Marielle Franco

PARA ENTENDER O NEGRISMO

○ **NEGRISMO** BUSCA A SUPREMACIA DA PRETA AFRICANA SOBRE OS NATIVOS MESTIÇOS DO BRASIL. NÃO PODENDO EVITAR MISCIGENAÇÃO, ATACA A MESTIÇAGEM PARA FAZER DESAPARECER O POVO MESTIÇO BRASILEIRO PELA IMPOSIÇÃO DO ENEGRECIMENTO POLÍTICO.

“MESTIÇAGEM E DEMOCRACIA RACIAL SÃO CONCEPÇÕES ANCORADAS NA PRÁTICA DA VIOLÊNCIA CONTRA AS PESSOAS NEGRAS, PRINCIPALMENTE AS MULHERES.”

“O CONCEITO ILUSÓRIO DE ‘POVO BRASILEIRO’ AINDA NÃO DESAPARECEU. MAS, NO QUE DEPENDER DO POVO PRETO DESSE BRASIL, IRÁ.”*

Marielle Franco
Vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)

O RACISMO MUDA SEU DISCURSO, MAS NÃO SEU OBJETIVO: ELIMINAR O MESTIÇO

WWW.NACAOMESTICA.ORG - MESTIÇO BRASILEIRO É BRASILEIRO NATIVO

*Marielle Franco, *Surfista & ativista*, *Brasil*, O Globo, República, <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2017/07/17/2017/>

Fonte: Site do Nação Mestiça

Por exemplo, segundo Edward, chamar o processo colonizatório brasileiro de “um grande abuso sexual” dos brancos contra as indígenas significaria ignorar e exagerar os fatos. Ele admite a possibilidade de ter havido violência sexual, mas também alega que há evidências históricas de “encontros muito bem sucedidos”,

como o que envolveu Caramuru e Paraguaçu, português e indígena, em uma história de amor. Ele desenvolve:

Dizer que houve ali um abuso ou talvez uma relação forçada é desconhecer também o processo da estratégia que os próprios indígenas usavam do *cunhadismo*. Uma estratégia de trazer, de pacificar o branco. Tem uma obra muito interessante da antropóloga Alcida Rita Ramos, “A Pacificação do Branco”³⁵. A gente costuma muito mais falar do processo de colonização ou de pacificação que o branco impunha sobre o negro [e] sobre o indígena. **Mas o indígena também usou técnicas para pacificar o branco.** (Grifos nossos).

Luz atribuiu a esse “encontro” de pessoas e ideias, realizado na maioria das vezes pelo “neocolonizador português pacífico”, a criação dos primeiros aldeamentos, das primeiras cidades brasileiras e de uma língua mais diversa. Para positivar a ação portuguesa no Brasil colonial, até mesmo afirma que “quem mais matou índio, quem mais lutou contra as tribos indígenas no Brasil, não foram os portugueses”, mas os mestiços e grupos indígenas. Como referência utiliza o questionável livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, assinado por Leandro Narloch. Seu raciocínio é que, se nem todo contato foi nos termos da coerção explícita de iniciativa europeia, então é moralmente válido celebrar os frutos da colonização. Ao deslocar a violência do domínio dos brancos para as mãos dos indígenas e africanos, ele também valida a violência europeia, compreendendo-as como simétricas. Sobretudo, quando se fala nos bandeirantes mestiços como os maiores exterminadores de indígenas no período de formação do Brasil, a transformação do conflito externo em desavença interna reforça a ideia de que parte do povo que vivia aqui – ou os que de fato tinham direito natural à herança da terra brasileira – consentiram com a colonização. Ainda que hoje os métodos violentos sejam moralmente condenáveis, a tradição e o contexto da época imprimem a sentença da ignorância e da justiça naquelas ações.

Luz diz que, naquele período histórico, grupos indígenas já brigavam entre si, mas a plateia o interrompe. Os sons se confundem e não consigo entender bem os ruídos. Ele continua: “É claro, é claro, o português. Mas pense bem. O português, de uma forma sagaz, de uma forma inteligente, deu armas...”. E é interrompido novamente por uma voz masculina na plateia, que parece elaborar uma crítica e

³⁵ Edward Luz se refere ao livro “Pacificando o Branco: Cosmologias do contato no Norte-Amazônico”, organizado pelos antropólogos Alcida Rita Ramos e Bruce Albert.

clama sobre o processo de expansão do capitalismo, sobre os palestrantes serem anti-comunistas e que, apesar disso, não compreendem bem o capitalismo. O homem anônimo atribui a existência de um “caboclo pós-industrial” a essa expansão, ao que Edward responde: “Ainda bem que o Brasil existe por causa da expansão desse capitalismo”. Quando o desconhecido retoma a fala, Helda o interpela sobre ele fazer parte da SEDUC ou da SEMED. Não houve resposta, não ouvimos. Preocupada com a ordem, a presidente do MPMB pede ao professor, nas entrelinhas, que cesse as interrupções e permita a continuação do curso de capacitação, uma vez que, ao final, um tempo seria reservado para os devidos questionamentos. Durante o apelo de Helda o homem continua a falar alto na plateia, junto de outras vozes. A mediadora solicita a Edward que continue e o palestrante retoma a fala com uma observação, dizendo que não está defendendo o Comunismo nem o Capitalismo. Alguém rebate: “Só o lobby ruralista!”. Nesse instante é possível ouvir algumas gargalhadas na plateia e Luz responde:

Não, não tem nada a ver. Não nesse caso! Não [é] esse momento de defender a produção brasil... a produção agrícola brasileira. **Eu estou defendendo uma identidade. Uma identidade que é fruto da expansão capitalista**, mas não é fruto...presta atenção...**não é fruto de uma ação integralmente violenta**. O que eu quero dizer [é que] o português usou muito mais o *soft power* do que qualquer outra nação europeia no processo de colonização regional. **O português usou muito mais o *soft power*; os indígenas usaram o *cunhadismo***, e é por isso que hoje nós temos uma população mestiça. (Grifos nossos).

Mais uma vez a espontaneidade do contrato social aparece como um dos pilares da identidade mestiça e surge para contrapor-se à narrativa violenta das “injustiças históricas” ao justificá-las e naturalizá-las. O mestiço brasileiro, a solução da questão racial, não existe sem a colonização, o cristianismo ou o capitalismo. As interrupções e vozes altas persistem enquanto Edward tenta voltar ao assunto inicial e Helda se esforça para controlar os ruídos dos expectadores agitados, que ficam em silêncio depois de algum tempo. O clima no auditório segue conflituoso.

A naturalização vem do consentimento – como no *cunhadismo*, representado na história que Edward nos conta sobre a princesa indígena que se apaixona por um homem branco –, um acordo não dito, mas impresso no sangue e na cultura brasileiros. Uma tradição que naturalmente evoluiu e pôde sobreviver ao teste do tempo. Ainda que exista um legado duro e difícil da violência nessa história, diz Edward, isso precisa ser contextualizado:

Contextualizado o que era o mundo em 1600, como **eram difíceis as relações em 1600**. O que nós estamos colocando aqui é que, **sim, houve violência**. Sim, nós queremos trata-las. **Mas a melhor estratégia de tratá-las não é dividindo o povo brasileiro** entre quilombolas e não-quilombolas, indígenas e não [indígenas]. Vocês lembram a identidade que o professor que saiu queria que nós [assumíssemos]? Não-indígenas. É essa a nossa identidade? Será que é essa a identidade que a gente vai manter? De não-indígena? **Eu não sou um não-indígena! Eu sou um mestiço, sim, senhor!** Porque sou miscigenado, porque tenho uma herança miscigenada, e apesar de ter talvez mais genes talvez caucasianos, minha avó era descendente de uma tribo do Piauí. Uma tal da Piripiri, um grupo do Piauí. (Grifos nossos).

Ao falar no sucesso da internalização da mestiçagem cultural entre indígenas e não-indígenas, nosso palestrante, é claro, não poderia deixar de mencionar dois dos maiores pensadores da fundação do Brasil e de seu povo. Luz sugere à plateia a série-documentário *O Povo Brasileiro*, dirigido por Isa Grinspum Ferraz e inspirado na obra de Darcy Ribeiro, assim como apresenta slides com obras de Gilberto Freyre, como *Casa Grande e Senzala* e *Ordem e Progresso*. Sai, inclusive, em defesa de Freyre. Argumenta que o que Freyre quis dizer a respeito da democracia racial é que existia um arranjo democrático no qual havia uma divisão de funções e que, ainda que elas pudessem ser injustas, esse arranjo posicionava o Brasil no lugar de mais avançada nação no caminho da democracia racial. Então, cita uma frase que remete a um trecho do livro *O Povo Brasileiro*:

Nós, brasileiros, somos um povo em ser. Um povo se construindo. **Um povo em ser, mas impedido de sê-lo.** Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela, fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si. Assim foi até se definir com uma nova identidade étnico-nacional: a de brasileiros. (Grifos nossos).

A miscigenação e a mestiçagem se unem em um só embrião gestado ao longo tempo para que viesse à luz, finalmente, a identidade nacional: o mestiço brasileiro. Assim é celebrado o nascimento da independência brasileira e da eterna promessa democrática.

Mas para Edward, quando a esquerda radical viu que o Brasil estava unido pela mistura, ela precisou de uma estratégia enganosa para desfazer essa unidade. Sua estratégia, ele denuncia, foi a doutrinação que separa mestiços da sua identidade mestiça e que pode até mesmo criar uma nova identidade imposta (não espontânea) e oportunista (pode ser comprada e vendida), como no exemplo que Abiel narrou. Bem como Abiel, Luz acredita que muitos se dizem quilombolas ou

indígenas por conta das oportunidades e benefícios que são oferecidos em troca da atribuição reconhecida pelo Estado. Aí reside o perigo da estratégia que ele chama de “Esquerdismo Identitário” e que Luz descreve de modo similar a um vírus implantado por um agente inimigo a fim de tentar vencer a luta pelo poder, não importando as consequências para as vidas inocentes afetadas.

Figura 26 - Para Entender o "Negrismo": Florestan Fernandes

PARA ENTENDER O NEGRISMO

NÃO PODENDO EVITAR MISCIGENAÇÃO, O RACISMO PETISTA REALIZA A ELIMINAÇÃO DO POVO MESTIÇO BRASILEIRO PELA IMPOSIÇÃO DO ENEGRECIMENTO POLÍTICO A FIM DE UNIFICAR E USAR PARDOS E PRETOS COMO “FERMENTOS REVOLUCIONÁRIOS” DO COMUNISMO

“VOCÊ NÃO PODE ELIMINAR A RAÇA COMO VOCÊ NÃO PODE ELIMINAR A CLASSE. ELAS ESTÃO AÍ. E PARA QUE AS DUAS POSSAM INTERAGIR, A RAÇA TEM DE SER ABSORVIDA PELO CONFLITO DE CLASSE. PORQUE, SE O NEGRO E O MULATO QUISEREM DEFENDER A SUA POSIÇÃO EM TERMOS ESTRITAMENTE RACIAIS, ELAS SE SEGREGAM E NÃO TERÃO A MESMA IMPORTÂNCIA QUE ELAS TERIAM. POIS, VEJA BEM, O NEGRO E O MULATO SÃO FERMENTOS REVOLUCIONÁRIOS TREMENDOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA, NA MEDIDA EM QUE ELAS NÃO SE SEGREGUEM, E LEVEM O PROTESTO RACIAL PARA DENTRO DA LUTA DE CLASSES.”*

Florestan Fernandes
Sociólogo (USP) e deputado federal constituinte pelo Partido dos Trabalhadores (PT)

O RACISMO MUDA SEU DISCURSO, MAS NÃO SEU OBJETIVO: ELIMINAR O MESTIÇO

WWW.NACAOMESTICA.ORG - MESTIÇO BRASILEIRO É NATIVO BRASILEIRO

*Florestan Fernandes - Significado do termo mestiço - São Paulo - Correio: Autoria Anonima, 1997, p.35

Fonte: Site do Nação Mestiça

Ele esclarece que não está denunciando o Capitalismo ou simplesmente o Comunismo ou o Esquerdismo. Seu foco é exatamente o Esquerdismo Identitário – utilizado pelo que chama de “negrismo”, indigenismo etc. –, seu segregacionismo oportunista e sua versão inautêntica da história. Segundo Edward, a maioria mestiça e a “forte unidade religiosa” cristã – produtos da tradição brasileira – foram identificados pelos inimigos como empecilhos para o aprofundamento da fragmentação que, enfim, poderia assegurar o domínio das esquerdas e que, por esse motivo, há uma tentativa de apagamento do mestiço, da sua imagem e memória. O que estão fazendo, diz Edward com convicção, “é etnicizar a luta de classes no Brasil”.

Figura 27 - Para Entender o "Negrismo": Kabengele Munanga

PARA ENTENDER O NEGRISMO



O **NEGRISMO** BUSCA A SUPREMACIA PRETA AFRICANA SOBRE OS NATIVOS MESTIÇOS DO BRASIL. NÃO PODENDO EVITAR MISCIGENAÇÃO, ATACA A MESTIÇAGEM PARA FAZER DESAPARECER O POVO MESTIÇO BRASILEIRO PELA IMPOSIÇÃO DO ENEGRECIMENTO POLÍTICO.

“ESTA IDENTIDADE POLÍTICA [A NEGRA] É UMA IDENTIDADE UNIFICADORA EM BUSCA DE PROPOSTAS TRANSFORMADORAS DA REALIDADE DO NEGRO NO BRASIL. ELA SE OPÕE A UMA OUTRA IDENTIDADE UNIFICADORA PROPOSTA PELA IDEOLOGIA DOMINANTE, OU SEJA, A IDENTIDADE MESTIÇA, QUE ALÉM DE BUSCAR A UNIDADE NACIONAL VISA TAMBÉM A LEGITIMAÇÃO DA CHAMADA DEMOCRACIA RACIAL BRASILEIRA E A CONSERVAÇÃO DO STATUS QUO.”*

Kabengele Munanga
Antropólogo com cidadania brasileira nascido no Congo.
 Professor da Universidade de São Paulo (USP)

**O NEGRISMO PÕE A RAÇA PRETA AFRICANA
 CONTRA O NATIVO MESTIÇO BRASILEIRO**

WWW.NACAOMESTICA.ORG - MESTIÇO BRASILEIRO É NATIVO BRASILEIRO

*De <https://www.ufmg.br/ufmg/boasnoticias/1p=59>
(em 18/08/2020).

Fonte: Site do Nação Mestiça

A guerra, que antes se concentrava no campo econômico, prolifera no campo da cultura. Diante do prejuízo ao desenvolvimento do país – inclusive à democracia – por causa da “proliferação de comunidades étnicas”, a defesa de Edward é que o assunto se torne, então, de interesse público. Luz e o MPMB consideram que o orgulho étnico é incompatível e destrutivo para o Brasil, o “maior fenômeno de encontro de raças do mundo”, e que existe motivo suficiente para que o governo intervenha, reconhecendo o estado de exceção causado pelo Esquerdismo Identitário para, enfim, suprimi-lo.

Contra essa estratégia do adversário, então, Luz e o MPMB defendem a valorização da etnia mestiça conservadora. Atribuição étnica contra atribuição étnica. Para isso, deveríamos “resgatar as nossas manifestações culturais, que celebram e celebravam nossa identidade mestiça, a nossa musicalidade, a nossa religiosidade [e] a nossa festividade”. Tudo, é claro, nos conformes da hegemonia cristã. Edward Luz, enfim, se despede com um conselho:

E da próxima vez que te perguntarem qual a sua identidade social ou identidade étnica e se você é branco, responda: “Eu sou mestiço! Porque eu sou mestiço! **Posso até parecer branco, posso até por vezes falar como se estivesse falando como branco, mas eu sou mestiço e é assim que nós devemos ser.** É assim que nós temos fundamentos para ser. Mestiços com orgulho da nossa mestiçagem. (Grifos nossos).

Desse modo, os raros recursos pelos quais se deve competir podem ser assegurados para os mestiços, afinal, a maioria.

Figura 28 - Família Tradicional Mestiça



Fonte: Site do Nação Mestiça

3.4 NEOLIBERALISMO E CULTURAS DE LIBERDADE

No cenário de guerra neoliberal, o “neoliberalismo progressista” se torna uma forma de apoiar e, ao mesmo tempo, de questionar injustiças sociais partindo da liberdade individual. Para tentar superá-las, oferece aos sujeitos competidores algumas brechas a serem exploradas pela via da probabilidade, do milagre, do mérito ou do reconhecimento. O aspecto do reconhecimento é a principal seara à qual se dedica o MPMB, que disputa espaço tanto com a esquerda quanto com a direita – o neoliberalismo progressista alcança um número diverso de posições no espectro político. O Nação Mestiça, cujo alinhamento é principalmente ao conservadorismo cristão, ao mesmo tempo critica duramente o Neoliberalismo e se alia a ele numa relação de exploração mútua. Nela, o cinismo tem um papel importante, como escreve Wendy Brown (2018, p. 117) sobre o neoliberalismo realmente existente:

[...] o transacionalismo e a politização explícitos dos valores religiosos propriamente ditos são expressões marcantes de um niilismo [...]. A tolerância aberta de valores alheios em troca da promoção da própria agenda moral intolerante só é possível quando os valores morais perderam, paradoxalmente, seu peso moral, quando **“os próprios valores foram desvalorizados”**, como colocou Nietzsche. [...]. O nacionalismo cristão contemporâneo tem esse contratualismo em seu cerne: “sua visão é de que Deus pode usar qualquer pessoa desde que ela esteja promovendo ideais ou valores nacionalistas cristãos”, argumenta um sociólogo da religião; “é

tudo uma questão de busca de poder e de o que serve ao propósito naquele momento político”. (Grifos nossos).

Ou seja, o nacionalismo cristão do MPMB pode se associar ao neoliberalismo mesmo que existam conflitos profundos de valores entre eles. Isso só acontece porque “os próprios valores foram desvalorizados”. Essa é uma resposta possível à pergunta do porquê a política econômica neoliberal de Bolsonaro foi praticamente ignorada pelo Movimento Pardo-Mestiço – em entrevista, Leão Alves declarou aprovação ao então governo federal. Brown demonstra que esse niilismo está relacionado à incorporação de todas as coisas pelo Mercado, inclusive da moralidade cristã, que agora depende de contratos cínicos e dos direitos individuais expandidos para garantir a sua hegemonia. No neoliberalismo realmente existente, a tradição de raízes orgânicas e de efeitos espontâneos defendida por Hayek – no caso brasileiro, há algo similar no mito das três raças – é tragicamente dissociada da moralidade cristã. Isto é, a tradição (para Hayek, o local da liberdade) se torna incompatível com uma moralidade cristã coercitiva emaranhada em niilismo e negociações. Isso acontece quando a “esfera pessoal protegida” – responsável pela “proteção contra a interferência em nossas ações’ por parte de uma variedade de fontes” (Ibid., p. 129), isto é, responsável pela liberdade individual – se expande por meio da politização da moral. Já não mais podendo representar o exercício livre da tradição, a moralidade cristã exerce sua coerção sobre outras moralidades e constitui um monopólio no mercado moral, no qual os valores são transformados em capital, passíveis de serem investidos, economizados, mercantilizados. Desse modo, os valores, como a liberdade, são valorizados mediante sua cotação no mercado. O Nação Mestiça denuncia e reproduz esse comportamento.

A expansão da liberdade individual acontece ao mesmo tempo em que o mercado e os sujeitos se confundem em empreendedores de si mesmos ou até empresas que passam a ter direitos civis, como a liberdade de expressão. A liberdade de mercado é igualada à liberdade de cada sujeito, e a nação é familiarizada e privatizada, o que contribui para a instalação de uma liberdade antissocial, frequentemente instrumentalizada para o tensionamento da democracia e para o “fortalecimento social e político da cristandade” (BROWN, 2018, p. 136).

É isto que identifico no *modus operandi* do MPMB quando reivindicam direitos e liberdades “da maioria” soberana brasileira a fim perseguir e revogar direitos de minorias políticas. É aí que o neoliberalismo ideal de Hayek se concretiza, na

prática, em populismo, isto é, na forma “enfurecida” do neoliberalismo (BROWN *apud* WOLIN, 2018, p.26). No MPMB, isso está especialmente claro na sua denúncia ao “imigrantismo”, definido como a política racista que incentiva a imigração para desfazer a mestiçagem e a miscigenação. Sua compreensão do Brasil a partir do casamento cristão e da família mestiça são a base disso.

Figura 29 - Para Entender o "Imigrantismo"

PARA ENTENDER O IMIGRANTISMO


O IMIGRANTISMO NÃO É IMIGRAÇÃO INDIVIDUAL, ESPONTÂNEA E INTEGRADA, COMO DE UMA PESSOA QUE MIGRA PORQUE CASOU COM ESTRANGEIRO.


O IMIGRANTISMO É IMIGRAÇÃO EM MASSA VISANDO A UM PROJETO RACIAL, ÉTNICO, CULTURAL E ECONÔMICO CONTRA A IDENTIDADE NACIONAL.

O RACISMO MUDA SEU DISCURSO, MAS NÃO SEU OBJETIVO: ELIMINAR O MESTIÇO

WWW.NACAOMESTICA.ORG - MESTIÇO BRASILEIRO É NATIVO BRASILEIRO

Fonte: Site do Nação Mestiça

Até agora falamos das semelhanças e desavenças entre o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro e os neoliberalismos, de como o MPMB preserva suas particularidades e também faz reverberar uma política neoliberal de extrema direita que existe hoje ao redor do mundo. A partir daqui, cabe considerar mais a fundo as raízes coloniais às quais essa discussão remete. Não é coincidência, afinal, que o MPMB se veja sob a ameaça do neoliberalismo e isso o faça retornar à identidade nacional para elaborar o seu contra-ataque. A preocupação constante do Movimento com a independência do país, com a sua soberania e com a sua unidade são, é claro, preocupações esperadas em um Estado-nação, especialmente durante uma crise associada à globalização. No entanto, seu retorno frequente à colonização como ponto de origem, ao mesmo tempo em que acusa o domínio externo como a sua maior ameaça, indicam a permanência da luta pelo reconhecimento do Brasil enquanto país soberano. A exploração europeia colonial é atualizada na

interferência – externa ou interna – do globalismo e do neoliberalismo, o que é traduzido na linguagem da guerra.

Mbembe descreve a relação entre a guerra e soberania da colônia ao dizer que, no pensamento filosófico moderno, assim como na prática e no imaginário político europeu, “a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a ‘paz’ assume a face de uma ‘guerra sem fim’” (2016, p. 132). Nesse sentido, a busca pela civilização no Estado permite que “os controles e as garantias de ordem judicial” sejam suspensos, instalando, assim, a zona de violência do estado de exceção (Ibid., p. 133). O Brasil, na sua condição de ex-colônia, ainda carrega consigo o fardo de perseguir a “civilização” e a soberania que nunca realmente alcançou. Afinal, sua história é repleta de interferências externas que pretendem salvar o país de forças divisionistas – não faz cem anos que tivemos um golpe militar anticomunista, pela democracia e com participação dos EUA.

Figura 30 - Todo Racista é Traidor da Pátria



Fonte: Site do Nação Mestiça

“Em Guerreiros contra guerrilheiros no Araguaia”, o Nação Mestiça se refere à ditadura como a “revolução de 1964” e a justifica frente à ameaça comunista:

Em 2003, o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) conseguiu chegar ao poder participando da coligação que levou pelo voto o Partido dos Trabalhadores (PT) à presidência da República, passando a implantar imediatamente uma política racista contra o povo mestiço.

O PCdoB já tentara antes, pela força, governar o país: na Intentona Comunista, em 1935, e na Guerrilha do Araguaia, de 1967 a 1974. Nesta última, **os comunistas foram barrados pela ação de jovens militares** no coração da selva amazônica.

Os livros *Bacaba – Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia* e *Bacaba II – Toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e Revolução de 1964*, do tenente José Vargas Jiménez, revelam detalhes até então inéditos do conflito, **um dos marcos da resistência brasileira à tirania vermelha**. (Grifos nossos).

A ideia do estado de exceção é frequentemente acionada quando o Brasil enfrenta o perigo da fragmentação da sua unidade e isso segue acontecendo, inclusive nos protestos bolsonaristas por uma intervenção militar em pleno século XXI. Edward Luz, do seu modo, também defende a intervenção do Estado contra a “proliferação de comunidades étnicas”. Ele considera que o “Esquerdismo Identitário” representa um risco existencial a ponto de instalar um estado de exceção e retomar a “guerra sem fim” contra as forças fragmentadoras do Brasil – acima de tudo, a questão racial. Isso quer dizer que cabe ao Estado enfrentar as forças inimigas que atravancam a sua soberania, o desenvolvimento da civilização conservadora e capitalista.

Figura 31 - Dia dos Bandeirantes



Fonte: Site do Nação Mestiça

Na formação do Estado-nação brasileiro, assim como no neoliberalismo, a nação é familiarizada e privatizada a partir da tradição conservadora e da passionalidade/violência, que coabitam uma paisagem de guerra constante na qual a vitória está atrelada ao sucesso da iniciativa privada. Sérgio Buarque de Holanda (1995) e Gilberto Freyre (1933, 1936), já falavam algo similar sobre as raízes patriarcais do Brasil, da família como núcleo organizativo e do privilégio dado aos interesses privados/familiares. Aqui, a figura do “bandeirante” aventureiro já antecipava o “empreendedor de si mesmo”, assim como a relação brasileira com a família em substituição ao Estado espelha o desmonte da sociedade no neoliberalismo. Os direitos trabalhistas inexistiam então de modo organizado juridicamente, os trabalhadores escravizados eram coagidos a dedicar suas vidas inteiras ao lucro e desejos dos patrões e quando houve a abolição, no fim do Império, os recém-libertos e suas famílias foram deixados à própria sorte. Em ambos momentos históricos, o cristianismo e o capitalismo foram fortalecidos a partir de uma liberdade antissocial. Até hoje, a maior parte dos trabalhadores brasileiros exerce seu ofício na informalidade.

Figura 32 - Racismo Petista na Constituinte de 88



Fonte: Site do Nação Mestiça

Isto é, o estado de bem-estar social nunca realmente chegou aqui, e o que tivemos de mais próximo disso, depois da promulgação da Constituição de 1988, com os governos de Fernando Henrique Cardoso e depois com os mandatos

petistas – ambos pioneiros brasileiros nas discussões sobre políticas afirmativas e na extensão dos programas de distribuição de renda – veio acompanhado do neoliberalismo. Nesse sentido, em certa medida, o estado competitivo de guerra do neoliberalismo não representa uma virada radical na história e na subjetividade do trabalhador brasileiro. Por outro lado, o neoliberalismo progressista traz à tona a discussão sobre racismo, além de pautar a justiça social, o que vai na contramão do contrato social conservador, que prioriza a família patriarcal e a iniciativa privada.

Nessa paisagem, a performance da cultura para a política ganha o holofote, assim como apoiadores e desafetos. Aqui, além de Fraser e Brown, Anna Tsing também pode nos ajudar a compreender como a cultura e a liberdade se tornam as principais estratégias no neoliberalismo. Tsing (2020) trata do que chama de “neoliberalismo popular” a partir de uma pergunta: Por que as pessoas pobres endossam o empreendedorismo como liberdade? Para respondê-la, a antropóloga se inspira em David Harvey (2005), para quem, como ela escreve, “o neoliberalismo precisa ser entendido em relação à acumulação por despossessão”. O neoliberalismo popular seria “uma resposta à acumulação por despossessão”, na qual, “por meio das suas estratégias empreendedoras, os despossuídos tentam sobreviver apesar das suas perdas” (TSING, [2013] 2020, p. 159-160). Isto é, a guerra e o neoliberalismo criam um ambiente de violência e insegurança, impossibilitando que uma parcela considerável de pessoas tenha garantidos seus direitos básicos. Diante disso, esses sujeitos precisam tomar parte na competição e recorrer à iniciativa privada para conseguir o acesso aos recursos escassos aos quais a sobrevivência está condicionada – um dos mais importantes entre esses recursos é a terra. Ora, meio a isso, surgem as economias culturais ou “culturas de liberdade”, articulações globais em forma de cadeias de *commodities* que se alimentam de mão de obra sem vínculo empregatício e disposta a empreender um trabalho precário voltado para um nicho econômico-cultural, já que esses trabalhadores precisam sobreviver nas ruínas da guerra e da crise. Nessa economia política, portanto, “a cultura é a estratégia econômica emergente dos nossos tempos” (p. 159). Ainda que a ideia da separação entre cultura e economia seja idealizada e ainda permaneça forte no pensamento moderno, diz a autora, na prática e na teoria o capitalismo e a sua atualização, o neoliberalismo, dependem da exploração econômica por meio da cultura. Hoje, mais do que nunca, é o nicho e não a massa homogênea que movimenta o mercado.

Adaptando o argumento da autora ao contexto do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, podemos enxergar o MPMB em uma extensa teia que conecta globalização, os ideais de liberdade individual e antissocial, o sentimento de ameaça existencial, a escassez e o ressentimento. Nesse terreno fértil, a cultura é cultivada como estratégia econômica e política da direita radical, assim como de parte da esquerda. Temos uma economia política da cultura que deve sua eficácia popular, entre outras coisas, aos usos da noção de liberdade a partir do neoliberalismo. Foucault (2008, p. 303-305) já mostrava, sobre a crítica neoliberal da economia clássica, que a reintrodução do trabalho no campo da análise econômica passava necessariamente por considerar o trabalho para além de uma “abstração”, urgindo que o trabalhador fosse posto sob o holofote da economia. Desse modo, a “economia já não é a análise da lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (Ibid., p. 307). Têm-se recursos raros a serem utilizados de modos que são excludentes entre si, então é preciso fazer escolhas; logo, cabe a cada trabalhador fazer cálculos para decidir como utilizar seus recursos, e isso deveria ser o foco da economia para os neoliberais. O trabalhador não é mais uma engrenagem em uma estrutura rígida, um objeto; ele é, por outro lado, um “sujeito econômico ativo”. “Livre” para produzir renda por meio do seu capital humano – as competências que possui e que são transformáveis em renda ou fluxos de renda futuros –, o trabalhador do qual Foucault fala vê a esfera econômica se estender para âmbitos de sua vida que não podiam antes ser imaginados pelo viés da racionalização econômica. Por isso, os sujeitos estão mais propensos à economia política da cultura, à elaboração de nichos econômico-culturais nos quais investem, necessariamente, a sua subjetividade. É o caso dos veteranos de guerra e refugiados no noroeste do Pacífico dos Estados Unidos com os quais Anna Tsing desenvolveu sua pesquisa. Tal como a guerra influencia a associação entre sujeitos para a sobrevivência ao mesmo tempo em que ameaça suas vidas, no neoliberalismo a cultura inclui os sujeitos em grupos e depende da concorrência entre eles para justificar a despossessão. O trabalhador, então, deve empreender a si mesmo, precisa concorrer, criar nichos em cadeias e transformar cultura em valor e valor em cultura. O capital humano se torna renda, que pode ser novamente convertida em capital e assim por diante.

Assim como o Nação Mestiça, a extrema direita articula esses elementos (economia, cultura, liberdade, guerra e ressentimento). Não é, no entanto, a minha pretensão homogeneizar toda a direita radical classificando-a de neoliberal. Apenas considero o liberalismo, partindo de Foucault, uma maneira de ser e de pensar, e o neoliberalismo como tendo a mesma pretensão, o que contribui para que o pensamento econômico consiga se estender até mesmo aos locais mais inesperados. A política sofre diretamente essa influência e, ao mesmo tempo em que há a tentativa de apartá-la esfera econômica, a relação entre ambas é nublada. A influência da política no uso da linguagem econômica, sobretudo a neoliberal, sofre um apagamento que beneficia a imagem de um Estado técnico, realista-capitalista, apolítico e natural, orientado *pelo* e *para* o Mercado, seu par ideal. Aqui, guerra, economia e liberdade se entrelaçam.

Um bom exemplo disso é o funcionamento da “metapolítica”. Em “Daniel Friberg and Metapolitics in Action”, Benjamin Teitelbaum nos conta do que aprendeu na sua pesquisa com Friberg, um dos líderes da direita radical em seu país, a Suécia, assim como uma figura de pelo menos igual prestígio nas mobilizações desse movimento em escala global. A metapolítica é seu método de inspiração e, ironicamente, se trata de uma mímese bélica das ideias de Antonio Gramsci pela Nova Direita francesa. Teitelbaum a descreve:

Defined by Guillaume Faye as **the “social diffusion of ideas and cultural values for the sake of provoking profound, long-term, political transformation”**, metapolitical campaigning diverges from standard activist dualisms of party politics versus militancy. It is based on the assumption that **meaningful political change originates in education, media, and creative expression**; parliamentary or revolutionary initiatives succeed only when they build upon existing cultural sympathies forged in those arenas. (p. 260).

Não menos importante é a constatação de que a metapolítica é uma réplica, podendo isto significar tanto que é um método que se apropria e replica a forma dominante do conteúdo mesmo que quer combater, como justamente porque busca se contrapor a algo. Este algo, esta hegemonia a ser combatida, é o liberalismo com suas noções de liberdade e igualdade. Essa estratégia, a princípio reformista, mais “moralmente defensável e, portanto, politicamente formidável” que as práticas pouco populares dos *skinheads*, propõe uma transformação pela educação, inclusive reverberando na epistemologia.

Aqui, devemos lembrar de Philip Mirowski (2019), que estende o neoliberalismo à epistemologia na qual o mercado é o processador de informações/conhecimento e no qual “truth is merely ‘whatever sells’” (p. 10). Não é gratuito – literalmente – que um dos grandes feitos de Friberg tenha sido a co-fundação, em 2001, da Nordiska förlaget (Nordic Press), cuja criação busca “providing nationalists new ‘education’ and ‘inspiration’. According to their debut website, translating – initially into Swedish – and marketing books would fulfill the first goal, while music distribution served the second” (TEITELBAUM, 2019, p.264). Educar e inspirar são o mote desse método, assim como um modo alternativo de dizer “metapolítica”, ou seja, “guerra cultural”. É por essa perspectiva que compreendo a escolha do Nação Mestiça por organizar uma formação para professores da SEDUC e SEMED em pleno Mês do Mestiço. A cultura e a educação se tornam campos de batalha e mercados de ideias.

Como as batalhas são muitas, em diferentes arenas, subculturas etc. que devem ser saturadas, Friberg apoiou a criação de revistas, jornais, literatura, música, comunidades online, blogs, portais em mídias digitais, seminários, festivais, enciclopédias etc (Ibid., p.260). Outro grande projeto é a Metapedia, a Wikipedia versão direita radical. Dessa forma suas ideias poderiam crescer de modo quase orgânico, como Foucault (2008, p. 301-302) fala que Hayek esperava do neoliberalismo. Inclusive, a aposta do Nação Mestiça na internet, sobretudo no blog e em várias redes sociais, parece emular essa tentativa de popularização orgânica. Para Hayek, é preciso um “liberalismo que seja um pensamento vivo” e no qual caberia “fazer utopias liberais, [...] pensar no modo do liberalismo, em vez de apresentar o liberalismo como uma alternativa técnica de governo. O liberalismo como estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação” (Ibid., p. 301-302). Ou seja, é preciso um neoliberalismo que esteja vivo na cultura, que passa a ser mediada pela economia política, a política pensada a partir do mercado competitivo. Só assim a guerra cultural poderia ser ganha.

Figura 33 - Cadeia de Equivalências: Putin e Lula



Fonte: Site do Nação Mestiça

Esse cenário de crise constante, como a guerra, produz a cultura enquanto lugar da mediação eficaz entre liberdade e competição. No caso do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, a unidade cultural e a liberdade, ambas defendidas pela organização com afinco, são elementos inseparáveis nessa guerra em que exércitos ou “culturas de liberdade” são encadeados e postos em competição dentro da economia política da cultura. Isso pode ser observado em como o Nação Mestiça reivindica a existência da etnia “mestiça” e está sempre mobilizado contra outras etnias, especialmente povos indígenas e quilombolas. Sempre que pode, se utiliza da metapolítica, inverte as acusações dos seus inimigos e os acusa de racistas por reivindicarem a diferença e políticas públicas. A meta-raça mestiça é exatamente isso: como parte do seu *modus operandi*, o NM mimetiza a linguagem dos movimentos sociais de esquerda contra eles mesmos, buscando infiltrar-se e ganhar validação para reformar e/ou destruir as ferramentas contextuais e, portanto, históricas, de resistência que esses povos desenvolveram (negociaram) ao longo da luta política. Desse modo, inverte as “culturas de liberdade” progressistas-neoliberais a seu favor.

A Modernidade alça a cultura e a liberdade a um patamar inédito na história ocidental, ao mesmo tempo em que funda a sua ausência – a animalidade ou, numa versão profana, a monstruosidade. Isto é, a cultura funda o seu negativo e vice-versa. A Colonização e a Colonialidade, contemporâneas da Modernidade, também demonstram como cultura e a guerra são interdependentes. O Estado, como forma política do capitalismo e cria da modernidade, tem sua estrutura erguida por essas

relações sociais de força, simultaneamente as produzindo e estabilizando (LUIZ DE ALMEIDA, 2020, p. 5). Ou seja, o Estado, neoliberal ou não, já contém em si a contradição de fomentar e ao mesmo tempo apaziguar a guerra, a partir da qual idealiza a liberdade e cria a cultura, fonte da originalidade nacional e relegada desde a sua emergência ao status de especificidade folclórica e exótica (LUCIANI, 2016).

No neoliberalismo, com a expansão das liberdades individuais e da competição, isso se intensifica. Nas políticas públicas étnico-raciais multiculturalistas, em certa medida, encontramos uma lógica semelhante: a cultura emerge na economia política, na disputa por condições mínimas e escassas de existência. Daí nascem identidades e também angústia e ressentimento. No contexto do Nação Mestiça, esse ressentimento é direcionado aos defensores de políticas públicas étnico-raciais, acusados de provocar a guerra interna, e só pode ser superado pela recuperação da hegemonia conservadora. Para esse fim, mobiliza a cultura como estratégia econômica e política a partir da linguagem da “guerra cultural” *no* e *contra* o neoliberalismo e seu par, o globalismo.

O MPMB, portanto, está emaranhado em neoliberalismo e conservadorismo político. Sua lealdade maior é a da tradição nacionalista cristã, a quem atribui a espontaneidade e a esperança de formar sociedade, ou seja, de construir um destino comum enquanto nação. Para isso, vale a pena usar as armas ao seu alcance, mesmo que isso signifique penhorar parte da sua moral no mercado ao empunhar o “esquerdismo identitário” ao seu favor. Em suma, esse empreendimento político-econômico busca a manutenção do Uno a partir de um tradicionalismo idealizado e de uma estratégia de guerra concreta voltada para cultura, principalmente as políticas públicas étnico-raciais. Discutiremos mais a fundo no próximo capítulo sobre como essa estratégia se torna política de Estado.

4 O LUGAR DO MESTIÇO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

4.1 “NÓS NÃO QUEREMOS COTAS, NÓS QUEREMOS RESPEITO”

Neste terceiro capítulo, voltamos nosso olhar para a última palestra do XII Seminário Sobre a Identidade Mestiça, protagonizada por Anna Carolina Miranda Dantas, a quem Helderli Castro apresenta como Dra. Anna, advogada especialista em Direito Administrativo. Seu tema principal são as bancas de heteroidentificação, responsáveis por avaliar candidatos autodeclarados negros em processos seletivos nos quais essas pessoas concorrem por vagas reservadas pela política de cotas. A partir desse ponto, discutiremos o lugar da identidade mestiça nas políticas públicas, bem como a estratégia do Nação Mestiça ou Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro enquanto movimento social que investe na participação civil dentro de Conselhos voltados para a elaboração e fiscalização desse tipo de política. Por fim, relaciono a escolha do NM em ocupar esses Conselhos com o ethos do mestiço brasileiro e as “culturas de liberdade” a partir das quais esse sujeito mestiço empreende, constituindo-se dentro de uma economia étnica.

Figura 34 - Não Somos Iguais Perante a Lei



Fonte: Site do Nação Mestiça

Em tom dócil e constante, Anna assume um auditório agitado. Ela inicia agradecendo a Helda pela introdução e se dirigindo à plateia, a quem busca acalmar explicando que não está ali para falar sobre direita ou esquerda, sobre comunismo

ou capitalismo, mas para falar de igualdade. Por esse motivo, ela opta por descer do palco. De acordo com a advogada, assim ela pode demonstrar que não está em uma posição de superioridade aos espectadores e que somos todos iguais. Sua abordagem, ela declara, é olhá-los “olho no olho” – nesse momento ouvimos risos na plateia. A história que irá contar, Anna promete, é sua própria, mas também não se restringe à sua particularidade, uma vez que ultrapassa barreiras individuais e regionais, podendo encontrar semelhanças nas histórias de outras pessoas presentes. Desse modo introduz o título da apresentação: “O Brasil é pardo e merece respeito”.

Anna pergunta às pessoas da plateia se já sofreram algum tipo de preconceito – sua noção de preconceito não compreende necessariamente a repressão por ação de uma estrutura hegemônica – e rapidamente conclui que a maioria das pessoas ali já passou por discriminação. Ela considera importante, inclusive, louvar a existência de muitas mulheres presentes no auditório por considerar que “nós, mulheres, sofremos preconceito apenas pelo fato de sermos de um gênero que se considera inferior”. O começo da sua fala já a distingue das palestras anteriores, que negavam as “políticas identitárias” como um todo, enquanto ela as valida em alguma medida. Anna parece buscar um ponto de equilíbrio entre seus aliados conservadores e o progressismo. Para caracterizar o contexto a partir do qual discursa, antes de apresentar de fato seu caso, ela cita o inciso IV do primeiro artigo do Estatuto da Igualde Racial e que define a população negra pelo “conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga”. Pede que voltemos nossa atenção para a palavra “autodeclaram” e explica que ela significa o modo como nos vemos perante a sociedade, seja a partir da genética, do fenótipo, da cultura, das raízes etc. Ou seja, estamos falando de algo que pode ser subjetivo e é nessa subjetividade que a sua argumentação primeira se apoia. Ela é bastante enfática ao afirmar que a autodeclaração é o critério legal para a identificação étnico-racial no Censo Demográfico realizado pelo IBGE.

Mais uma vez, rapidamente chegamos à presença quase onipresente de Gilberto Freyre na discussão racial brasileira. Dantas cita com indignação um excerto de *Casa Grande & Senzala*, no qual podemos ler o famoso ditado popular racista registrado pelo autor ao discorrer sobre a “miscibilidade” portuguesa e a

preferência desses homens pelas “morenas” no “amor físico”. Na apresentação visual que Anna Dantas preparou vemos a seguinte reflexão entre aspas, mas sem indicação de autoria:

Um ditado “popular” brasileiro resume essa situação, afirmando: **“Branca para casar, mulata para fornicar, negra para trabalhar”**. Atribuir às mulheres amefricanas (pardas e mulatas) tais papéis é abolir sua humanidade, e seus corpos são vistos como corpos animalizados: de certa forma, são os “burros de carga” do sexo (dos quais as mulatas brasileiras são um modelo). Desse modo, verifica-se como a superexploração socioeconômica se alia à superexploração sexual das mulheres amefricanas. (Grifos nossos).

Este trecho pode ser encontrado n’A *categoria político-cultural de amefricanidade*, de Lélia Gonzalez. Na obra original, Gonzalez fala a respeito das semelhanças entre a exploração das amefricanas no Brasil e no Peru. A partir daí, Dantas pergunta à plateia: “Isso não é preconceito?”. Não fica claro se ela está criticando Freyre a partir de Gonzalez ou se está apenas se referindo a uma opinião pública geral. A forma como a sua crítica ao “preconceito” – não sabemos se ele está mais próximo do racismo para os movimentos negros ou da “mestiçofobia” para o movimento mestiço – é proferida permite uma ambiguidade em relação ao seu alvo de condenação, se é o sociólogo ou o racismo enraizado no Brasil. Desse jeito a advogada não contraria os “anfitriões” e nem a plateia, ambos receptivos aos princípios da igualdade e da liberdade. Aqui Anna se beneficia da popularidade de um sentimento nacional pós-racial que condena a discriminação com base na raça, mas que, em contrapartida, não foi suficiente para abalar o racismo estrutural brasileiro. No século XX, o mestiço foi eleito como avatar desse sentimento para combater a teoria da degeneração.

Pilar do racismo científico, a teoria defendida por Arthur de Gobineau atribuía à mistura genética entre raças antes puras – em teoria – a capacidade de degeneração progressiva da raça humana. No Brasil, um dos seus maiores representantes foi Nina Rodrigues, intelectual médico-cientista social que, a partir da ciência, defendeu a ideia de “estágios de civilização” e da superioridade dos brancos em relação aos “povos primitivos”. Em “A imigração do racismo – Leão Alves”, nosso primeiro palestrante do seminário sobre a identidade mestiça, reitera sua posição de repúdio à teoria da degeneração, denuncia sua articulação com uma política de

imigração para o embranquecimento do povo brasileiro e compara as duas ao determinismo que o NM associa ao multiculturalismo:

Outra resposta acadêmica foi a do médico Nina Rodrigues que, como Gobineau, não acreditava que a miscigenação pudesse “melhorar a raça”; **entendia que a imigração deveria servir para manter uma elite branca para conduzir o país.** Chegou a fazer **uma proposta que lembra o multiculturalismo atual:** defendeu que a aplicação das penas levasse em conta a formação racial do réu, devendo ser mais branda quando, segundo acreditava, houvesse uma maior propensão racial à violência. (Grifos nossos).

Em “As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil”, Mariza Corrêa relata que Rodrigues julgava perigosa uma legislação “apoiada no livre arbítrio” e que isso teria como possível consequência a impunidade geral, uma vez que mesmo a ciência, segundo o médico, teria dificuldades para concluir que o acusado havia cometido o crime no uso da sua liberdade individual. Para Nina Rodrigues, a liberdade das ações humanas era ilusória porque a escolha “é resultante da organização psicofisiológica do indivíduo”, isto é, a realidade biológica da raça é definidora (CORRÊA, 2001, p. 145). Para Leão e para o Nação Mestiça, porém, essa ideia é racista e limitadora. Ela se assemelha ao multiculturalismo, nessa visão, no que diz respeito à existência de uma realidade maior que o indivíduo e que o submete à reprodução de uma série de práticas e pensamentos pré-dispostos e sobre os quais os sujeitos não possuem agência.

Corrêa também escreve que, diante de uma maioria de habitantes mestiços no Brasil, Nina Rodrigues propôs uma “economia étnica” a fim de avaliar e escolher cuidadosamente as “raças” que compunham o povo brasileiro de acordo com vantagens e desvantagens biológicas e culturais. Para ele, a miscigenação era indesejada pois gerava uma crise social muito maior que o isolamento entre pretos, brancos e indígenas. O pós-racismo mestiço – lembremos da meta-raça para Freyre e para o Nação Mestiça –, por outro lado, apesar de igualmente impulsionado por uma elite intelectual nacional, é divulgado como refutação da teoria da degeneração, além de nêmesis do conflito racial:

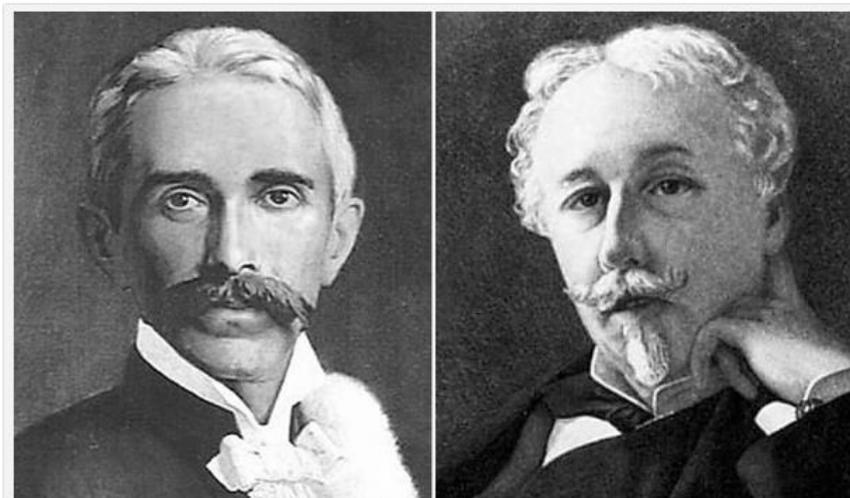
Os intelectuais que se empenharam no estudo das relações raciais no Brasil a partir da década de 30, acabaram assim por efetuar duas alterações importantes nessa discussão. Em primeiro lugar, definindo as relações raciais em nosso país como sinônimo quase exclusivo de relações entre brancos e negros e, em segundo, redefinindo-as como o contexto privilegiado de surgimento de uma cultura brasileira. As próprias pesquisas

de Nina Rodrigues, algumas delas realizadas com o objetivo de comprovar a fraqueza da hegemonia branca na cultura nacional, seriam resgatadas com o objetivo de demonstrar a harmonia reinante nas relações culturais entre negros e brancos. **O obscurecimento de conflitos raciais, percebidos por Nina Rodrigues**, mas expressos por uma linguagem que não é mais a nossa, **parece ter sido a tarefa mais importante enfrentada por seus discípulos na década de 30** (CORRÊA, 2002, p. 223).

A autora não define Gilberto Freyre como um discípulo de Nina Rodrigues, mas traça uma conexão entre o sociólogo e o legado do médico-antropólogo. Na década de 30, ela narra, Freyre quis dar início a uma nova linhagem nos estudos sobre o negro no país. Sua ênfase foi o repúdio ao determinismo biológico com o objetivo de negar a noção de inferioridade racial. Negando a raça e a escravidão, as substituiu pela cultura e pela modernização. Nesta perspectiva, a mistura cultural dá base ao mito do mestiço brasileiro como sujeito-resposta à divisão em raças e à necessidade de positivação da “cultura nacional” para a formar uma unidade soberana.

Figura 35 - A Teoria da Degeneração da Humanidade

Gobineau: a mestiçagem levaria à decadência da humanidade



Diversas ideologias sofisticadas buscam justificar o isolamento entre índios, brancos e outros grupos a fim de evitar a mestiçagem. O médico brasileiro Nina Rodrigues (à esquerda) e o filósofo francês Arthur de Gobineau (à direita) defendiam que a miscigenação degenerava o povo brasileiro. No indigenismo, para evitar a acusação de racismo, a mestiçagem é combatida substituindo-se o argumento da preservação racial pelo da promoção da diversidade étnica e cultural.

Mas apesar da imagem construída do mestiço como solução do conflito racial, Dantas conta que há um limbo no qual vive o pardo diante da opinião pública: branco demais para ser considerado negro; negro demais para ser considerado branco. A divisão persiste. A imagem no *slide* atrás da advogada é de duas crianças, uma branca de cabelos cacheados e uma negra retinta. Em seguida, uma tarja grande com os dizeres “PARDO” estampa o centro da mesma foto. Segundo Anna, a maior parte dos brasileiros vive esse limbo entre o branco e o negro e isso, ela interpreta, está impresso na predominância de pardos autodeclarados nos dados do IBGE. As consequências da angústia desse entrelugar, ela continua, são a “autodestruição”, o “apagamento das origens”, a “negação da condição física” e a “rejeição de características e da cultura”. Anna nos conta como exemplo a história de como ela própria passou pelo sofrimento advindo do preconceito e ao longo do tempo ativamente rejeitou certas características da sua origem mestiça, tendo alisado e clareado as pontas dos cabelos e tendo “diminuído” o nariz por meio de intervenção cirúrgica. Entretanto, isso não foi suficiente para protegê-la do escrutínio alheio e da desconfiança sobre a sua identidade.

Figura 36 - Discriminação por Invisibilização



Fonte: Site do Nação Mestiça

Para Dantas, a opinião pública ainda pode ser cruel e manipuladora, como em uma situação acontecida no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no mês anterior ao Seminário. A advogada narra o caso de um juiz que passou em todas as provas de um concurso público, mas que, chegada a hora de tomar posse, um dia antes, teve notícia da decisão do relator do CNJ suspendendo sua candidatura. O motivo teria sido o entendimento do relator, em conjunto com uma banca de heteroidentificação, de que aquele candidato que concorreu como cotista negro autodeclarado não possuía características fenotípicas comuns à população negra. Seu fenótipo, segundo a decisão, era de uma pessoa socialmente branca.

Gabriela Bacelar Rodrigues (2022, p. 310) define o objetivo de uma comissão de heteroidentificação como o de “garantir a lisura no acesso de pessoas negras às vagas para cotistas, por meio da aferição da autodeclaração racial dos candidatos”. A aferição, ela explica, não visa invalidar a subjetividade da autoatribuição para cada indivíduo, mas prioriza o fenótipo na justificativa do acesso às cotas raciais. Para Anna Dantas, no entanto, esse processo fere a subjetividade de quem é adjetivado de “fraudador”. Ela mostra preocupação sobre o bem-estar do candidato do qual fala e pede que imaginemos o que ele escutou, como ele se sentiu, como precisou reelaborar sua identidade frente aos questionamentos da sociedade. Acusa a mídia, inclusive, de ter um papel cruel nesse tema que ela chama de “sensível” para mestiços. Por isso nos mostra uma notícia de jornal cujo título diz “Candidato branco a juiz tenta aplicar golpe da cota racial”. Estampando a matéria, observamos duas fotografias do candidato em questão colocadas lado a lado: na primeira ele aparenta uma cor de pele mais escura e na segunda, mais clara. Segundo Anna, esse tipo de matéria é fabricado por meio de manipulações preconceituosas de imagens encontradas na internet, entre as quais os autores escolhem fotos em que os acusados de fraudar cotas aparecem com a pele mais clara.

Figura 37 - Manipulação Estética



Fonte: Site do Nação Mestiça

Em seguida, Dantas exhibe outra matéria relacionada ao mesmo caso, com o título “Juiz pardo impedido de tomar posse desabafa: ‘Não sou branco e não tirei vaga de ninguém. Serei um juiz exemplar’”. Abaixo do título, há uma foto do candidato ao lado da imagem de sua mãe, a quem identifica como mulher negra. Dantas defende o acusado:

E aí vamos escutar a pessoa. O quê que a pessoa fala? Ela fala o seguinte: Todos os cinco candidatos que foram aprovados passaram por uma comissão de heteroidentificação. Heteroidentificação vem mediante uma autodeclaração. Se eu fui aprovado lá, por que eu estou sendo questionado agora por uma opinião da sociedade? Quer dizer que eu não posso mais me identificar?

A primeira notícia, porém, informa que a banca de heteroidentificação não reconheceu a negritude do candidato. Para Dantas, no entanto, a autodeclaração deve ser o suficiente para validar essa identidade. É um problema muito sério, ela diz sobre a tristeza profunda do quase-juiz, que autodeclarou-se pensando nos seus antepassados, na cultura e na família, e que agora, segundo a advogada, tem a sua imagem manchada por uma opinião pública racista e manipulada.

Figura 38 - Cotas Para Mestiços



Fonte: Site do Nação Mestiça

Finalmente, Anna Dantas inicia a narração do seu próprio julgamento: ela afirma que foi julgada branca demais para poder ser negra e negra demais para poder ser considerada branca. O fato aconteceu em Brasília, na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o que para ela agrava a situação. No ano de 2021, Dantas nos conta, houve a primeira eleição da OAB em que vigorou uma resolução específica que alterava o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB a nível nacional. A cláusula estabelecia 50% das vagas disponibilizadas para mulheres, além de 30% de todas as vagas designadas à população negra. A palestrante, que ressalta que os advogados eleitos fazem um trabalho voluntário de representação da sociedade, narra seu processo de inscrição:

Nós respondemos isso aqui, uma declaração: “Declaro que, apenas para o fim específico de atender às cotas raciais, sim, sou autodeclarado(a) negro (pardo ou preto)”. **Não existe o “campinho” lá dizendo que eu sou parda. Eu faço parte da população negra, então eu preenchi o campinho. Esse campo é o que eu falo na pesquisa do IBGE, como eu me declaro. Porém existem pessoas que não entendem essa minha mestiçagem.** E aí uma associação entrou com uma impugnação contra esse pedido – ali está o meu nome – dizendo que esta associação entende que eu não sou daquela forma, [que] eu sou da forma que a associação vê. **Então houve o questionamento das minhas origens, da forma como eu penso, da forma como eu me comporto perante a sociedade** e aí fizeram isso daqui. Uma solicitação, inclusive,

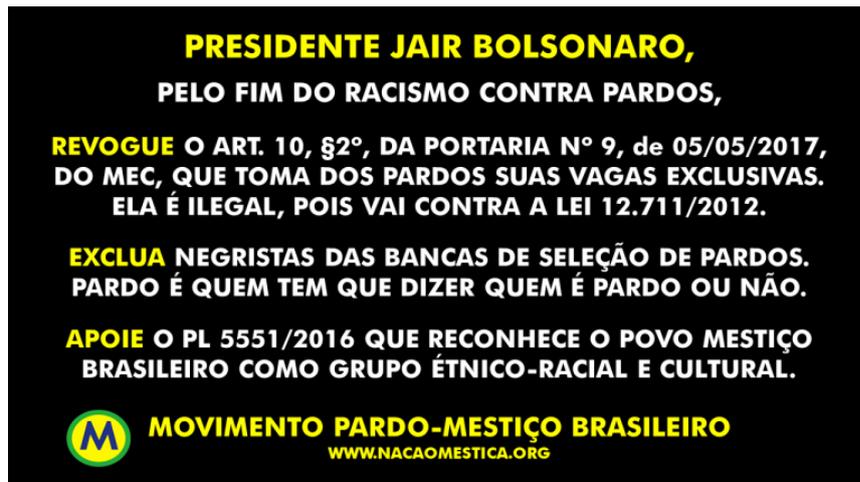
para a gente passar por uma comissão de heteroidentificação. E caso fosse identificado que nós não fazemos jus a essas cotas, que fosse remetido para o Ministério Público para fins de apurar uma eventual fraude. Ou seja, para essa associação **eu era considerada uma pessoa fraudadora**. (Grifos nosso).

Por não poder declarar-se apenas como parda, ela se autodeclara negra, passa por avaliação em uma banca de heteroidentificação e se torna alvo de denúncia de fraude no Ministério Público. Dantas diz que, como consequência, teve sua vida exposta e suas fotos nas redes sociais foram usadas para questionar sua identidade racial negra (parda). A denúncia de fraude se deu a partir da identificação de Anna como pessoa branca, ao contrário da sua autodeclaração.

Depois, ela continua, sua ficha de inscrição e seus dados pessoais – RG, CPF, telefone, endereço, nome da mãe, nome do pai – começaram a circular em grupos de WhatsApp. Por conta disso, Anna diz, sua imagem foi arranhada, algo preocupante para uma advogada. Ela conta que, em vários grupos, sua chapa foi criticada. Cartazes foram espalhados com os dizeres “Procura-se pessoas negras para compor a chapa da OAB. Recompensa: um cargo na chapa”. Neles, circulavam imagens de Anna junto de mais supostos fraudadores. Outras mensagens se referiam ao movimento negro vitorioso com a impugnação das “loiras da chapa da Thaís”. Dantas explica a situação como um ataque perigoso da opinião pública aliada à mídia profissional – fala que apareceu no Metrôpoles, na Veja e no Globo. Em “OAB julga fraude em caso de advogadas que se declaram negras”, matéria de 2021 da revista *Veja*³⁶, Laísa Dall’Agnol apura que a chapa “Você na Ordem”, presidida pela candidata Thaís Riedel, foi acusada de inscrever pelo menos quinze candidatos a conselheiro seccional como se fossem negros, mas sendo, na verdade, brancos. A chapa adversária, disputando reeleição, levou o caso ao Conselho Federal da OAB, o que culminou na elaboração de um parecer da Comissão Eleitoral da OAB Nacional apontando o fenótipo, não apenas a palavra do candidato, como elemento definidor da validade da autodeclaração.

Figura 39 - Apelo ao Presidente Jair Bolsonaro

³⁶ DALL’AGNOL, Laísa. OAB julga fraude em caso de advogadas que se declaram negras. *Veja*, 10 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/coluna/radar/oab-julga-fraude-em-caso-de-advogadas-que-se-declararam-negras>>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

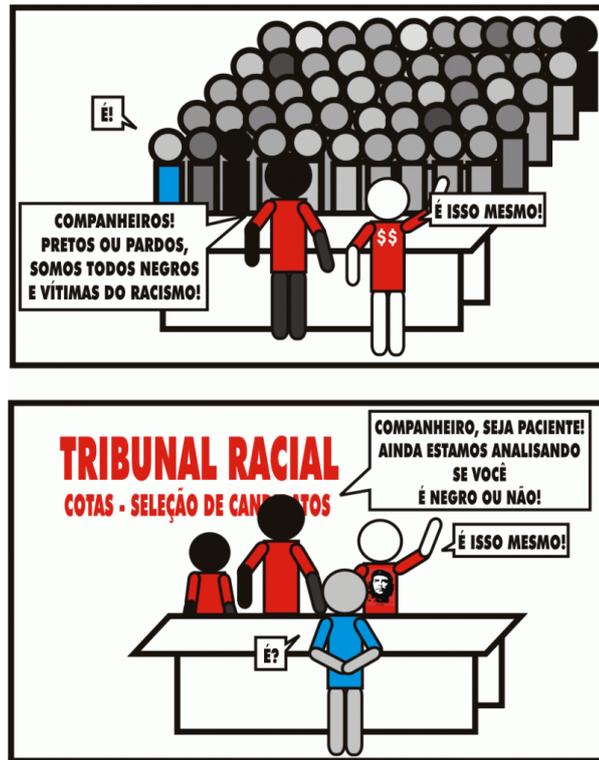


Fonte: Site do Nação Mestiça

Em razão disso, Anna Dantas fala que precisou redigir uma defesa dolorosa com fotos de família, uma “análise de coloração”, fotos dos seus documentos etc. Ela exibe no slide atrás de si uma foto em que está com as suas “características originais”. Relata ter passado por uma comissão de heteroidentificação em que nenhuma das três pessoas eram mestiças ou pardas, que supuseram que ela queria se beneficiar e não realizaram nenhuma entrevista. A chapa ficou conhecida por ter sido impugnada pela utilização fraudulenta das vagas de cotas, além de ter sido exposta na primeira transmissão de uma sessão do tipo no YouTube. Sobre essa sessão de julgamento, Anna Dantas denuncia a manipulação da opinião pública com a presença da comissão que compôs a banca do processo, das pessoas que julgariam o resultado, dos impugnados, das pessoas que a impugnaram e de um membro da comissão de heteroidentificação pela qual passou. Ao final, segundo a advogada, sua chapa obteve êxito “por falta de critérios objetivos” para a avaliação, prevalecendo então a autoidentificação. Ela projeta um documento, processo de número 07.0000.2021, que conclui que a autodeclaração, não o fenótipo, é o parâmetro objetivo para fins de observância do atendimento às cotas raciais.

A última parte da exposição de Dantas é ilustrada por uma imagem cujo fundo é a bandeira do Brasil. Sobrepondo-a, há quatro mãos – uma negra retinta, outra um pouco mais clara e mais duas pálidas – que seguram os pulsos umas das outras e formam um pequeno losango, através do qual vemos o centro da bandeira. Acima a frase: “Nós não queremos cotas, queremos respeito!”. Anna assume essa posição contra o questionamento da sua identidade mestiça.

Figura 40 – “Tribunal Racial”



Fonte: Site do Nação Mestiça

Para ela, é uma questão de respeito à “opinião do próximo”, às suas origens e subjetividade diante da sociedade. Convoca, portanto, a todos para que respeitem uns aos outros, para que não questionem a identidade mestiça alheia e agradece aos espectadores. Ouvimos muitas palmas e Helda assume o microfone sorrindo. Retribui o agradecimento a Anna, estende-o a todos os palestrantes e os convida para que sentem novamente à mesa. A presidente do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro chama um homem chamado Alison ao palco e passa a falar do secretário estadual de Promoção da Igualdade Racial e do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR). “Lá eles têm uma visão [de] que o pardo é negro”, diz Helderli, “então quando ele veio ao nosso seminário para gestores e conselheiros da Igualdade Racial, eu fiz questão de mostrar o cabelo do Alison”. Ela continua:

Eu disse: “**Presidente, olha o Alison! É um pardo! Na Amazônia! E esse pardo não é negro. Esse pardo é a mistura do índio com o branco!** Como é que nós, amazônicos, vamos ser transformados em negros? Nem um bob, secretário [e] presidente do Conselho, dará jeito neste cabelo para ele virar negro!”.

A plateia ri. Helda segue falando ao lado de Alison:

Então, assim, **a política nacional do governo federal é tendenciosa**. Ela transforma [a] nós, os pardos, que somos a mistura, somos mestiços. E eu falei mais, inclusive, no Supremo Tribunal! **Nós, jamais, enquanto mestiços, negaremos a identidade na nossa mãe e nem do nosso pai**. Nós lutaremos para preservar qualquer identidade, tendo em vista [que] **qualquer indivíduo pode dizer “Eu tenho uma mistura, mas quero ser índio; eu tenho a mistura, mas quero ser negro”**. Mas nós, enquanto povo mestiço, [pela] lei reconhecida pelo governo do Estado, da 3044, e pela Constituição do Estado do Amazonas, queremos ser respeitados como povo mestiço! (Grifos nossos).

Ouvem-se várias palmas. Alison desce do palco.

4.2 A META-RAÇA E O DISPOSITIVO DA MESTIÇAGEM NAS POLÍTICAS ÉTNICO-RACIAIS

De acordo com os dados encontrados no Diário Oficial da União e do próprio site da organização, o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro ou Nação Mestiça ocupou o **Conselho Municipal de Direitos Humanos (CMDH)** de Manaus de 2008 a 2010 (Titular: Helderli Fideliz Castro de Sá Leão Alves; Suplente: Marfely Farias Freitas), de 2013 a 2015 (Titular: Helderli; Suplente: Jerson Cesar Leão Alves), de 2016 a 2018 (Titular: Helderli; Suplente: Ediléia Carvalho do Nascimento, depois substituída por Celson Brito da Silva), de 2019 a 2021 (Titular: Helderli; Suplente: Jucineide da Silva Castro) e foi novamente reconduzido para o triênio 2021/2023 (Titular: Helderli; Suplente: Jucineide). Em 2012, assim como em 2013 e 2020, Helda (Helderli) foi aprovada enquanto presidente do CMDH, em 2014, 2015, 2017 e 2022 assumiu a vice-presidência do mesmo Conselho e em 2021 foi eleita Secretária Geral. Já para o **Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente (COMDEMA)**, foram representação civil de 2010 a 2012 (Titular: Helderli; Suplente: Luis Fernando de Souza Bulcao), de 2012 a 2014 (Titular: Helderli; Suplente: Luis Bulcao), de 2016 a 2018 (Titular: Helderli; Suplente: Sônia Maria Leal da Silva), entre 2020 e 2022 (Titular: Helderli; Suplente: Jucineide) e foram reeleitos para o biênio 2022/2024 (Titular: Helderli; Suplente: Jucineide). No dia sete de outubro de 2016 houve uma alteração na organização das Câmaras Técnicas do COMDEMA e o Nação Mestiça foi incluído nas Câmaras de Biodiversidade e Espaços Especialmente Protegidos e na de Educação Ambiental, nas quais também estava entre 2020 e 2022. O NM também foi eleito para os triênios 2018/2021 e

2022/2025 do **Conselho Municipal de Saúde** (Titular: Helderli; Suplente: Leão ou Laucivania Ramires de Aparício no segundo triênio). Entre 2021 e 2022 foi parte do **Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CEPIR)**, tendo Helda como titular e presidente do Conselho e Jucineide como suplente. Leão e Laucivania eram titular e suplente, respectivamente, pelo ACRA no mesmo período e no mesmo Conselho. Também entre 2021 e 2022 o Nação Mestiça integrava o **Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR)**. Helda e Leão também foram designados titular e suplente no **Conselho Municipal de Cultura (CMC)** para o mandato relativo a 2021/2023.

Figura 41 – Núcleo de Careiro da Várzea Protesta por Asfalto



Fonte: Site do Nação Mestiça

Algumas personagens se repetem, ora representando o NM, ora como ACRA, confirmando o que o professor Ivan (ex-membro do NM) me disse em entrevista sobre a rede de alianças do Movimento Pardo-Mestiço contar com uma rotatividade entre os movimentos que ocupam lugares em Conselhos e afins. Há um alinhamento e articulação fortes entre eles, mas para quê? Por que a insistência em participar de tantos Conselhos? Principalmente, por que buscam estar em Conselhos cujos princípios são contrários à sua ideologia, como o CMDH, o CEPIR e o CNPIR? Falamos anteriormente sobre a mimese inversa praticada pelo Nação Mestiça, e agora nos voltaremos de modo mais aprofundado para a sua prática, além de outras estratégias, no âmbito das políticas públicas étnico-raciais.

Figura 42 - Para Entender o Afroimperialismo": Luiza Bairros

PARA ENTENDER O
AFROIMPERIALISMO

O **AFROIMPERIALISMO** PROMOVE A SUBSTITUIÇÃO DO POVO NATIVO MESTIÇO (PARDOS) POR POPULAÇÃO PRETA ("NEGROS") COMO EXPANSÃO POLÍTICA, CULTURAL, ECONÔMICA E TERRITORIAL AFRICANA E SUBORDINAÇÃO OU ELIMINAÇÃO DOS NATIVOS AMERICANOS.

"O FOCO DO TRABALHO DA SEPPIR, EMBORA ELA TENHA QUE CONTEMPLAR OUTROS GRUPOS, O FOCO É A POPULAÇÃO NEGRA. E, NO BRASIL, COMO VOCÊ SABE, É NEGRA A PESSOA QUE ASSIM SE DECLARA. ENTÃO, OS RIBEIRINHOS E OS CABOCLOS, SE SE CONSIDERAREM E SE DECLARAREM COMO NEGROS, PODERÃO, OBVIAMENTE, SER BENEFICIADOS PELAS POLÍTICAS QUE A SEPPIR ARTICULA DENTRO DO GOVERNO."

Luiza Bairros
Ministro-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) do governo Dilma Rousseff (PT) respondendo a jornalista do Estado do Amazonas sobre se a secretaria teria políticas para caboclos do Amazonas, nativos mestiços originados de índios e brancos e já existentes antes da chegada de africanos ao Brasil.

O RACISMO MUDA SEU DISCURSO, MAS NÃO SEU OBJETIVO: ELIMINAR O MESTIÇO

WWW.NACAOMESTICA.ORG - MESTIÇO BRASILEIRO É NATIVO BRASILEIRO

Fonte: Site do Nação Mestiça

No ano de 2005 o presidente Lula assinou o decreto que instituiu o Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial. Com referência na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, foi convocada no Brasil a I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Conapir). Realizada também em 2005, em Brasília, teve como tema "Estado e sociedade – promovendo a igualdade racial". A I Conapir foi organizada pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – fundada em março de 2003 – e teve como objetivo a criação de um Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR). Contando com as etapas municipal ou regional, estadual e nacional, realizou a eleição de delegados, entre os quais reconhecemos Helderli Fideliz Castro, a primeira delegada mestiça a participar da Conapir e certamente uma voz dissidente naquele espaço.

Segundo o Relatório Final da Conferência, mais de 90 mil pessoas participaram dessa movimentação, incluindo- 26 conferências estaduais, além da conferência do Distrito Federal, contando com as etapas municipais e/ou regionais que mobilizaram 1.332 municípios. O processo envolveu, ainda, reuniões temáticas (mulheres, juventude, religiosos); a Audiência Cigana; e as Consultas Quilombola e indígena. Meio à grandeza da I Conapir, foram reconhecidos "os limites da estrutura da Seppir para o pleno cumprimento do seu papel institucional de articular e formular políticas de promoção da igualdade racial para todos os grupos étnica e racialmente

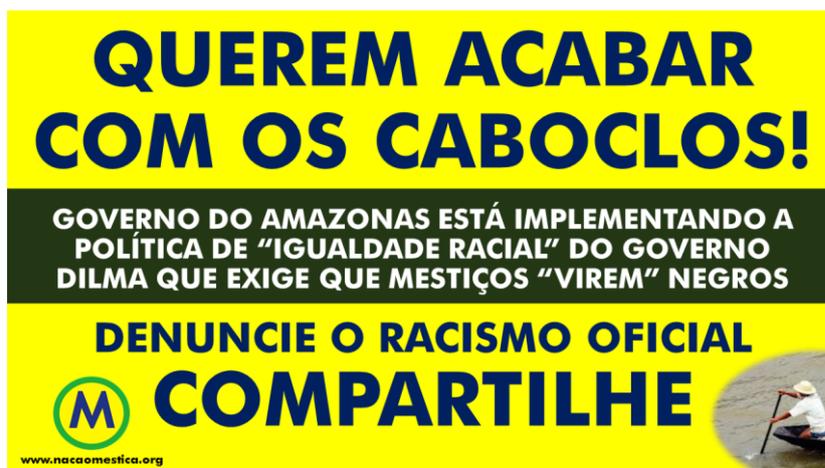
discriminados”, ainda que o Relatório também considere que esse processo foi responsável por fortalecer as ações da Secretaria na estrutura do governo federal, além de consolidar um modelo de gestão participativa no qual a promoção da igualdade racial é primordial para a democracia. mestiços e pardos, no entanto, tiveram pouco ou nenhum espaço próprio. No documento mencionado, a palavra “pardo” não é citada, ao passo que “mestiço” é citada uma única vez:

Destacou-se a necessidade de desenvolver e ampliar ações afirmativas em todas as políticas sociais públicas para enfrentar preconceitos e discriminações contra negros, indígenas, judeus, árabes, árabe-palestinos, ciganos e **mestiços** e fomentar manifestações culturais destas diferentes culturas que compõem a nação brasileira. (p. 46. Grifos Nossos).

Já a população cabocla é citada seis vezes. É citada cinco vezes nas propostas: na sessão “II. Ensino Fundamental e Médio”, “II – Ações Afirmativas para a diversidade cultural”, “IV – Festas, festivais. Calendário nacional” e “VII – Financiamento, recursos”. Nelas, se fala em assegurar o acesso das crianças caboclas, entre outras, à educação infantil; de estimular a sua participação nas emissoras de televisão e outras mídias como protagonistas de elevada índole; de efetivar políticas de preservação da história e cultura das suas comunidades – inclusive na grade curricular –; na proteção às manifestações culturais caboclas; e também se fala em estabelecer um percentual para um Fundo Nacional de Promoção da Igualdade Racial e Étnica para ações relacionadas à igualdade racial na comunicação, com investimentos nas artes cênicas, teatro e cultura cabocla. Enfim, há uma citação no discurso de Leci Brandão (integrante à época do CNPIR) quando fala na diversidade de representação que eleva a importância da Seppir.

Não podemos dizer ao certo se essa presença mestiça e cabocla no documento se dá, em alguma medida, pela influência do Movimento Mestiço ali. Não há como saber a partir das informações às quais tive acesso, mas está claro no texto que houve posições divergentes que “alimentaram o debate”.

Figura 43 - Querem Acabar com os Caboclos



Fonte: Site do Nação Mestiça

Jean-François Véran (2010, p. 22) diz que esse processo foi para o Nação Mestiça “o divisor das águas” que marcou sua ruptura em relação aos movimentos negro e indígena com os quais cooperava até então”. Ele escreve que, quando o Nação Mestiça nasceu em 2001, atuava junto do movimento negro amazonense e que Leão era um simpatizante do Movimento Alma Negra, fundado por Nestor Nascimento na década de 1970. Segundo Véran, a afinidade se dava pelo fato desse movimento agregar pessoas que buscavam resgatar sua afrodescendência independentemente da cor da pele. Ou seja, havia espaço para os “brancos de alma negra”. Leão, filho de pai cearense e de mãe amazonense de origem nordestina, queria unir suas origens mestiças e ao mesmo tempo assumir sua negritude. Ele seria um negro-mestiço, diz Véran, um negro que se vê como mestiço. Mas essa junção encontrou oposição dentro do movimento negro, que o teria pressionado a “escolher um lado da coisa”:

Foi no contexto preparatório da 1ª Conapir que a escolha surgiu como uma evidência, quando o Nação Mestiça deu-se conta de que os delegados seriam designados na base de seu pertencimento étnico-racial. Haveria representação para negros, índios, judeus, ciganos etc., mas **não haveria representação para os mestiços, categoria na maioria formada pelos caboclos da região**. Pouco antes, na ocasião de um seminário diocesano, surgiu a ideia de elaborar um Fórum Permanente sobre a Igualdade Racial. Porém, em uma segunda reunião, a proposta de convidar os indígenas, feita ao movimento negro pelo Nação Mestiça, foi descartada com a argumentação de que eles “já tinham o lugar deles”, e se criou, assim, o Fórum Permanente Afrodescendentes do Amazonas (Fopaam), um espaço de exclusividade negra. Nas conferências preparatórias, multiplicaram-se as oposições abertas ao Nação Mestiça” (2010, p. 23. Grifos nossos.).

No Relatório Final da I Conapir, porém, o consenso é o foco: a necessidade de construção do Plano Nacional já citado a partir do conjunto de propostas reunidas na Conferência e a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial na íntegra. Apenas em 2009 o PLANAPIR foi aprovado (Decreto N° 6.872, de 4 de junho de 2009), enquanto o Estatuto, por sua vez, só foi oficializado em 2010.

Figura 44 - Para Entender o "Afroimperialismo": Mimese Inversa



Fonte: Site do Nação Mestiça

Instituído pela Lei N° 12.288 em 20 de julho de 2010, já no fim do segundo governo Lula, o Estatuto da Igualdade Racial é “destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica”. Nele, pardos e pretos estão aglutinados na identidade negra a fim de direcionar políticas públicas específicas a esse grupo. Anna, os demais palestrantes e Helda, porém, têm um problema com esse englobamento. Para todos eles, “mestiço” é uma identidade à parte e que deve ser diferenciada da negra. Enquanto presidente do Nação Mestiça e amazonense, Helderli traz para o debate algo que aqui é muito importante: nessa classificação, a ancestralidade indígena do pardo é ofuscada pela matriz africana. O caboclo, não o “mulato” ou o “cafuzo”, é considerado pelo MPMB o primeiro manauara, assim como o brasileiro original. As políticas de “igualdade racial”, no entanto, para o Movimento Pardo-Mestiço, manipulam os caboclos de modo a ignorar seu sangue indígena a fim de cooptá-los para o movimento negro. Além disso, o Estatuto é acusado de trazer uma

compreensão inexata do racismo: enquanto para o MPMB o racismo é contra a miscigenação entre “raças”, para o Estatuto ele é contra negros. Logo, esse tipo de política é vista como “mestiçofóbica”. Afinal, agrupar pretos e pardos numa só categoria estatística é o total oposto da tentativa de pós-racialização do Brasil contida na ideologia da mestiçagem.

Essa aliança étnica foi uma escolha estratégica de “ativistas do movimento negro e cientistas sociais orientados por metodologias quantitativas, que estudaram a desigualdade racial no Brasil” (WINANT, 1992 *apud* RODRIGUES, 2022) e que não viam eficácia na miscigenação no combate à desigualdade racial, além de perceberem uma valorização do embranquecimento e a desvalorização da negritude nesse pensamento. Para eles, era evidente que não estávamos automaticamente mais próximos da democracia porque nos misturamos. Aliados em nome de um “novo projeto racial do Brasil” desde os anos 1970, esses dois grupos impulsionaram uma política racial de enfrentamento ou “desarticulação da mestiçagem” (RODRIGUES, 2022).

Gabriela Rodrigues escreve em *Incorporando a mestiçagem: a fraude branca nas comissões de heteroidentificação racial* que as políticas afirmativas pós-Estatuto da Igualdade Racial, junto da articulação nos anos 1970 que as possibilitou, são um marco brasileiro na positivação da identidade negra e que visam agregar os sujeitos que foram convencidos pela “ideologia do branqueamento”. Ou seja, sujeitos que renegam suas características e práticas de origem africana por entenderem que elas não levam ao mesmo prestígio social que a branquitude. Na história de Anna Dantas ela nos conta que foi justamente o sofrimento provocado pela rejeição da “opinião pública” sobre suas características não-brancas que a levou a realizar modificações corporais em si mesma. Para ela, porém, o alvo do preconceito é a sua identidade mestiça, não as características “negras” que evidenciam a mestiçagem.

Há controvérsia. Florestan Fernandes e Roger Bastide, por exemplo, pesquisaram e escreveram que o mulato é mais socialmente aceito que o preto retinto, uma vez que, à medida que o fenótipo se aproxima do branco, os obstáculos na sociedade diminuem. Isso sugere que o mestiço pode ser “passável” por branco e tende a ocupar uma posição social superior à do preto (1959, p. 189). Talvez depois do seu processo de “embranquecimento” Dantas já não tivesse seu status social prejudicado pela identidade étnica a ponto de justificar ser contemplada pelas cotas raciais, criadas para corrigir desigualdades afinal.

Para Florestan Fernandes e Roger Bastide (1959, p. 180):

A cor desempenha um papel, evidentemente, mas o papel de um símbolo, é o critério bem visível, que situa o indivíduo num certo degrau da escala social; e as exceções são ainda demasiado raras para solapar a força desse símbolo. São tão raras que o negro que subiu é sempre considerado com espanto admirativo, sobretudo pela velha geração: é respeitado, mas o respeito é o segundo momento de uma dialética efetiva, que começa por rebaixar o negro e que corrige em seguida esse primeiro ponto de vista adotado.

Ou seja, não é a cor sozinha que define o negro; igualmente importante é o degrau da escala social que ele ocupa. Escrevem Fernandes e Bastide que o que definia socialmente a noção de raça era o sentimento de comunhão dentro de um sistema de gradação social, de prestígio e de valores culturais. Nesse sentido, brancos se preocupavam em impedir o acesso dos negros e dos mestiços ao núcleo legal da família patriarcal. Seu objetivo era manter seu status branco e evitar qualquer equiparação possível com o negro. Na manutenção desse cenário, o mestiço só poderia se equiparar à branquitude ao zelar pela brancura e tornar-se socialmente branco, chegando até a esconder parentes negros da sua árvore genealógica.

Ainda sobre isso, os autores argumentam:

Os atributos propriamente raciais contavam como decorrência. Por isso, para eles **as "raças" negras se compunham de indivíduos que se caracterizavam duplamente: pela condição de escravo e pela cor da pele.** De outro lado, é preciso considerar que estes dois elementos se confundiam completamente na representação social da personalidade-status do negro e do mulato. Negro equivalia a "indivíduo privado de autonomia e liberdade"; escravo correspondia (em particular do século XVIII em diante), a "indivíduo de cor". **Daí a dupla proibição, que pesava sobre o negro e o mulato: o acesso a papéis sociais que pressupunham regalias e direitos lhes era simultaneamente vedado pela "condição social" e pela "cor".** Em situações concretas, uma pessoa de cor tanto podia ser tratada como escravo por ser notória a sua posição real, quanto por causa de passar por "negro", sendo irrelevante para os brancos que assim procedessem que ela fosse um liberto ou um homem livre. A representação social da personalidade-status do negro e do mulato e a autoconcepção que estes possuíam de seus papéis sociais tendiam, em geral, a orientar univocamente as expectativas de comportamento nessa direção. (BASTIDE; FERNANDES, 1959, p. 114. Grifos nossos.)

Essa divisão era real então, assim como é real hoje. O mestiço não solucionou o problema do racismo. O que o mito das três raças fez, afinal, foi responder a uma urgência diferente: abafar esse conflito para formular uma identidade nacional. Mas enquanto ex-colônia transformada em jovem nação, ainda era preciso que o Brasil avançasse muito para competir com os países do velho mundo e seus herdeiros. O

sujeito da história brasileira ainda era um rascunho, estava se desenvolvendo, civilizando-se. O caminho escolhido para lidar com isso foi neutralizando as forças revoltosas inflamadas no conflito racial. Assim nasceu a brasilidade mestiça enquanto dispositivo de poder que “atuaria sobre a formulação de uma identidade nacional, domesticando as diferenças raciais e ‘gerando subjetividades dóceis, mal delimitadas e manipuláveis” (Tadei, 2002, p.3 *apud* Rodrigues, 2022, p. 319).

O assimilacionismo tem um papel central nessa formação, como descrito por Darcy Ribeiro (1995, p. 226. Grifos nossos):

O aspecto mais perverso do racismo assimilacionista é que **ele dá de si uma imagem de maior sociabilidade, quando, de fato, desarma o negro** para lutar contra a pobreza que lhe é imposta, e dissimula as condições de terrível violência a que é submetido.

Segundo Ribeiro (1995, p. 127), a partir do assimilacionismo o mestiço brasileiro busca sua própria identidade, dividido entre o desgosto de não ser europeu e, ao mesmo tempo, o não querer ser considerado nativo ou negro. Lembremos do trecho d’*O Povo Brasileiro* citado por Edward Luz: “Nós, brasileiros, somos um povo em ser. Um povo se construindo. Um povo em ser, mas impedido de sê-lo”. Ribeiro ainda diz que esse é “um povo, até hoje, em ser, na dura busca do seu destino”, mesmo depois de cunhada a identidade de brasileiros. Esse sujeito-rascunho, em ser, mas impedido de sê-lo, nubla as desigualdades enquanto produz imobilismo ao familiarizar as relações raciais:

“A síntese freyrena, como um instrumento de conversão ideológica, favoreceu a imobilidade – bem descrita nas estatísticas raciais – exatamente ao tentar demonstrar a modernização pela mestiçagem”. Na medida em que **produz o mestiço como “um objeto indeterminado, incapaz de propor-se como um sujeito”** (Pinho, 2004, p. 104), sua posição é útil para o controle social de uma “estratégia de bio-poder característica das formações sociais latino-americanas”. (Pinho, 2005, p. 104 *apud* Rodrigues. Grifos nossos).

O mestiço, portanto, possui uma liberdade que as raças “puras” não possuem. Ele é mutável, flexível e indeterminado. Ele não está submetido a uma estrutura definitiva; pelo contrário, ele é aquilo que permite a transformação do mito dentro dele próprio – sem, no entanto, romper sua continuidade. Não à toa, o Nação Mestiça denuncia o determinismo (ou “coletivismo”) que confere à raça, enquanto enaltece uma liberdade (ou individualidade) pós-racial do mestiço. Claro, para o NM

a tradição conservadora é indispensável, mas não é, nessa lógica, uma estrutura intransigente. A partir da incorporação da espontaneidade da miscigenação e da mestiçagem, a permanência dessa tradição é fruto da liberdade e depende principalmente da capacidade criativa do mestiço para adaptar-se. Assim como as culturas de liberdade das quais Tsing fala, a liberdade do entrelugar mestiço prospera no rescaldo da violência e representa a oportunidade de empreender no mercado da guerra cultural. Dessa maneira o mestiço pode sobreviver a uma estrutura austera sem a intenção de apagar a memória dos seus pilares, que permanecem mesmo que em ruínas. Logo, se considerarmos a prática da coerção no estabelecimento da tradição conservadora brasileira, a saber, a mestiçagem como dispositivo de controle social, percebemos que essa liberdade advém também do sufocamento do conflito racial. Para Florestan Fernandes e Roger Bastide, inclusive, a tradição e a lei são responsáveis por criar um “clima efetivo e cordial” para que as barreiras étnicas não tomem uma forma “cínica ou brutal”.

Aí nos deparamos com o entrelugar ambíguo do mestiço relacionado à sua mobilidade fronteiriça. O discurso do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, assim como o de Anna Dantas e outros atores, descreve o drama advindo desse “limbo”. Para Gilberto Freyre, patrono do MPMB, o mestiço está localizado num limbo entre o branco e o negro, no qual precisa competir com ambos, assim como com os de sua própria “classe”. Cria-se, então, um sentimento de não pertencimento a lugar algum. Freyre ilustra o estigma vivido pelo “bastardo mestiço” ao falar do apartheid sul-africano e da proibição do casamento interracial nos Estados Unidos. Já no Brasil, ele descreve o “mestiço” como o grande palco histórico do equilíbrio entre os extremos das duas raças para o aperfeiçoamento cultural contínuo (Ibid., p. 507 e 508). O sociólogo nega a instabilidade do “mestiço” propagada pelas teorias da “raça” do século XIX e constata o preconceito contra esse tipo étnico, também narrado por Fernandes e Bastide (1959, p. 213), que reconhecem o racismo contra o mestiço na medida em que ele se aproxima do negro. O resultado de sua pesquisa conjunta indica que até mesmo os pretos rejeitavam a ideia do “casamento misto”, mas que o drama essencial do mestiço não era exatamente esse:

Mas o drama essencial não está aí. Vem da criança. Tanto que o casal decide em geral evitar filhos. Mas se aparecer um, já antes do nascimento, **todos fazem votos para que seja branco. Se não for, se tiver puxado pelo progenitor mais escuro, então começa a tragédia**, a família briga. **Se for claro, é bem recebido.** (Ibid. Grifos nossos).

Darcy Ribeiro também narra o drama do mestiço mulato:

[O mulato] teve, também, por sua vivacidade e pela extraordinária beleza de muitos deles - sobretudo das mulatas - , resultantes do vigor híbrido, **maiores chances de ascensão social, ainda que só progredisse na medida em que negava sua negritude. Posto entre os dois mundos conflitantes - o do negro, que ele rechaça, e o do branco, que o rejeita - , o mulato se humaniza no drama de ser dois, que é o de ser ninguém** (1995, p. 223. Grifos nossos).

O mestiço está dividido entre a constatação de que o racismo que ele sofre não é uma exceção, pois é rejeitado pelo mundo branco, e o desejo de ascender socialmente a nível individual-familiar para superar sua posição social atrelada ao negro ou ao indígena.

Figura 45 - A Mestiçagem Faz o Mestiço



Fonte: Site do Nação Mestiça

Ou seja, o entrelugar mestiço produz sofrimento por conta de uma hierarquia social em que a posição do indígena e do negro é indesejada e o poder do branco é inatingível para aqueles “indivíduos de cor”. Para além da questão da solidão pelo não pertencimento identitário, a qualidade indeterminada do mestiço opera de modo a dificultar a organização de grupos étnicos antagônicos à hegemonia branca. Um dos motivos disso é a posituação do suposto privilégio de mobilidade do mestiço, diante do que é necessário perguntar: Para quem essa mobilidade é possível? Rodrigues (Ibid., p. 326) argumenta que a ideologia da mestiçagem permite que apenas pessoas brancas se movam efetivamente “entre os dois lados da fronteira racial negro-branco, como algo próprio da *brasilidade*”, ao contrário das pessoas

negras e indígenas, para quem a “metade branca” do seu genótipo não serve à *incorporação* de uma identidade branca. Para a autora, apenas aos brancos é possível incorporar a mestiçagem com a sua mobilidade entre as fronteiras étnicas.

A conclusão, porém, não é que algo como um fluxo étnico não pode existir para não-brancos, mas que a ideologia da mestiçagem produz um entrelugar privilegiado apenas para o branco que a incorpora. O corpo miscigenado, em si, é capaz de muito mais quando não é limitado pelo dispositivo de controle do mito das três raças, como no fluxo afroindígena descrito por Luiza Dias Flores. A antropóloga nos fala da contramestiçagem impressa na guerra comancheira, realizada nos desfiles da tribo carnavalesca Os Comanches, no carnaval de Porto Alegre. Na prática da guerra comancheira, homens e mulheres dançam, cantam, tocam e transitam entre as alcunhas de *negros* e *indígenas*, negando a fabricação do Um e a tradução dos seus movimentos em identidade. Luiza Dias Flores analisa que, como tática de guerra, essas pessoas evitam nomear definitivamente seu movimento enquanto de índios ou de negros por entenderem que isso as torna mais vulneráveis à repressão externa. O fluxo afroindígena não é uma forma identitária, sendo, antes, “um movimento prévio às identidades traçadas reconhecíveis” (p. 58). O branco, por outro lado, figura nas relações comancheiras como o que tende a impedir a atualização dos “fluxos afroindígenas”, diminuindo ou até mesmo impedindo a potência do jogo ritual, como faz o dispositivo da mestiçagem.

Essas ideias nos dão a oportunidade de pensar mais a fundo o caso de Anna Dantas, que elabora uma identidade negra no contexto das cotas raciais, mesmo ao dizer que não se identifica como negra, mas como mestiça. Ela chega a declarar que não quer cotas, quer respeito à forma como ela se vê diante da sociedade. O problema é que, se apenas a autodeclaração for critério para as bancas de heteroidentificação, então as cotas perdem sua razão de ser em vista da facilitação de fraude. Elas já não serviriam ao objetivo de reduzir a desigualdade racial brasileira se incluíssem pessoas apenas pelo exame da miscigenação, visto que no Brasil esse dispositivo foi utilizado para privilegiar a branquitude. As políticas afirmativas, como as cotas raciais, foram criadas justamente para desarticular o dispositivo da mestiçagem (Rodrigues, 2022, p. 320). Dantas e o MPMB compreendem isso e, por terem falhado no combate à implementação dessas

políticas³⁷, terminaram por aderir a elas, por meio da mímese inversa, como forma de inverter o ataque sofrido: se todos os autodeclarados mestiços têm acesso às cotas, considerando a generalidade da miscigenação no país, então o sistema de cotas é sabotado. O Um, o Estado, o branco, tentam novamente bloquear a liberdade afroindígena³⁸.

Figura 46 - No STF Contra as Cotas Raciais



Fonte: Site do Nação Mestiça

Assim, inicialmente, o MPMB foi contra o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (2010), contra o Estatuto da Igualdade Racial (2013), contra a implementação de cotas raciais em instituições públicas e privadas de nível superior (2012) e, depois de derrotado, compôs Conselhos de Direitos Humanos e Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, além de ter passado a protestar por cotas para mestiços.

³⁷ É importante dizer, porém, que os problemas enfrentados para a implementação das políticas étnico-raciais no Brasil vêm de longa data. Os Conselhos de Promoção da Igualdade Racial, por exemplo, encontram dificuldades gigantescas para sair do papel. Isso está explícito nos diálogos da reunião de 30 de junho de 2022, 5ª Reunião Ordinária do CEP/AM. O Conselheiro Sr. Laucivanio Ramires de Aparício comenta sobre a precariedade da estrutura do CEP/AM como impedimento para a realização da conferência de igualdade racial. Em seguida, após acusação de ineficácia por parte do Conselheiro Sr. Cristiano Correa dos Santos, o Sr. José Flávio Guimarães Alves, Gerente de Promoção da Igualdade Racial da SEJUSC, reclama da falta de materiais e anuncia que, não havendo mudança na situação dali até a próxima reunião, pedirá exoneração do cargo.

³⁸ Luiza Dias Flores (p.53) escreve: “Quando o Estado se apresenta, as contínuas variações estabelecidas entre negro/afro e indígena são bloqueadas em função de uma única relação: o branco, o Estado e os interesses que defende, e o negro/afro, os carnavalescos resistentes e alvos do racismo da sociedade e do Estado”.

Jean-François Véran argumenta:

Fosse negro um mero agregado estatístico, não teria havido equívocos e conflitos. Mas diante da indissociação entre cor, origem e cultura, **os caboclos tornaram-se invisíveis**. Mais uma vez, como veremos, **a questão não é meramente existencial: quando direitos fundamentais são definidos na base da identidade étnica, aceitar a invisibilidade é um suicídio político**. Consequentemente, tornar o caboclo visível vai ser uma das preocupações centrais do Nação Mestiça" (p.28. Grifos Nossos).

Como discutido anteriormente, a ascendência indígena dos pardos amazonenses (e de outras regiões) é invisibilizada na categoria “negro” e, no neoliberalismo progressista, a identidade se torna uma moeda de troca para conseguir direitos fundamentais em um sistema em que a distribuição universal é tida como irreal. Nessa lógica, o NM age nesse cenário contra a desvantagem que diagnostica. Véran (2010, p. 40), inclusive, cita uma fala de Helda em que ela declara que, no passado, admirava o discurso do PT a favor dos trabalhadores, dos oprimidos, pois mirava um universalismo indiferenciado. Ela afirma que votava no PT, mas que depois da eleição de Lula “caiu a máscara” e o governo deixou “a maioria de lado em prol da defesa das minorias”. Para Helda naquele momento, o acesso aos serviços públicos não deveria ser etnicamente diferenciado:

A partir dos subúrbios de Manaus e de sua população cabocla, não existem diferenças étnicas diante dos problemas de saúde e educação, e por isso ela acha que também não deveriam existir diferenças na hora de resolver tais problemas. **Finalmente, percebemos que a ideia de “mestiçagem” ou “caboclo” não tem para Helda, em princípio, nenhum significado identitário ou étnico. Para ela, “mestiço” significa basicamente “cidadão brasileiro”**. Considerar este cidadão como mestiço não é reivindicar uma cor, uma origem ou uma cultura, é defender o princípio de que, para os direitos fundamentais, a cor, a origem ou a cultura não importam. De fato, não é para ela um princípio abstrato e cego. **Seu universalismo é fundamentalmente pragmático** (2010, p. 41. Grifos nossos).

Diante desse “universalismo pragmático”, há de se considerar que as bases do projeto político que o Nação Mestiça defende – a ideologia da mestiçagem, o discurso branco da sociedade nacional e o legado da “maioria” – estão longe da invisibilidade e do suicídio político, como acreditava Véran. Afinal de contas, apesar de ser uma organização relativamente pequena, o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro tem uma série de aliados e afinidades ideológicas com uma política

popular de extrema direita que avançou nas duas últimas décadas e que já encontrava adesão na narrativa hegemônica de fundação do Brasil.

Figura 47 - Mestiço no Censo



Fonte: Site do Nação Mestiça

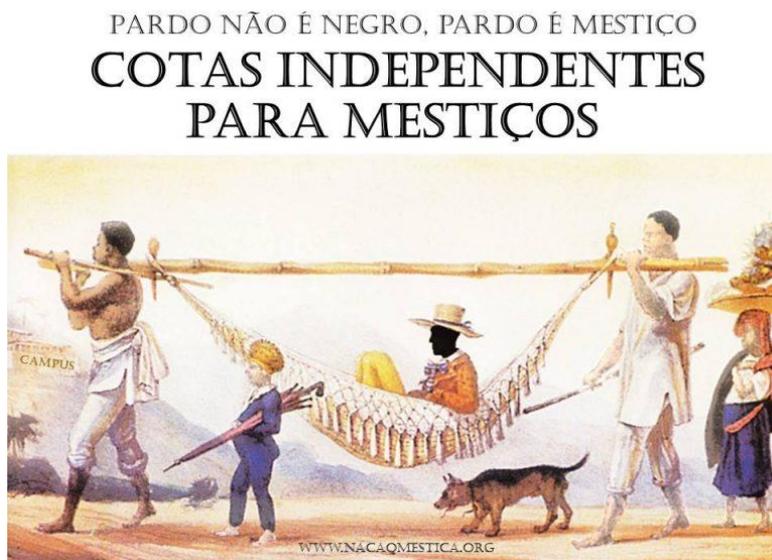
É possível alegar, contudo, que existe uma diferença importante entre as condições de vida dos indivíduos que compõem organizações conservadoras como o Nação Mestiça e as personalidades notórias com as quais compartilham sentimentos e ideias, como Jair Bolsonaro. Os membros do NM em Careiro da Várzea e Autazes, por exemplo, precisam protestar por asfalto para as ruas de seus municípios, ao passo que esse certamente não é o caso do ex-presidente. Isso não os exime, porém, de reproduzir uma estratégia assimilacionista e conservadora movida pelo sentimento de despossessão e pelo ressentimento contra minorias políticas. Seu discurso é, inclusive, facilmente comparável ao Integralismo do século passado:

O Movimento Orgulho Negro de Manaus colocou em seu site um documento em que compara o Nação Mestiça com a Ação Integralista (organização de inspiração fascista que atuou no Brasil entre 1932 e 1937) no momento em que estava em tramitação o PL 195/2005, que visava instituir o Dia do Mestiço em Manaus. As fotografias contidas no documento ainda sugerem uma semelhança entre o movimento e o nazismo. (p. 30-31).

No site do NM há uma publicação de nome “Os racistas e seu ódio ao Integralismo – Sérgio de Vasconcellos”, do dia 7 de janeiro de 2017. Isto é, identificado o dispositivo da mestiçagem e seu racismo, não podemos ignorar o antagonismo

lógico contra as ações afirmativas. A estratégia da identidade mestiça é uma nova roupagem para uma ideologia antiga e, nessa transformação, continua firme no objetivo de reprimir o conflito racial. Hoje, isso significa converter os racistas em vítimas do racismo, inverter as políticas étnico-raciais contra elas mesmas.

Figura 48 - Cotas Independentes Para Mestiços



Fonte: Site do Nação Mestiça

Um sintoma dessa invertida contra o as ações afirmativas são as acusações de fraude negra nas cotas, não somente vindas dos movimentos negros, mas também por parte do Movimento Mestiço e dos seus aliados ideológicos. O MPMB acusa o movimento negro de manipular o número de autodeclarados pardos para aumentar a quantidade de vagas para cotistas negros, denunciando que apenas os “pretos” são beneficiados no fim. Descrevem as bancas de heteroidentificação como “tribunais” autoritariamente comandados pelo “negrismo” a serviço do “imperialismo africano”, enquanto os mestiços ficariam de fora da tomada de decisões, bem como excluídos da política de cotas. Para o MPMB, os pardos é que são os prejudicados por fraudadores pretos, como quando o Movimento aponta que as autodeclarações dos “pardos de aparência branca” no IBGE aumentam a quantidade de vagas destinadas aos negros (pretos e pardos), mas que ainda assim apenas os pretos são aprovados pelas bancas de heteroidentificação.

Figura 49 - Autodeclaração Parda no Censo do IBGE

PARDOS DE APARÊNCIA BRANCA AUMENTAM VAGAS DE COTAS RACIAIS

Pela Lei de Cotas, o percentual de vagas que cabem a candidatos pardos é proporcional ao percentual de pessoas da Unidade da Federação que se autodeclararam pardas ao IBGE, que soma os pardos de aparência branca como pardos. Ou seja, quando uma vaga criada por pardos de aparência branca é dada pelo tribunal racial a candidato não pardo, os candidatos pardos é que estão sendo vítimas. Na tabela abaixo, uma simulação.

IBGE: % DE AUTODECLARAÇÃO NO CENSO			LEI DE COTAS: % DE VAGAS NAS COTAS PARA		
PARDO	PRETO	INDÍGENA	PARDOS	PRETOS	INDÍGENAS
100%	100%	100%	100%	100%	100%
90%	90%	90%	90%	90%	90%
80%	80%	80%	80%	80%	80%
70%	70%	70%	70%	70%	70%
60%	60%	60%	60%	60%	60%
50%	50%	50%	50%	50%	50%
40%	40%	40%	40%	40%	40%
30%	30%	30%	30%	30%	30%
20%	20%	20%	20%	20%	20%
10%	10%	10%	10%	10%	10%

WWW.NACAOMESTICA.ORG – MESTIÇO BRASILEIRO É NATIVO BRASILEIRO

Fonte: Site do Nação Mestiça

Base importante para essas acusações é a imputação de inautenticidade ao inimigo, invalidado na sua identidade negra a partir do histórico familiar miscigenado (“gota de sangue”) ou pela revelação do “poder branco” infiltrado. Esses sujeitos são chamados de “transblack” para compará-los às pessoas transsexuais, a quem o MPMB atribui perigo, o poder de ilusão e o artifício da mentira. “Transblack”, para o MPMB, são sujeitos que alegam sentir-se negros e, a partir disso, negam a realidade biológica. Mesmo quando são pessoas brancas descobertas ao realizar manipulações estéticas para parecerem negras e assim obter alguma vantagem, isso é invertido de maneira a culpabilizar os pretos. O encadeamento entre brancos “transnegros” e pretos é feito pelo julgamento de que esses “pretos” são também fraudadores, uma vez que no Brasil não haveria “pureza racial”. Para o Movimento Pardo-Mestiço raça não existe, toda reivindicação identitária forjada pela raça é uma fraude racista e o mestiço, com a sua proposta pós-racial, é o único caminho para a autenticidade e para a igualdade verdadeira.

Figura 50 – *Transblack*



Fonte: Site do Nação Mestiça

Quanto aos sujeitos indígenas, ainda que haja conflito – sobretudo na questão fundiária –, no que diz respeito às cotas essa rivalidade é descentralizada. O motivo é que, mesmo que a disputa pela lealdade do “pardo” seja central, ela é mais árdua com os negros do que com os indígenas. Como vimos antes, parte do movimento indígena foi aliada do Nação Mestiça na primeira Conapir, enquanto o movimento negro foi seu inimigo declarado. Isso acontece porque nem sempre o elemento indígena é reconhecido pelo movimento negro dentro da categoria “pardo”, como acontece no caso que Helda menciona sobre o presidente do CNPIR. Para o NM, por sua vez, entender que pardos podem ser parte indígena é necessário e o que o habilita a reclamar seu suposto direito originário sobre a herança amazonense e brasileira. Logo, quando Dantas critica a generalização da união entre “pardos” e “pretos” sob a alcunha de “negros”, ela o faz não para pôr o apagamento indígena sob o holofote da discussão, mas para reivindicar uma identidade nacional mestiça e os recursos estatais recém-destinados às minorias por ela englobadas. Na prática, o argumento de Anna e a proposta do Nação Mestiça podem representar o enfraquecimento da aliança entre pardos e negros e fazer retroceder o direito a ações afirmativas duramente conquistadas. É mais uma tentativa de reabilitar o dispositivo da mestiçagem e de bloquear a implementação de políticas que lidam com o conflito racial por outra via que não a da assimilação. No fim, a luta pela igualdade sobre a qual Anna quis falar à plateia depende de silenciar sobre a guerra racial e cultural que os povos que habitam o Brasil vivem desde a colonização. Essa estratégia privilegia os interesses privados, perpetua desigualdades sociais e faz com que a “justiça social”, enquanto conjunto de ações para o combate dessas desigualdades, seja mobilizada contra ela mesma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: *COFFE BREAK* E MAIS PERGUNTAS

Anna Dantas passa a palavra para a presidente do Nação Mestiça, que relembra ao público de que haverá um *coffe break*, bem como a entrega de certificados àqueles que assinarem a lista referente à participação no curso de formação. Helderli agradece a todos, faz um apelo aos professores para que levem para a sala de aula a mensagem aprendida ali sobre respeito e diferenças, e chama Leão para fazer as considerações finais. Nessa hora, alguém na plateia a interrompe e questiona sobre a promessa do momento para perguntas ao final do evento. Após um instante de silêncio, esse espaço é aberto e um professor se voluntaria. São concedidos a ele dois minutos de fala. Ele opina sobre uma série de temas terem sido tratados de maneira excessivamente relativizada, como a suposta harmonia da miscigenação, o que atribui a uma visão romântica do século XIX que apaga o conflito. O professor condena a figura do bandeirante como herói nacional e acredita que uma mudança de consciência histórica acontece no país, vide o caso em que a estátua de Borba Gato foi queimada em São Paulo, em 2021. Em seguida, acusa o discurso propagado no Seminário de tentar sufocar a política dos povos indígenas e do movimento negro. Sua visão é contrária à competição estimulada por essa narrativa:

Eu não estou dizendo que os povos não têm que lutar pelos seus direitos, pelas suas causas sociais, mas há aqui um discurso de apagamento dessa violência. Há um discurso de tentar deslegitimar o movimento negro e o movimento indígena, colocando os indígenas como vilões. Os indígenas não são vilões, eles são vítimas desse processo histórico. A gente precisa entender o Brasil como um processo histórico e a gente só compreende o Brasil dessa maneira. Então a gente tem que colocar que há uma construção histórica de violência em cima desses povos. A gente não pode aceitar que essa violência seja apagada de maneira alguma. Porque tem povos indígenas morrendo, pessoa sofrendo racismo morrendo por conta desse discurso [de] que há uma democracia racial, [sobre a qual] o próprio Gilberto Freyre se retratou no final da sua vida [e] da sua obra.

Enquanto a voz masculina tece considerações, recebe palmas e gritos em apoio da plateia. Na metade, Helda tenta interrompê-lo ao informar que o tempo acabou e segue insistindo até o fim.

Tassos Lycurgo, por sua vez, busca responder à pergunta. Já de início, ele questiona a validade do argumento do professor, no qual identifica um apelo à História enquanto macroteoria explicativa da realidade. Tassos diz que esse pode

ser um argumento verdadeiro ou não, mas que não deve se sobrepor à “nossa experiência real, nossa experiência prática”³⁹. Sua réplica parte do princípio de que, uma vez miscigenado, importa menos como se deu esse processo do que a “realidade” dele. Para Lycurgo, o povo precisa lidar com a “realidade”, como se tivesse ultrapassado um ponto de não retorno – a criação da família mestiça – responsável por alterar toda a existência e inaugurar outro mundo comum (a síntese), com novas regras. Ele diz que hoje a miscigenação não é forçada e que estrutura famílias e comunidades: esta é a “nossa experiência real”. Algumas pessoas na plateia, porém, não gostam do que ouvem, protestam, gargalham e interrompem o pastor, que denuncia intolerância por parte da audiência. Edward Luz toma a frente e assume a responsabilidade da resposta em tom exaltado, sendo bastante aplaudido quando diz que “não, o estado Amazonas não é majoritariamente indígena; é majoritariamente mestiço! Porque é fruto de uma confluência de mestiços que se reuniam aqui!”. Sua retórica reforça o discurso de Lycurgo, uma ideia de “fim da história” irreversível depois do processo de miscigenação. Nesse fim da história marcado pela “conquista”, a identidade nacional assegura o direito à propriedade privada, tornando os mestiços os herdeiros legítimos da terra e da nação.

Testemunhamos mais uma vez o imperativo de “fazer sociedade” possibilitado pelo imperativo de “fazer família”, na imagem da espontaneidade contemporânea e histórica da miscigenação ou mesmo no estupro colonial reconhecido sempre com ressalvas. De acordo com Luz, no México se usou “o fio da espada”, enquanto aqui no Brasil ficamos com o *soft power* da mistura. Segundo ele, é por isso que a conquista amorosa é também chamada de conquista. Partindo daí, ele clama pelo realismo ao invés do que chama de vitimismo, e menciona iniciativas nacionais de cuidado com os povos indígenas, como a FUNAI – duramente criticada nas falas anteriores – e seu idealizador, o Marechal Cândido Mariano Rondon. Diz que é vitimista dizer que o Brasil cometeu genocídio. Pessoas vão ao final da fala. Um homem rebate “É realista! É realista!”.

³⁹ Nas entrelinhas, leio um apelo em nome da “*i*-pistemology” ou eu-pistemologia, conceito cunhado por Liesbet van Zoonen no artigo *I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture*. Se trata de uma virada em que o eu (self) se torna origem e árbitro de toda a verdade. Nessa lógica, “conhecimento” – como a disciplina História – é identificado como um instrumento de poder que precisa ser contestado por essas experiências pessoais. Considero que há ressonância entre essa ideia e o diagnóstico de Philip Mirowski do Mercado como produtor de verdade no neoliberalismo, sobretudo a partir da valoração da subjetividade.

Para finalizar o trio de respostas ao comentário do professor anônimo, Leão também sai em defesa da miscigenação e nega o uso do estupro como dispositivo de dominação colonial, focando nos casos particulares:

Eu desafio qualquer pessoa a me mostrar documentos históricos que provam que nas relações intraraciais os casos de estupro são menores que nas relações interraciais! Que brancos estupassem menos brancas, que pretos estupassem menos pretas, que índios estupassem menos índias do que nas relações entre grupos raciais diferentes!

Ele complementa falando que “ninguém aqui está contra índio. Muito pelo contrário!”. Quem quer separar o índio do mestiço, diz Leão, são normalmente indigenistas brancos ou sustentados por grandes nomes da Europa, Noruega, Inglaterra, Estados Unidos, da elite branca ou da Fundação Ford – o secretário geral do Nação Mestiça menciona a associação de Henry Ford com o nazismo. Ele defende que mestiços possam habitar territórios indígenas e que a proibição de tal prática representa a ideia supremacista de que “ser índio é superior racialmente a ser caboco”. “E está errado?”, diz em tom de deboche uma das mulheres da plateia.

Enfim, ouvimos os agradecimentos da mesa, um pedido de desculpas de Edward Luz pela exaltação e um alerta sobre o perigo do divisionismo, que Tassos Lycurgo também reforça ao condenar a “supremacia racial” que engloba mestiços na categoria “negros”. Pela última vez, Helda recebe o microfone e se diz grata ao governo do Estado e à SEJUSC (patrocinadora do *coffe break* de encerramento), ao Corpo de Bombeiros, a um Dr. Félix, Autazes, Careiro da Várzea, Iranduba e toda a equipe que trabalhou no evento. Pede uma salva de palmas para toda a equipe e diz que espera a todos no próximo seminário, “se Deus quiser”. Cumprimentos são distribuídos e os palestrantes se preparam para uma foto. Edward é recebido calorosamente pelos organizadores. O clima é leve e de confraternização.

5.1 OLHAR A SI MESMO COM OS OLHOS DO BRANCO

Chega ao fim o XII Seminário sobre a Identidade Mestiça, um evento tradicionalmente realizado no mês de junho e data fixa no calendário de eventos do Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro e do estado do Amazonas. Por meio da Lei Nº 3.044, em 2007 foi instituído o Dia do Caboclo no 24 de junho. A Lei também prevê a promoção oficial de um evento comemorativo – o Festival do Mestiço. O MPMB

costuma ser um de seus principais organizadores, além de grande idealizador da Lei, que fala do caboclo como o “mestiço amazônida” de “ancestralidade nativa e branca”. O caboclo é a definição do que o NM chama de “primeiros brasileiros”, assim como os “primeiros manauaras”, isto é, a verdadeira origem dissecada do Brasil. Pela mobilização dessa origem e do direito de herança o Nação Mestiça questiona e deslegitima o direito de negros e indígenas.

Não é o caboclo, contudo, que dá nome ao seminário; o mestiço, a versão universal do caboclo, é a identidade cujo potencial de generalização pode ser melhor explorado para construir alianças que ultrapassam a escala regional. Uma das exigências do Nação Mestiça, inclusive, é que o “mestiço” seja incluído no Censo, não o “caboclo”. Não à toa, as origens dos palestrantes são diversificadas, estendendo-se por todo o país. Seu projeto parte de um diagnóstico comum: o avanço do divisionismo – incluído o racismo mestiçofóbico – no Brasil. Cada um, ao seu modo, tomou esse caminho e foram escolhidos pelo Nação Mestiça e pelo ACRA para compor, juntos, a mesa do XII Seminário sobre a Identidade Mestiça. O resumo que faço da sua mensagem transmitida é: a necessidade da defesa da legitimidade da identidade mestiça e do seu direito superior aos demais grupos étnicos na disputa por políticas étnico-raciais fomentadas pelo Estado brasileiro.

O evento, um curso formativo para professores da rede pública amazonense, evidencia uma escolha específica pela disputa narrativa nos campos da educação e da cultura, e só foi possível devido à inserção do Nação Mestiça em Conselhos como o de Direitos Humanos e de Promoção da Igualdade Racial, ligados à SEJUSC e também relacionados a essas áreas. Isso acontece porque o NM entende que, hoje, o neoliberalismo progressista (ou multiculturalismo) é sua maior ameaça e que a posição puramente contrária às políticas multiculturalistas, como era adotada no passado, já não tem eficácia. Então, a fim de combatê-las de uma forma mais efetiva, o NM se apropria da linguagem inimiga. Para isso, fabrica a identidade mestiça enquanto “cultura de liberdade” e tensiona os limites da linguagem apropriada ao relativizar “excessivamente” – como falou o professor opositor – as experiências de alteridade, a ponto de individualizá-las de modo a negar ou fazê-las escapar da sua localização em uma estrutura construída historicamente.

Dessa forma, o multiculturalismo é distorcido contra ele mesmo, e o que antes era excludente e imoral – por exemplo, cotas raciais – adquire uma nova roupagem

colorida que visa incluir a todos “indiscriminadamente” – cotas para mestiços! O problema é que, como discutimos antes, a essência dessa nova roupagem – a ideologia da mestiçagem – é antiga e remete a um dispositivo de controle colonial que, longe de solucionar o problema da desigualdade social no país, deu aos brancos a possibilidade de transitar confortavelmente entre identidade raciais para negar a realidade do racismo estrutural e da sua reprodução a nível individual.

A mesma distorção parece ser feita pelo Nação Mestiça em relação ao termo “caboclo” ou “caboco”. Sua construção histórica, estudada por Deborah Magalhães Lima (1999) no contexto rural amazônico, indica que se tratava, até então, de uma categoria de acusação usada para referir-se sempre ao outro que ocupa uma posição social abaixo daquele que enuncia a palavra. A autora chegou a escrever que “aceitar o nome caboclo é aceitar a derrogação. É como o caboclismo que Cardoso de Oliveira descreveu para os ticuna, quando o fato de se referirem a si mesmos como caboclos significava ‘olhar a si mesmos com os olhos do branco’” (Ibid., 1999, p. 28).

Lima argumentou, à época, que já não fazia sentido falar em “identidade cabocla” na antropologia justamente porque o termo era utilizado de modo geral como categoria de classificação social, ou seja, uma nomeação de fora para dentro, e não uma identidade desenvolvida por aqueles que era chamados de caboclos. Contudo, em 2001, nasce o Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro, que hoje reivindica que “caboclo” é um termo positivo, digno de orgulho e reflexo de uma identidade, o que os assegura representação junto a órgãos públicos, Conselhos, conferências, fóruns e outras instâncias municipais, estaduais e nacionais de discussão de políticas públicas. Além disso, lembremos da fala do professor Ivan, da sua percepção da aprovação da Lei Nº 3.044 como um processo de trânsito rápido e popular entre parlamentares e amazonenses em geral.

Não há, porém, dados recentes sobre o uso do termo “caboclo” para a autoidentificação da população amazonense, já que apenas “pardo” – entre os tipos mestiços – consta no questionário do IBGE, sendo a maioria autodeclarada entre os habitantes do estado. De todo modo, a reivindicação do “caboclo” e do “mestiço” como identidades pelo MPMB estão submetidas à identidade nacional, ao discurso branco hegemônico e a uma possível tradução como “brasileiro” a depender de onde se vive. Aqui o “caboclo” ainda é o “tipo amazônico”, uma variação local do “mestiço” generalizado nas fábulas de formação do povo brasileiro. Não surpreende, portanto,

que as manifestações sobre o “caboclo” por parte do MPMB sejam um movimento, em suma, folclórico. E enquanto o “caboclo” do MPMB é folclore regional, o “mestiço” é folclore brasileiro, uma amálgama cultural cuja aparência é despida de fricção para dar à luz a “cultura nacional”. Ambas significam, a partir da sua construção histórica e pela forma como são mobilizadas pelo MPMB, “olhar a si mesmos com os olhos do branco” (LIMA, 1999, p. 28). Nas práticas e discursos do Nação Mestiça, a intenção de “valorizar” o “caboclo” e o “mestiço” é indissociável da reivindicação de corpos, identidades, práticas e discursos que são *para* o Estado.

Enquanto movimento essencialmente nacionalista-conservador, sua origem e razão de ser está ancorada na ideia de um povo mestiço brasileiro, herdeiro – pois literalmente primogênito – do Estado-nação, sociedade ou escala em que os indivíduos podem ser maiores do que apenas a sua soma. Esse algo a mais que a soma, para o NM, é a capacidade da ideologia da mestiçagem de impedir a temida separação da nação – para manter-se o Mesmo – por meio do “fazer família”, que é também “fazer sociedade” (LUCIANI, 2016). O próprio Freyre (1933/2003, p. 70)⁴⁰ escrevia sobre a importância da miscibilidade como estratégia para a ocupação e exploração do território. Contudo, Leão e o Nação Mestiça enfatizam frequentemente a espontaneidade e o desejo por essa miscibilidade, como se as políticas de Estado que incentivaram a prática tivessem partido, antes de tudo, do povo, que dava início a uma tradição única.

Assim, nos momentos em que precisam se defender de denúncias vindas dos movimentos negros e indígenas sobre o estupro ter sido parte dessa estratégia, mobilizam a organicidade da miscigenação. O NM argumenta que a miscibilidade foi parte do *soft power* português – por vezes soa como um encanto, resultado da perspicácia do colonizador ou da ignorância do Outro –, o que envolvia diretamente o que Edward chamou em sua palestra de “conquista amorosa”. Diante da acusação do mestiço enquanto dispositivo de controle que pretende justificar o estupro e o genocídio, Edward Luz, Tassos Lycurgo e Leão Alves se irritam com os discordantes da plateia – chamados de vitimistas – e insistem que a concepção pacífica sobre a miscigenação do povo brasileiro é a realidade irrefutável dos fatos. No fim, diz

⁴⁰ Em *Casa-grande & senzala*, ele fala do aspecto violento e de política de Estado da miscibilidade: “A escassez de capital-homem, supriram-na os portugueses com extremos de mobilidade e miscibilidade: dominando espaços enormes e onde quer que pousassem, na África ou na América, emprenhando mulheres e fazendo filhos, em uma atividade genésica que tanto tinha de violentamente instintiva da parte do indivíduo quanto de política, de calculada, de estimulada por evidentes razões econômicas e políticas da parte do Estado”.

Tassos, o que importa é o dia de hoje, o modo como as relações se dão hoje, e que sem o mestiço brasileiro não há o Brasil e vice-versa.

Então, se o NM é *para* o Estado, ele é também *para* o Um, o que está impresso na sua forma de lidar com a alteridade, que passa pela assimilação ou pela eliminação, como pudemos observar ao longo deste trabalho. Os efeitos desse modo de lidar com o Outro, pela “simplificação modular”⁴¹, é expresso de forma resumida na fala do professor que teceu comentários críticos no fim do Seminário: o discurso do Nação Mestiça é de deslegitimação contra movimentos sociais que pautam a diversidade – incluídos indígenas e negros –, contribuindo inclusive para a criminalização da organização de minorias políticas e para o apagamento do conflito racial que existe no Brasil. Principalmente quando o dispositivo da mestiçagem é desafiado, no pós-Constituição de 1988, prolifera-se o sentimento de ameaça existencial frente à alteridade entre os adeptos dessa ideologia – considerada por eles “a realidade dos fatos”.

Além disso, há uma preocupação com a proliferação da interferência estrangeira no país e no projeto hegemônico de desenvolvimento do Brasil até então. O período histórico em que o NM surge é marcado pela globalização e pelo enfraquecimento dos estados nacionais em relação às empresas multinacionais, o que implica no arrocho econômico e em críticas às privatizações nos governos FHC, compatíveis com a ideia neoliberal de Estado *para* o Mercado, não para o povo, a quem resta a competição por recursos escassos e insuficientes para a sobrevivência de todos. O Estado-nação, para o NM, porém, é mais que um mediador entre indivíduos e Mercado; é sociedade e o desenvolvimento de um destino histórico comum.

Com base nisso é criada uma cadeia de equivalências (LACLAU *apud* CESARINO, 2018) entre o neoliberalismo e o progressismo. Isto acontece, inclusive, por efeito do “neoliberalismo progressista”, que contribuiu para a formação de uma nova hegemonia nas políticas de redistribuição e de reconhecimento (FRASER, 2019), mirando agora o nicho ao invés do universal. Dessa forma, preocupados em

⁴¹ “Patchy Anthropocene” é uma ferramenta conceitual para perceber estruturas em paisagens (TSING; MATHEWS; BUBANDT, 2019), com atenção especialmente voltada para “modular simplifications” e “feral proliferations”. Segundo essa proposta, simplificações ecológicas acabam com a diversidade de espécies para criar uma maior densidade de apenas um tipo de indivíduos, o que pode estimular “feral effects” de tipo nuclear, tóxico, viral, bacteriano, fúngico ou animal (Ibid., p. 189). As simplificações modulares estão historicamente ligadas à colonização, como a *plantation*. Considero o dispositivo da mestiçagem uma dessas simplificações, enquanto a reprodução do racismo é um dos seus efeitos ferais.

assegurar os princípios que fundaram seu mundo no Um, nacionalistas conservadores brasileiros, como o Nação Mestiça, passam a compreender a situação como um cenário de guerra, na qual a cultura é o principal campo e estratégia de batalha. Como escreve Anna Tsing, na economia política do neoliberalismo “*a cultura é a estratégia econômica emergente dos nossos tempos*” (TSING, 2020, p. 159). As identidades, portanto, se tornam armas importantes na disputa pela sobrevivência. O NM, cujos princípios se chocam com esse fenômeno, se vê, no entanto, diante da necessidade de reivindicá-lo para enfrentá-lo: “caboclo” e “mestiço” são transformados em identidades anti-identidade.

A partir desse uso da mimese inversa, em que o clamor pela diversidade contraditoriamente reforça uma só cultura, o NM toma parte na elaboração de políticas públicas. Isso representa um problema para a justiça social brasileira principalmente no que diz respeito à questão do entrelugar mestiço, aspecto do dispositivo da mestiçagem que beneficia o branco e imobiliza as minorias raciais. Nesse contexto, a autodeclaração como critério único para o acesso a essas políticas é contraproducente. Mas como, afinal, garantir que os grupos étnicos em vulnerabilidade social sejam contemplados com essa justiça? A pesquisa me levou a buscar caminhos nas experiências de (contra)mestiçagem⁴² para atender a esse questionamento, ainda que não pretenda respondê-lo sozinha – a pergunta convoca outros pesquisadores à avaliação e à experimentação. De todo modo, penso que a solução começa por entender o objetivo das ações afirmativas como sendo o de viabilizar o fluxo/movimento entre culturas, em benefício da diversidade. Isso não quer dizer promover a ideologia da mestiçagem; pelo contrário: significa confrontá-la para corrigir as desigualdades de modo que a síntese (Um) não bloqueie os movimentos da diversidade. O que posso dizer, por fim, é que devemos seguir o caminho oposto ao imperativo da síntese. É preciso pensar ajustes no conteúdo e na forma de implementação das ações afirmativas, para que: 1. o dilema do “pardo” seja tratado sem reduzi-lo ao essencialismo biológico; 2. não haja o apagamento das pessoas de ascendência indígena; 3. o “branco” não possa facilmente fraudar os mecanismos de promoção da diversidade em prol da sua monocultura. Enquanto a

⁴² Uma grande inspiração foi o *Dossiê (Contra) Mestiçagens Ameríndias e Afro-Americanas*, publicado em 2017 pela Revista de @ntropologia da UFSCar. Dos artigos do Dossiê, considero que principalmente *A guerra comancheira: contribuições a uma antropologia afroindígena*, de Luiza Dias Flores, representa um farol para pensar a pergunta que permanece até a conclusão desta dissertação.

política racial não considerar esses problemas, grupos como o Nação Mestiça continuarão livremente desvirtuando a justiça social, como fazem ao oferecer aconselhamento jurídico a pessoas consideradas brancas por bancas de heteroidentificação.

Temos diante de nós um grande desafio. Espero, no entanto, que a descrição do *modus operandi* do NM, bem como da sua semelhança com as ideias e estratégias de outros movimentos da extrema direita, tenha o potencial de ajudar a identificar o discurso de ódio encoberto pela defesa autoritária das liberdades individuais. Leão Alves pode até dizer que “ninguém aqui está contra índio; muito pelo contrário!” e não ser criminalmente responsabilizado pelo que defende, mas demonstramos detalhadamente que o uso da identidade mestiça – e da cultura e da liberdade – pelo NM é bélico em benefício da desigualdade. Isto é, faz parte de uma estratégia racista de guerra contra minorias, moldada pela mistura entre a política de reconhecimento neoliberal e a ideologia da mestiçagem originada no colonialismo. Dessa união instável, surge um mundo ensimesmado, em que os esforços para a emancipação coletiva e para o fim da desigualdade são tidos como ameaça ou ficção escapista, subtraídos da realidade hostil. O Nação Mestiça busca, afinal, nos convencer de um realismo capitalista conservador, conformado com o *status quo* e com o fim da história. Este trabalho, pelo contrário, anseia pelos movimentos no horizonte, pela ficção que pode ser imaginada e concretizada. Convido-os a este exercício.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Vociferando contra o Iluminismo: a ideologia de Steven Banon. **Sociologia&antropologia**. Rio de Janeiro, v.08.03, 1009-1023, set./dez. 2018.

ALMEIDA, Rafael Antunes. Notas para uma reflexão sobre as “teorias da conspiração”. **Ponto Urbe**, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/pontourbe/5615>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

ASAD, Talal. The Concept of Cultural Translation in British Social Anthropology. In: CLIFFORD, James; MARCUS, G.E. (eds). **Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1986.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Tradução: John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BRASIL. Lei nº 12.288 de 20 de Julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 23 de junho de 2023.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Politeia, 2019.

CAIUBY NOVAES, Sylvia. **Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico**. MANA, vol. 14, n. 2, p. 455-475, 2008.

CESARINO, Letícia. **Populismo digital: roteiro inicial para um conceito, a partir de um estudo de caso da campanha eleitoral de 2018**. Florianópolis: [s.n], 2018. Documento não publicado.

_____. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Rev. Antropol.**, São Paulo, vol. 62, n. 3, p. 530-557, 2019.

_____. **Uma antropologia digital para a contemporaneidade**: reaproximando a cibernética das máquinas e a cibernética da vida. Florianópolis: [s.n.], março de 2021. Documento não publicado.

CLASTRES, Pierre. **Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. Tradução: Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1990.

CONNOLLY, William E. A máquina de ressonância evangélica-capitalista. Tradução: Bruno Reinhardt. **Blog do Labemus**, 5 de abril de 2021. Disponível em: <https://blogdolabemus.com/2021/04/05/a-maquina-de-ressonancia-evangelica-capitalista-por-william-e-connolly/>.

CORRÊA, Mariza. **As Ilusões da Liberdade**: a Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

CRAPANZANO, Vincent. **Waiting**: The Whites of South Africa. Nova York: Random House, 1986.

danah boyd. **Social Network Sites as Networked Publics**: Affordances, Dynamics, and Implications. In: PAPACHARISSI, Zizi (ed.). *Networked Self: Identity, Community, and Culture on Social Network Sites*. Nova York e Londres: Routledge, p. 39-58, 2010.

DAS, Venna. O evento e o cotidiano. In: _____. **Vida e palavras**: A Violência e Sua Descida ao Ordinário. Tradução: Bruno Gambarotto. São Paulo: Ed. Unifesp, 2020.

DAWSEY, John. O Teatro dos “Bóias-Frias”: Repensando a Antropologia da Performance. **Horizontes Antropológicos**. São Paulo: USP, vol. 11, n. 24, p 15-36, 2005.

DE CLEEN, B.; STAVRAKAKIS, Y. Distinctions and articulations: A discourse theoretical framework for the study of populism and nationalism. **Javnost - The**

Public, v. 24, n. 4, p. 301–319, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/13183222.2017.1330083>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

DE OLHO NOS RURALISTAS. **Os Financiadores da Boiada**: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. São Paulo: [S.n.], julho de 2022.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Links de ódio**: Uma etnografia do racismo na internet. 2005. 94p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

EAGLETON, Terry. “Particulares livres” e “O imaginário kantiano”. In: _____. **A Ideologia da Estética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

GRAY, J., BOUNEGRU, L.; VENTURINI, T. “Fake News” as infrastructural uncanny. **New media & society**, vol. 22, n. 2, p. 317-341, 2020.

FERGUSON, James; GUPTA, Akhil. Spatializing States: Toward an Ethnography of Neoliberal Governmentality. **American Ethnologist**, v. 29, n. 4, p. 981–1002, 2002.

FERNANDES, Florestan. BASTIDE, Roger. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRASER, N. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. Tradutor: Gabriel Landi Fazzio. [S.l.]: Autonomia Literária, 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Sobrados e Mucambos**: Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. São Paulo: Global, 2013.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. de 1988.

HITLER, Adolf. **Mein Kampf**. Tradução: Helmut Ripperger. Nova York: Reynal & Hitchcock, 1941.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUTUKARA ASSOCIAÇÃO YANOMAMI, ASSOCIAÇÃO WANASSEDUUME YE'KWANA. **Yanomami sob ataque**: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo. Boa Vista: Hutukara Associação Yanomami; Associação Wanasseduume Ye'kwana, 2021.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **A conta do desmonte**: Balanço do Orçamento Geral da União 2021. Brasília: [s. n.], julho de 2022.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Brasil, 2002. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>. Acesso em: 03 de março de 2019.

INGOLD, Tim. **Antropologia não é etnografia**. In: _____. *Being Alive*. Tradução e revisão: Caio Fernando Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles. Longres e Nova York: Routledge, 2011.

LEMPERT, Michael. Imitation. **Annual Review of Anthropology**. 43:379–95, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Mitológicas I - O cru e o cozido**. Tradução: Beatriz Perrone Moisés. Rio de Janeiro: Cosac e Naify, 1989.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. [S.l.]: **Novos Cadernos NAEA**, vol. 2, n. 2, dezembro de 1999.

LUCIANI, José Antônio Kelly. **Sobre a antimestiçagem**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2016.

LUIZ DE ALMEIDA, SILVIO. **Capitalismo e crise**: o que o racismo tem a ver com isso? Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/06/23/capitalismo-e-crise-o-que-o-racismo-tem-a-ver-com-isso/>. Acesso em 14 de maio 2021.

MALY, I. New Right metapolitics and the algorithmic activism of Schild & Vrienden. [S.l.]. **Social media + society**, v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2056305119856700>. Acesso em: 12 de julho de 2023.

MARAJÓ, Larisse Amaral. **“O Racismo de Voltaire”**: A identidade nacional “mestiça” e a direita conservadora populista. 2019. 139p. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução: Renata Santini. São Paulo: Arte & Ensaios, n. 32, 2016.

MIROWSKI, P. Hell is truth seen too late. **Boundary 2**, [s.l.], v. 46, n. 1, p. 1–53, 2019.

MORITZ SCHWARCZ, Lilia Katri. Complexo de Zé Carioca: Notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, 2010.

NAÇÃO MESTIÇA. **Movimento Pardo-Mestiço Brasileiro**. Página Inicial. Manaus, 2009-2023. Disponível em: <https://www.nacaomestica.org/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

_____. **A miscigenação Une a Nação**. Manaus, 2012. Disponível em: https://nacaomestica.org/blog4/wp-content/uploads/2012/05/panfleto_nm.pdf. Acesso em: 03 de março de 2019.

NASCIMENTO, L. F., CESARINO, L. M. & FONSECA, P. F. C. (Coords.). **Democracia digital: análise dos ecossistemas de desinformação no Telegram durante o processo eleitoral brasileiro de 2022**. São Paulo, vol. 1, 2022.

OPEN KNOWLEDGE BRASIL. **Querido Diário**, 2021. Página inicial. Disponível em: <https://queridodiario.ok.org.br/>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

RATTES, Kleyton. A Moçambique pasmada: Um lugar batizado de antigamente. **Emblemas** – Revista do Departamento de História e Ciências Sociais – UFG/CAC, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 39-86, jan.-jun., 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, G. M. B. Incorporando a mestiçagem: a fraude branca nas comissões de heteroidentificação racial. **Horizontes Antropológicos**, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 63, p. 307–331, 2022.

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. **I Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial: Estado e Sociedade Promovendo a Igualdade Racial**. Brasília, 2005.

TEITELBAUM, Benjamin. **Daniel Friberg and Metapolitics in Action**. In: SEDGWICK, Mark (Ed.). *Key Thinkers of the Radical Right*. Nova York: Oxford University Press, 2019.

TSING, Anna Lowenhaupt. Livre na floresta: neoliberalismo popular e o rescaldo da guerra no Noroeste do Pacífico dos Estados Unidos. Tradução e revisão: Chiara Albino, Jainara Oliveira, Mariana Melo e Raoni Barbosa. **Minima Moralia: Journal of Humantties**, v. 1, n. 2, p. 136-164, setembro-dezembro de 2020.

TSING, Anna L.; BUBANDT, Nils; MATHEWS, Andrew S.. Patchy Anthropocene: Landscape Structure, Multispecies History, and the Retooling of Anthropology. An Introduction to Supplement 20. **Current Anthropology**, vol. 60, p. 186-197, agosto de 2019.

TURNER, Victor. **Dramas Sociais e metáforas rituais**. In: *Dramas, Campos e Metáforas*. Niterói: EDUFF, p. 19-54, 2008.

VAN ZONEN, L.. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, vol. 27, n. 7, p. 56-67, 2012.

VÉRAN, Jean-Françoise. “Nação Mestiça”: As políticas étnico-raciais vistas da periferia de Manaus. **DILEMAS** - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 3, n. 9, p. 21-60, jul./ago./set. de 2010.

VIEGAS, Susana de Matos. Entrevista com Susana de Matos Viegas. [Entrevista concedida a] Karla Cunha Pádua. **Vivência: Revista de Antropologia**, Minas Gerais, n. 44, p. 137-154, 2014.